

MARGARIDA MARIA HIGINO DE JESUS

**FAMÍLIA NO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA:
A VISÃO DOS ATORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2011**

MARGARIDA MARIA HIGINO DE JESUS

**FAMÍLIA NO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA:
A VISÃO DOS ATORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de agosto de 2011

**Rita de Cássia Pereira Farias
(Coorientadora)**

Willer Araújo Barbosa

**Lourdes Helena da Silva
(Orientadora)**

A Deus, Mestre dos mestres pelo dom da vida.

Aos meus tios Geraldo Teodoro e Nelcina.

Aos primos Genivaldo e Nilcelene.

Ao amigo Cláudio.

Agricultores que tiveram suas vidas

ceifadas numa chacina em

Coroací – MG, em julho de 1998.

*Eu queria ter na vida simplesmente
Um lugar de mato verde
Pra plantar e pra colher*

*Ter uma casinha branca de varanda
Um quintal e uma janela
Para ver o sol nascer.*

Trecho da música Casinha Branca
de Gilson Peranzatta

AGRADECIMENTOS

A Deus, por guiar meu caminho em todos os momentos e se fazer presente nas pessoas com as quais estive durante este trabalho.

Aos meus pais Pedro Higinio e Maria do Carmo pelo carinho e exemplo de vida.

Aos meus familiares pelo apoio e compreensão. Em especial á vovó Maria Luísa.

A Eudes, pelo companheirismo e apoio.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade da realização da minha graduação e por todos os ensinamentos e experiências adquiridos durante o mestrado. Pela certeza de poder contar sempre que necessitar.

Ao Departamento de Economia Doméstica que através do Programa de Pós-Graduação oportunizou a realização desse trabalho. A todas as professoras e funcionários, em especial a Aloísia.

Aos professores Neusa Silva, Paulo Cecon, Maria das Dores, Karla Damiano, Norberto, por dividir com a turma as expectativas e pelo apoio e dedicação em Bambuí.

A minha orientadora Professora Lourdes Helena, pelas orientações, correções e esclarecimentos valiosos para o desenvolvimento deste trabalho.

Às coorientadoras Rita Farias e Maria das Dores Saraiva, minha imensa gratidão por tornarem possível a finalização deste trabalho.

Ao Professor Willer por aceitar fazer parte da banca, pelo encorajamento e bom humor na banca.

Ao IFMG - Campus São João Evangelista, que me possibilitou o vislumbre de novas perspectivas, auxiliando-me sobremaneira na formação e realização deste trabalho.

Aos amigos Aneta Barroso, Paulo Modesto e Kléber pelo apoio quando o mestrado ainda era sonho.

A Dona Nenen, Ioná, Consolação e Helenito pelas palavras de ânimo e apoio espiritual.

Aos companheiros de viagem José Roberto e Nildimar pela logística.

Aos colegas de trabalho e aos alunos que colaboraram, reorganizando suas agendas para que eu pudesse me ausentar durante o mestrado.

Ao IFMG - Campus Bambuí, pela oportunidade de integrar a turma do Projeto MINTER.

Aos colegas do mestrado que me “adotaram” em Bambuí e Viçosa pela oportunidade de crescimento pessoal e exercício da fraternidade: Erik, Ronaldo, Arnaldo, Vinícius, Dênis, Márcia (e o pequeno Samuel), Thaís, Mariângela, Helainne, Joelma, Aline, Stella, Lina (e a pequena Joana), motivo de nossa descontração. Pela oportunidade de crescimento pessoal e exercício da fraternidade.

Aos amigos Joelmer, Edésio, Eliane, Eloisia, Elisa Bruziguessi que me deram suporte no início dessa caminhada.

À equipe do Programa Residência Agrária da Universidade Federal do Ceará pelas sugestões e contribuições enriquecedoras e pela confiança em compartilhar experiências vividas. A todos minhas considerações e respeito em especial a professora Gema Galgani.

A todos muito obrigada!

BIOGRAFIA

MARGARIDA MARIA HIGINO DE JESUS, filha de Pedro Higinio de Jesus e Maria do Carmo de Jesus, nasceu na cidade de Paulistas - Minas Gerais, em 06 de novembro de 1964.

Formou-se em 1985 no Curso Técnico em Economia Doméstica na Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, hoje IFMG.

Também em 1985 formou-se em Magistério na Escola Estadual Josefina Pimenta.

Estagiou durante o ano de 1986, na área de alimentação, na CVRD e trabalhou em empresas de alimentação até o final de 1989.

Em 1990 ingressou na UFV e cursou Economia Doméstica, onde foi monitora de Vestuário em 1994, ano em que se formou.

Em 1995, foi admitida como instrutora no SENAR - Minas Gerais.

Também em 1995 foi aprovada como professora no IFMG - Campus São João Evangelista, para lecionar no curso técnico em Economia Doméstica.

Leciona no curso Técnico em Nutrição e Dietética e no PROEJA - FIC, no curso de Panificação e Confeitaria.

Em 2009 ingressou no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV, na modalidade MINTER, defendendo tese em 02 de setembro de 2011.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O Problema e Sua Contextualização	6
1.2. Objetivos.....	8
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
2.1 Caracterização da Pesquisa.....	10
2.2 local de estudo e unidade empírica de análise.....	11
2.3 Instrumentos de Coleta de Dados	12
2.4 Categorias de Análise	12
2.5. Procedimentos de Análise de Dados	14
3. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....	15
3.1. A Extensão Rural no Brasil e a modernização da agricultura	15
3.2. O Programa Residência Agrária e suas bases.....	21
3.3 Concepções de Famílias e Suas Mudanças.....	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
4.1 Estruturação do Programa Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará	31
4.1.1 Caracterização da equipe do Programa Residência Agrária na UFC	34
4.1.2 Caracterização das atividades realizadas pelos estudantes do PRA.....	35
4.1.3 Áreas e ações do PRA na UFC.....	35
4.2 O Programa Residência Agrária na percepção dos professores da UFC.....	40
4.2.1 Concepção do Programa Residência Agrária na UFC.....	40
4.2.2 Metodologias e funcionamento do RA na UFC	45
4.2.3 Dificuldades e desafios enfrentados pelo Residência Agrária.....	50
2.2.4 Méritos do Programa Residência Agrária na UFC.....	63
4.3. A Família no Contexto do RA, na Visão dos Estudantes e Egressos.....	68

4.3.1. Relevância de se estudar a categoria família no PRA	69
4.3.3. Aspectos gerenciais no contexto do PRA.....	73
4.3.4 Percepções sobre a transmissão da herança cultural entre as famílias.....	84
4.3.5. Relação dos estudantes com as famílias assentadas.....	85
4.3.6. Dificuldades vivenciadas pelos estagiários no trabalho com as famílias	88
4.4. A Efetividade do PRA na Visão dos Estudantes e Egressos.....	91
4.4.1. Alcance dos objetivos do Programa Residência Agrária.....	98
4.4.2. Adequação na formação acadêmica dos estudantes em função do RA.....	100
4.4.3. Contribuições do PRA na prática profissional.....	101
4.4.4. Percepção dos estudantes e egressos sobre a Pedagogia da Alternância.....	103
4.4.5. Percepção dos estudantes e egressos sobre a metodologia da Análise de Diagnóstico dos Sistemas Agrários.....	106
5. CONCLUSÃO.....	109
6. SUGESTÕES E LIMITAÇÕES.....	115
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS.....	127
ANEXO A: PORTARIA DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA....	128
ANEXO B: Relação dos trabalhos apresentados sobre as atividades desenvolvidas pelos estudantes entre 2007 e 2008.....	129
APÊNDICE.....	131
APÊNDICE A: Roteiro de Entrevistas aplicado à Coordenadora, Professores, Alunos e Egressos do PRA-UFC.....	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Categorias, subcategorias e temas pesquisados.....	13
Quadro 02: Universidades de cada região que participaram do projeto piloto do PRA, com suas respectivas localizações(estado/cidade).....	23
Quadro 03: Características das Agriculturas Familiar e Patronal.....	36
Quadro 04: Alterações ocorridas no Programa Residência Agrária da UFC.....	46
Quadro 05 Importância da família como objeto de estudo no PRA.....	69
Quadro 06: Questionamento sobre a importância de estudar a categoria família.....	71
Quadro 07: Percepções sobre o funcionamento das famílias dos assentamentos.....	92
Quadro 08: Objetivos do PRA no que se refere à formação acadêmica dos estudantes, na visão dos estudantes e egressos.....	94
Quadro 09: Objetivo do PRA referente a melhorias para os sujeitos assentados na visão dos estudantes e egressos.....	97
Quadro 10: Percepção dos estudantes e egressos sobre o alcance dos objetivos pelo PRA.....	99
Quadro 11: Percepção dos estudantes e egressos sobre as mudanças na formação acadêmica em função da atuação no PRA.....	100
Quadro 12: Percepção dos Estudantes e egressos sobre as contribuições do PRA na atuação profissional dos extensionistas.....	102
Quadro 13: Aspectos positivos do Tempo Universidade.....	104
Quadro 14: Limitações do Tempo Universidade.....	105
Quadro 15: Aspectos positivos do Tempo Comunidade.....	106
Quadro 16 Aplicabilidade e Importância da Metodologia da Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários.....	107

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Configuração dos Sistemas Ecológicos Familiares.....	30
Figura 2: Etapas de uma Análise de Diagnóstico dos Sistemas Agrários.....	39

RESUMO

JESUS, Margarida Maria Higino de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2011. **Família no Programa Residência Agrária: a visão dos atores da Universidade Federal do Ceará.** Orientadora: Lourdes Helena da Silva. Coorientadoras: Rita de Cássia Pereira Farias e Maria das Dores Saraiva de Loreto.

A pesquisa trata de uma análise sobre a efetividade do Programa Residência Agrária (PRA) da Universidade Federal do Ceará, implantado em 2004, por meio da análise de sua estruturação, metodologia de extensão e das concepções e vivências sobre família no contexto do programa. Partiu-se do seguinte questionamento: O Programa Residência Agrária tem conseguido desconstruir o movimento predominante da produtividade, do difusionismo tecnicista, formando e qualificando extensionistas capazes de compreender a diversidade local e integrar as famílias, por meio de um desenvolvimento participativo de baixo para cima? Para responder a esse questionamento, a pesquisa, de natureza qualitativa, fez uso de referências bibliográficas e documentais, além de entrevistas semi-estruturadas realizadas junto a professores, estudantes e egressos do programa, cujos dados foram trabalhados sob a perspectiva da Análise Descritiva. Os resultados mostraram que, para a implementação do Projeto Piloto na UFC, recorreu-se aos princípios da Pedagogia da Alternância que prima pelo contato do estudante com a realidade dos assentamentos, mediante dois tempos complementares: o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade. Outra Metodologia adotada a partir de 2007, foi a Análise de Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), que permite conhecimento amplo sobre a realidade das famílias e do assentamento. Para fazer um diagnóstico efetivo, os estudantes trabalham com metodologias participativas que consideram os assentados como sujeitos de mudança daquela realidade. Percebe-se que o PRA vem, de modo geral, propiciando ganhos as partes envolvidas, levando o jovem a repassar o conhecimento para seu assentamento, atuando como agente multiplicador aumentando sua autoestima e motivando-o a continuar os estudos. Acerca da relevância da categoria família no Programa Residência Agrária, as entrevistas demonstram que, antes de ir para o Estágio de Vivência nos assentamentos, os estudantes recebem diversas instruções para que observem a dinâmica das famílias, a fim de conhecer suas práticas, vivências e valores, para depois fazer o diagnóstico que favorecerá a atuação profissional. A inserção no campo é marcada por diversas dificuldades, como o medo do desconhecido, principalmente em função da visão negativa que a mídia apresenta sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Aos poucos as dificuldades são superadas e o Estágio de Vivência proporciona uma experiência

rica de aprendizagem e troca de saberes entre estagiários e egressos. Acerca do estudo da categoria família no Programa Residência Agrária, apesar da família ser o ponto de partida para o trabalho do PRA, a mesma não é um eixo estruturador do Programa. O aprendizado sobre as famílias se dá nas vivências práticas. Entretanto, essa constatação não diminui a relevância do PRA na formação de profissionais para atuarem na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Assessoria Técnica, Ambiental e Social (ATES). Nesse sentido, conclui-se que a academia, mediante Programas como o Residência Agrária, não somente instrumentaliza e empodera os assentados, como também forma profissionais mais preparados para uma atuação mais próxima à realidade dos assentados. Além disso, a vivência dos estudantes nos assentamentos contribui para a desmontagem de mitos e estereótipos construídos sobre grupos minoritários, como o caso das famílias dos assentamentos.

ABSTRACT

JESUS, Margarida Maria Higino de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2011. **Family in the Agrarian Residency Program: a view from the actors of the Federal University of Ceará.** Adviser: Lourdes Helena da Silva. Co-Advisers: Rita de Cássia Pereira Farias and Maria das Dores Saraiva de Loreto.

This study is an investigation on the effectiveness of the Agrarian Residency Program (PRA), from the Federal University of Ceará (UFC), implemented in 2004, through analysis of its structure, extension methodology, conceptions and experiences of families in the context of this program. Thus, we started questioning whether the Agrarian Residency Program- PRA, has been able to deconstruct the predominant movement of productivity, diffusionism techniques, qualifying extensionists, enabling them to understand local diversity and integrating families by means of participatory development from bottom up. In order to answer this question, a qualitative research, using bibliography and documents besides semi structured interviews with professors, students and graduates from the Program, which data were collected according to the view of Descriptive Analysis. Results have shown that, for implementing the Pilot in the UFC, we used the principles of Pedagogy of Alternating which strives for student contact with settlement reality, (brazilian agrarian camp formation), through two additional times: Time of University and time of Community. Other methodology adopted by ARP, since 2007, has been the Diagnostic Analysis of Agricultural systems (ADSA), which requires extensive knowledge about the reality of families and settlements. For an effective diagnose, students worked with participative methodologies which consider settlements as subject to changes of that reality. In 2007, the Youth Agroecological Program has begun, allowing young people to sit with the University. It is felt that PRA, in general, provides gains to parties involved, leading the young people to pass on knowledge to their settlement, acting as multiplying agents increasing their self-esteem and motivating them to continue their studies. In relation to the relevance of family into the Agrarian Residency Program, the interviews have show that, before going to the Stage of Experience in the settlements, students have received several instructions on how to observe the dynamics of families in order to know their practices, experiences and values and afterwards making a diagnosis which will favor the professional performance. Insertion in the field is usually marked by several difficulties, such as fear of the unknown, mainly due to the negative view that the media spreads about the Movement of Landless Workers (MST) leading them to only to observe and not to interact with families. Gradually difficulties were

overcome, hence stage of experience provides a rich experience of learning and knowledge exchange between trainees and graduates. In relation to the study about the family in the Agrarian Residency Program- PRA, despite the family being on starting point for the work of PRA, it is not a structural axis of the Program. The learning about the families has taken place during the experience. However, this finding does not reduce the relevance of PRA in training professionals to work in technical assistance, environmental and social advising (ATES) and Technical and rural extension (ATER). In this sense, we have concluded that the academy, by means of programs such as the Agrarian Residency Program- PRA, does not only exploits and empowers the settlements, as well as better prepare professionals for acting closer to the reality of the settlers. Moreover, the experience of students in the settlements contributes to dismantling myths and stereotypes built about minority groups, as the case of settlement families.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata de uma análise sobre a implantação do Projeto Piloto do Programa Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará, que teve como objetivo formar profissionais comprometidos com as demandas e especificidades dos trabalhadores do campo em áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, baseada na Extensão Rural de base Agroecológica¹.

Buscou-se estudar as concepções do Programa, as áreas de atuação, as dificuldades encontradas e as adaptações pelas quais o Programa passou ao longo dos anos, na visão dos professores². Além disso, neste estudo buscou-se refletir, a partir da percepção de estudantes e egressos³, os objetivos de ingresso no Programa, as potencialidades e limitações do Residência Agrária, a forma como a categoria família é trabalhada, bem como as relações que se estabelecem entre estudantes e famílias assentadas na experiência em curso.

Tal pesquisa se justifica diante das discussões e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, em consequência do aumento considerável do consumo mundial, a partir da segunda metade do século XX. Nessa ocasião, segundo Farias (2009), o mundo havia presenciado a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, em meio a duas Grandes Guerras Mundiais que devastaram a economia mundial. Diante de buscas por uma solução eficaz para dinamizar a economia, em 1955, o analista de vendas dos EUA, Victor Lebow articulou uma estratégia que perpassaria todo o sistema produtivo e econômico, afetando radicalmente o modo de vida mundial. Sua proposta era acionar diversas estratégias que levassem a identidade dos indivíduos a se firmar no consumo.

¹ Entende-se por extensão rural de base agroecológica como: “o processo de intervenção de caráter educativo e transformado, baseado em uma metodologia de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimento que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento social equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para ao desenvolvimento e seleções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agrossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no manejo” (CORPORAL, *apud* LIMA, 2011).

² O Programa Residência Agrária no período de 2004 a 2007 foi desenvolvido em duas fases integradas: o Estágio de Vivência e o Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo, na modalidade *lato sensu*. Essa Experiência foi denominada “Experiência Piloto”. Ao final da Experiência Piloto Nordeste I, com o propósito de dar continuidade ao Programa, a equipe do Residência Agrária do UFC encaminhou uma nova proposta ao MDA/INCRA. Como o financiamento não foi aprovado, buscou-se financiamento através de editais de pesquisa e extensão em diferentes agências de fomento para a realização do Estágio de Vivência em áreas de Reforma Agrária. Sob essa dinâmica o Estágio de Vivência encontra-se atualmente em sua quarta turma.

³ Atualmente atuam como bolsistas de apoio técnico nas etapas formativas do Estágio de Vivência do Residência Agrária na UFC

Diante de buscas por uma solução eficaz para dinamizar a economia, em 1955, o analista de vendas dos EUA, Victor Lebow articulou uma estratégia que perpassaria todo o sistema produtivo e econômico, afetando radicalmente o modo de vida mundial. Sua proposta era acionar diversas estratégias que levassem a identidade dos indivíduos a se formar no consumo.

Em face à proposta de Lebow, diversas estratégias foram criadas para fomentar o consumo, criar novas “necessidades” e desejos, além de assegurar a obsolescência dos bens. Um exemplo da fabricação de eletroeletrônicos como telefones celulares, computadores, eletrodomésticos. Visto por uma perspectiva mais ampla, este modelo de crescimento elaborado por Lebow tem sido devastador para o meio ambiente. Embora as indústrias tenham atingido altas cifras, capazes de permitir grande acúmulo de capital material e financeiro, o aumento do desenvolvimento material da humanidade se deu à custa de grande prejuízo ambiental, pois o potencial natural do qual depende a prosperidade econômica tem colocado em risco a sobrevivência das gerações futuras. Isso porque a visão de que níveis mais elevados de consumo proporcionariam uma vida melhor não considerou dois importantes componentes da equação: de onde vêm os produtos e para onde eles vão quando não nos são mais úteis. Ou seja, Lebow parece não ter considerado que vivemos em um planeta cujos recursos são escassos (FARIAS, 2009). Além disso, a distribuição de riquezas diferenciadas contribuiu para que este modelo ampliasse as desigualdades sociais da humanidade.

O avanço da tecnologia, embora tenha trazido benefícios para as famílias em termos de consumo, gerou um prejuízo ambiental que o planeta e seus habitantes não podem suportar por muito tempo. O desenvolvimento tecnológico desconectado das implicações ambientais e de medidas de redução das desigualdades sociais tem levado ao esgotamento dos recursos naturais os quais comprometem não apenas a existência humana, mas também a diversidade biológica e contribuem para o aumento da pobreza. Diante da insustentabilidade do modelo econômico calcado no consumo, diversos pesquisadores e membros de movimentos organizados têm buscado soluções para recuperar os ecossistemas do planeta.

Nesse sentido, os atores políticos estão reconhecendo que não é possível separar o desenvolvimento econômico das questões ambientais e da pobreza, que juntas compõem um

grande desafio a ser equacionado. Essa situação levou a ONU a criar, em 1983, a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo objetivo era buscar alternativas de desenvolvimento sustentável, ou seja, atender às necessidades do presente sem, no entanto, comprometer a capacidade das gerações futuras terem as suas necessidades também satisfeitas (CARVALHO, 1991). O desenvolvimento sustentável sugere qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e o aumento da reutilização e da reciclagem.

Assim, não resta dúvida que hoje se vive uma séria crise ecológica, uma vez que o capitalismo exacerbado tem levado ao extremo sua produção material na busca incessante pelo lucro. Mesmo que as pressões populares de alguns países tenham contribuído para a implementação de políticas de conservação da natureza, recuperação de rios e lagos e colocação de equipamentos de controle e restrição de poluição nas fábricas, a destruição ambiental continua a crescer nas regiões onde a consciência ambiental é fraca, mormente nos países subdesenvolvidos. Soma-se a essa problemática ambiental, a situação de pobreza de grande parte da população, já que o modelo de desenvolvimento capitalista deixou uma defasagem entre as nações pobres e ricas, dando poucas expectativas de equilíbrio desse quadro.

A presente pesquisa trata de uma investigação sobre outra característica da sociedade capitalista que é a redução do número de filhos. Essa característica vem sendo apontada como um grande risco para a sociedade, pois, com a elevação da expectativa de vida, a população vem envelhecendo e o número de indivíduos na fase produtiva diminuindo. Segundo o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Samuel Pinheiro Guimarães (gestão 2009/2010) *“Corremos o risco de irmos a ser uma nação velha e pobre, simultaneamente. Significa atingir a maturidade, sem ter atingido a riqueza”*. O ministro considera que a faixa de fecundidade brasileira está abaixo de 2 e para manter a população estável seria necessária uma taxa de 2,1. Diante deste quadro, ele sugeriu tornar o sistema brasileiro mais democrático, cabendo ao Brasil criar políticas que tenham como parâmetros o desenvolvimento interno e a distribuição de riqueza (IPEA, 2010).

Apesar de haver diversos programas sociais que buscam atender às necessidades da população brasileira em situação de vulnerabilidade social, esses programas, nem sempre correspondem às expectativas das pessoas atendidas. Falta, muitas vezes, um monitoramento, avaliação sistematizada e controle social das ações.

Essa situação é derivada não somente do modelo de desenvolvimento, mas também devido ao currículo das Instituições de Superiores de Ensino, que priorizam a formação de profissionais do setor agrário e ciências correlatas atrelada aos interesses de grandes empresas e conglomerados. Nesse processo, os extensionistas são preparados para a difusão de modernas tecnologias, situando a agricultura como mera unidade de produção, sem uma atenção mais cuidadosa à família como um todo, desconsiderando os interesses, desejos, demandas e projetos de reprodução social destas.

Ou seja, no Brasil há uma tendência de perpetuação do modelo difusionista e reprodutivista de Extensão Rural, sem uma integração eficiente de estratégias de intervenção da agricultura de base agroecológica e participativa. Esse modelo embasa-se na preocupação em difundir tecnologias modernas e levar “soluções prontas”, que geralmente não correspondem às expectativas e anseios da comunidade atendida.

Paralelamente a essa extensão tecnicista, surge ação dos membros dos movimentos sociais, que reivindicam melhorias em seus contextos, a partir da realidade concreta que vivenciam.

Os movimentos sociais no Brasil que tiveram início na primeira metade do século XX, tomaram forma mais intensa na década de 1970. A população estava insatisfeita com as transformações ocorridas tanto no campo econômico quanto no social. Segundo Fialho (2005) os primeiros movimentos eram reconhecidos como movimento de classe, ou seja, da classe operária que se opunham à política vigente e reivindicavam melhores condições de trabalho e salários melhores. Esses movimentos sociais, considerados como tradicionais, estavam sempre ligados a algum partido com interesse próprio vivendo a subordinação e o autoritarismo dessas organizações políticas. Outros movimentos sociais se viam obrigados a se unirem ao movimento de classe, ou seja, aos trabalhadores, para ganhar força como movimento de massa. Essa situação muda a partir da década de 1970, quando:

Surge uma nova idéia de movimento social, que será totalmente inovador, colocando em questão uma nova compreensão sobre a vida política, econômica e social do povo. Esses novos movimentos têm a capacidade de auto se organizarem, não se vinculando a nenhum tipo de organização, sendo a sua única preocupação a igualdade entre os membros e buscando sempre superar algum tipo de carência, pois só assim alcançaram-se alguns objetivos. (LISBOA, 1988 apud FIALHO 2005, p. 3).

As ações desses movimentos, destacando-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm reivindicado para que haja políticas públicas mais próximas à realidade da Agricultura Familiar e de áreas da Reforma Agrária, como é o caso do Programa

Residência Agrária (PRA), instituído através da portaria 057 de 23 de julho de 2004, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (ANEXO A), em contexto de reformulação dos papéis reservados à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Segundo Molina (2009, p.19), o Programa Residência Agrária foi implantado com o intuito de estabelecer novas funções para a Assistência Técnica nas áreas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar, que articulassem o INCRA e ATES, materializando-se através do trabalho das equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Assim, a estratégia de implantar o programa junto a jovens no período final da graduação, complementado pela Especialização, funcionaria como via de mão dupla, pois “complementaria sua formação, como também enriqueceria o próprio trabalho destas equipes de ATES e ATER”, onde os jovens recém formados que participariam do Programa Residência Agrária poderiam se inserir.

O PRA foi concebido como uma política indutora, capaz de fomentar a criação de espaços de produção de conhecimento no âmbito das Ciências Agrárias, dentro das Universidades Públicas, a partir do estímulo de docentes para a execução de projetos de pesquisa e extensão nas áreas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar (MOLINA, 2009, p.19).

Diante desse contexto, surge o interesse da pesquisadora em estudar o Programa Residência Agrária, em função de sua formação em Economia Doméstica⁷ e atuação como docente no Instituto Federal de Minas Gerais – Campus São João Evangelista. O instituto onde trabalha tem adquirido um perfil agrário, com a implantação dos cursos técnico em Meio Ambiente, tecnólogo em Silvicultura e curso superior em Agronomia, além do já existente curso Técnico em Agropecuária. Assim, há um interesse institucional em maiores investimentos em programas de Extensão Universitária que contribuam para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, com base nos princípios da agroecologia. Diante destes interesses, existe a possibilidade de que futuramente venha ser aplicado o conhecimento adquirido acerca do PRA aliado à realidade concreta do Instituto.

Outro fator motivacional para o estudo em questão foi o contato da pesquisadora com o universo agrário, como instrutora do Serviço Nacional de Educação Rural de Minas Gerais (SENAR/MG), nas áreas de Alimentação e Saúde. Nessa atuação foi possível perceber que as

⁷ A Relação da Economia Doméstica com a Extensão Rural é bastante intensa na UFV, onde cursei a graduação e o mestrado, com matriz curricular multidisciplinar, humanista e crítica-reflexiva sobre to cotidiano dos indivíduos, da família e de demais grupos sociais, capacitando o profissional a atuar nas áreas de Extensão Rural.

ações de capacitação nem sempre eram efetivas, pois muitas vezes não contemplavam a realidade dos sujeitos acampados e assentados da Reforma Agrária, desconsiderando os eventos sociais e históricos condicionantes dos processos de aprendizagens.

Nesse sentido, justifica-se o desenvolvimento da presente proposta de pesquisa, cujos resultados instrumentalizarão reflexões em torno de ações extensionistas orientadas para atendimento das necessidades dos agricultores familiares acampados e assentados.

1.1 O Problema e Sua Contextualização

A proposta de analisar as concepções de família no Programa Residência Agrária, oferecido da Universidade Federal do Ceará (UFC), embasa-se na premissa de que Reforma Agrária não é apenas a distribuição de terras, mas, principalmente, a busca pela melhoria da qualidade de vida. Assim, políticas públicas devem ser desenvolvidas a fim de atender às demandas da população assentada frente à nova vida que se inicia no assentamento rural.

Dessa forma, vários pesquisadores têm se preocupado com as famílias acampadas e assentadas na Reforma Agrária, como Esmeraldo (2007, p.77) que questiona: “*como empoderar os assentados em conhecimentos tecnológicos, em formação, levando em consideração os saberes e visões diferentes e acumulados histórica e culturalmente por cada família assentada?*” Em sentido semelhante, Cruciol et al (2007) defende que, para que haja empoderamento das famílias assentadas, é necessária uma atuação entre diversas áreas do conhecimento, que são chamadas a contribuir na discussão da Questão Agrária: História, Geografia, Antropologia, Sociologia, Física, Matemática, Agronomia, entre outras.

Além disso, é preciso considerar as especificidades de cada região, isto é, o cenário vivenciado pelos agricultores. Como defende Dufumier (1990, *apud* OLIVEIRA FILHO, 2005), seria um erro considerar todos os produtores de uma determinada região como um conjunto homogêneo aos quais se pode propor “pacotes tecnológicos” uniformes. Este foi o grande erro incorrido pela Revolução Verde⁸, que não conseguiu melhorar a produtividade e a renda do pequeno produtor dos países do terceiro mundo, através da tentativa de introduzir técnicas modernas fora do contexto dos produtores. Assim, para evitar esse problema, torna-se necessário romper com o esquema normativista aos quais recorrem muitos profissionais que pretendem impor técnicas “melhoradas” aos produtores, como se estas pudessem existir

⁶ A Revolução Verde é um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio de melhorias genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo (VASCONCELOS, 2007).

independentemente das condições de produção e de reprodução social dos produtores e suas respectivas famílias.

Outro fator a ser considerado nos projetos de Reforma Agrária é a não homogeneidade e instabilidade na estrutura dos grupos. Segundo Caldart (2004), num acampamento é possível identificar a mudança de lugar, de forma e de composição de pessoas. Essa lógica de movimento altera o modo de vida das pessoas. Enquanto alguns esperam ansiosos pelo retorno a uma situação de vida mais estável, em uma residência fixa, o que poderá ser proporcionado pelo assentamento. Outros, ao contrário, não conseguem imaginar a vida sem essa agitação da luta. Trata-se da dialética entre o enraizamento, proporcionado pela inserção em uma coletividade forte e o projeto proporcionando pela continuidade na dinâmica da luta.

Diante dessas diferenças, Ferrante (2010) menciona que os assentamentos rurais são experiências inovadoras na gestão do território. Eles expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades acerca da agricultura familiar perante o poder do capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo. Nestes, os assentados aparecem como sujeitos, muitas vezes, em posição de subalternidade, porém, com presença ativa e desenvolvendo estratégias, mais ou menos coerentes, de possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar.

Ao mostrar a importância de mecanismos ou programas que atendem a agricultura familiar, Cruciol *et al* (2007), aponta a relevância dessa modalidade econômica a partir de pesquisas realizadas pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE). Tais pesquisas revelam que a agricultura familiar tem 33% de participação no produto Interno Bruto do País-PIB, mas ainda é tratada como um “público ruim” para investimentos de recursos, mesmo com um índice de inadimplência pequeno.

Diante das questões apresentadas, esta pesquisa buscou examinar a efetividade⁹ do Programa Residência Agrária oferecido da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo como categoria chave de análise a família. Ou seja, especificamente, procurou-se conhecer como as

⁹ Segundo Tavares (2001), as avaliações das políticas e programas podem ser de processo ou de impacto. Na avaliação de processo, é possível examinar a eficácia de metas e resultados referentes às metodologias de implementação, sua efetividade, além da avaliação de custo/benefício. Por outro lado, a avaliação de impacto objetiva examinar a relação entre as ações de um programa e o resultado final obtido, isto, é seu sucesso ou fracasso, em termos de efetivas mudanças nas condições de vida da população. Já para Cavalcanti (2011), o conceito de eficiência ou efetividade revela em que grau os objetivos e metas de um programa foram alcançados, ou seja, qual a correspondência entre os resultados atingidos e os objetivos traçados. Contempla-se assim, o resultado de um processo, como também, a orientação metodológica e a atenção estabelecida para o alcance dos objetivos.

famílias assentadas são concebidas pelo Programa, verificando se o PRA se embasa nas vivências dessas famílias e processos históricos de luta pela terra e permanência na mesma¹⁰.

O problema dessa pesquisa está pautado na necessidade de um atendimento específico às famílias assentadas, que se encontram em situação precária ou marginalizadas, além da inexistência ou baixa eficiência dos programas de extensão, o que culmina no aumento da desistência da terra ou seu mau uso. Tendo em vista essa premissa, questiona-se: A família é colocada nos eixos temáticos do Programa como objeto de estudo? O Programa Residência Agrária tem conseguido desconstruir o movimento predominante da produtividade, do difusionismo tecnicista, formando e qualificando extensionistas, capazes de compreender a diversidade local e integrar com as famílias por meio de um desenvolvimento participativo? Na concepção dos estudantes e pesquisadores que atuam no programa, as famílias são vistas como meras receptoras de técnicas ou são respeitadas em seus princípios e valores e incentivadas a manifestar suas concepções, expectativas e saberes?

A relevância de tal pesquisa deve-se à premissa de que uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural, com estratégias de intervenção na agricultura com base agroecológica devem ser participativas. Sob esse enfoque, o extensionista, no papel de educador, deverá focalizar as áreas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar, tendo como eixos orientadores a agroecologia, segurança alimentar, questões agrárias e educação do campo, considerando os sujeitos e construtores do desenvolvimento local, com seu conhecimento acumulado e valores socioculturais, evitando a transmissão de tecnologias prontas.

1.2. Objetivos

Esse trabalho tem como objetivo geral investigar como se deu a implantação e estruturação do Programa Residência Agrária (PRA) na Universidade Federal do Ceará – UFC, examinando suas metodologias de atuação extensionista, além das concepções e vivências sobre família que embasam as ações do PRA.

Especificamente, com esta investigação, buscou-se:

¹⁰ Não se pode generalizar os tipos de assentamentos, pois cada um tem sua história e especificidade. Como a forma de conquista da terra, o grau de parentesco entre as famílias, os recursos naturais, as crenças e costumes. Segundo Heredia (2009), pode-se notar em alguns assentamentos uma organização suficiente para gerar melhoria das condições de vida, com acesso a serviços e bens.

- Caracterizar o Programa Residência Agrária em termos do contexto organizacional e de funcionamento;
- Analisar a percepção dos professores ligados ao Programa Residência Agrária, quanto às metodologias e ações para extensão rural agroecológica, dificuldades, desafios e contribuições.
- Identificar, na perspectiva de estudantes e egressos, as concepções e vivências sobre a categoria família no Programa Residência Agrária e a efetividade do PRA, considerando os seus objetivos, dificuldades enfrentadas, fragilidades e potencialidades.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estruturação dos procedimentos metodológicos envolve a caracterização da pesquisa, a definição do local de estudo e da unidade empírica de análise, os instrumentos de coletas de dados e as categorias estabelecidas para a análise dos dados.

2.1 Caracterização da Pesquisa

O delineamento empírico da pesquisa seguiu a abordagem qualitativa. De acordo com Minayo e Sanches (1993, p.239), este tipo de abordagem *“permite uma aproximação fundamental e de intimidade entre o sujeito e o objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza. Ela se volta com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas”*.

A pesquisa caracterizou-se como do tipo descritiva e exploratória que proporcionam, segundo Gil (1999), são as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. *“São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc.”*(GIL, 1999, p.44).

A pesquisa exploratória, além de revelar diversas facetas da realidade estudada, segundo Piovesan (1995, p. 321), leva o pesquisador à descoberta de novos enfoques, percepções e terminologias que contribuem para que seu próprio modo de pensar seja modificado. Assim, o pesquisador progressivamente ajusta suas percepções à percepção dos entrevistados.

A pesquisa também foi baseada em um estudo de caso, definido por Bressan (2000) como um importante método das Ciências Sociais que permite a exploração de fatos, ocorrências e relatos que oferecem pouca possibilidade de generalizações.

Este método tem como vantagens o fato de se constituir uma estratégia profícua quando se quer responder às questões de “como” ou “porquê”, o que permite ao investigador a possibilidade de se concentrar em um caso específico e de identificar os diversos processos interativos em curso. Nesse tipo de estudo, a abrangência dos dados pode dificultar sua leitura e interpretação, o que requer tempo e atenção.

2.2 Local de estudo e unidade empírica de análise

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado como local de estudo a cidade litorânea de Fortaleza, um importante centro industrial e comercial, localizado na região nordeste do Brasil. Fortaleza, tem o 15º maior PIB municipal da nação e o segundo do Nordeste, com 24,4 bilhões de reais. É a cidade mais populosa do Ceará e quinta do Brasil (IBGE, 2010).

A unidade empírica de análise foi o Programa Residência Agrária (PRA), ministrado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com campus localizado no município de Fortaleza. O PRA teve início na UFC, em 2004 como Projeto Piloto constituindo-se de duas etapas: o Estágio de Vivência que reuniu estudantes do último semestre da Graduação e o Curso de Especialização em Agricultura Familiar/Camponesa e Educação do Campo¹¹ que foi oferecido para os graduados e os técnicos da Assistência Técnica e Assessoria Social (ATER e ATES). Após 2007, o PRA constituiu-se somente da primeira etapa, porém, com outro formato, que será detalhado posteriormente. Nas duas etapas (estágio e especialização) utilizava como metodologia a Pedagogia da Alternância.

O PRA tem como bases fundamentais: a crítica ao ensino difusionista, voltado para o desenvolvimento produtivista e economicista; a priorização à produção do conhecimento dialógico, crítico e participativo; a ressignificação do manejo agrícola tradicionalmente incorporado na agricultura familiar e camponesa para o manejo agroecológico; o exercício da convivência dos estudantes dentro do cotidiano das famílias camponesas e assentadas; A interdisciplinaridade entre estudantes dos diferentes cursos das ciências agrárias da UFC (BRASIL, 2004).

As linhas de pesquisa existentes no PRA desta universidade são: Agricultura Familiar e Camponesa, Meio Ambiente e Energia, Aquicultura e Pesca, Recursos Hídricos, Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Etnia, Mulher e Juventude. Dentro destas linhas de pesquisa, há subtemas de estudos para a capacitação profissional, pesquisa e extensão realizadas pelos integrantes do programa (PITOMBEIRA *et al.*, 2009).

¹¹ O Curso de Especialização aconteceu apenas na Experiência 2004 -2007.

2.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Dentre as técnicas de coleta de dados, usou-se a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, para isso recorreu-se a atas de reuniões e portarias referentes ao PRA, registros do programa nas comunidades atendidas, análise de material áudio-visual, como fotos, jornais e panfletos. Estes materiais permitiram caracterizar o programa e aprofundar o conhecimento dos fatos e fenômenos que a ele se relacionam.

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias. Já a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, trata-se de fontes primárias. Oliveira (2007, p.70) menciona que *“na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico.”*

Além da pesquisa bibliográfica e documental, foram utilizados, como recursos metodológicos para a coleta dos dados, entrevistas semi-estruturadas realizadas junto à equipe de coordenadores, professores orientadores e estudantes, buscando levantar informações sobre a implantação do Programa com suas metodologias, bem como as concepções e vivências sobre família, que embasam as ações do PRA. As entrevistas foram realizadas na própria UFC e contaram com um roteiro (Apêndice A) e o auxílio de um gravador, cujo recurso foi permitido pelos sujeitos em estudo. A ideia foi conhecer como os profissionais e estudantes percebem e trabalham a família ao longo de sua experiência no Programa Residência Agrária.

As questões sobre a concepção de família no Programa Residência Agrária família foram direcionadas para os estudantes e egressos do Programa. Nessa etapa, procurou-se entender a concepção de família dos estudantes e egressos da experiência em curso. Posteriormente, foram verificadas as percepções e vivências dos professores e egressos. Para obtenção dos dados foram entrevistados 5 professores, 4 estudantes e 6 egressos do Programa. As entrevistas ocorreram no período de 21 a 25 de março de 2011.

2.4 Categorias de Análise

Para o desenvolvimento deste projeto e alcance dos objetivos aqui tratados, foram analisadas as categorias, subcategorias e temas apresentados no Quadro 01.

Quadro 01- Categorias, subcategorias e temas pesquisados

Categorias	Subcategorias	Temas
Estruturação do PRA na UFC	- Organização - Metodologia - Funcionamento	- Concepção do programa - Pedagogia da Alternância - Análise de Diagnóstico de Sistemas Agrários - Desafios e potencialidades
Família no PRA	- Concepções - Vivências	- Arranjos, funcionamento familiar e construções de gênero nos assentamentos - Aspectos geracionais e transmissão da herança cultural entre as famílias - Relevância de se estudar família no PRA - A família é objeto de estudo - Relação entre estudantes com as famílias assentadas - Dificuldades encontradas pelos estagiários no trabalho com as famílias
Percepção dos estudantes e egressos sobre a efetividade do PRA	- Objetivos - Metodologias e ações - Formação acadêmica - Prática profissional	- Objetivos alcançados - Práticas de extensão rural - Repercussões na formação acadêmica e nos assentamentos - Modificação acadêmica em função do PRA - Contribuição para a atuação profissional - Potencialidades e limitações do PRA

- **Estruturação do Programa Residência Agrária:** Os documentos examinados foram aqueles que tratam da estrutura organizacional e forma de funcionamento do Programa, por meio da análise de relatórios de estágios, portarias, atas de reuniões, projetos, definição de participantes, disciplinas, conteúdos, eixos temáticos, dentre outros. Além disso, foram analisadas as percepções dos professores, em termos de suas metodologias e práticas de extensão, dificuldades, desafios e contribuições.

- **A família no Programa Residência Agrária:** Consta de análises sobre como o tema família é definido e trabalhado nos assentamentos, a partir de dados obtidos nas entrevistas semi-estruturada junto aos estudantes e egressos da experiência em curso visando identificar suas concepções sobre os arranjos e funcionamento familiar, aspectos geracionais e transmissão de

herança cultural; a importância de se estudar a família no contexto do PRA, relações e dificuldades no trabalho com as famílias.

- **Efetividade do Programa Residência Agrária:** Contempla a orientação metodológica, bem como suas ações para o alcance dos objetivos, considerando a perspectiva da extensão rural de base agroecológica.

2.5. Procedimentos de Análise de Dados

Após a leitura dos documentos e transcrição das entrevistas procedeu-se a análise descritiva dos dados. Segundo Pasquali (2001) a primeira coisa a fazer com os dados de uma pesquisa científica consiste na descrição dos mesmos. Essa descrição ou apresentação dos dados é estatisticamente efetuada através de uma descrição algébrica. A descrição completa dos dados individuais da pesquisa foi realizada através da distribuição de frequência.

Para Jung (2011) a análise descritiva é um desdobramento do desenvolvimento do trabalho. A partir das semelhanças e diferenciações na estrutura e sentido dos dados, eles foram codificados e categorizados. Por fim, partiu-se para a fase da inferência, análises reflexivas e interpretação dos dados, com base nos referenciais teóricos e experiências particulares do pesquisador adquiridas durante vivências em campo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Para atender aos objetivos propostos, considera-se necessário examinar referenciais teórico-conceituais que abordem os temas: A extensão rural no Brasil e a modernização da agricultura; O Programa Residência Agrária e suas bases; Concepção de família e suas mudanças.

3.1. A Extensão Rural no Brasil e a modernização da agricultura

Ao atentarmos para a história da Extensão Rural no Brasil, identificamos as concepções que permearam sua trajetória e que foram determinantes para compreender as transformações que vêm ocorrendo na atualidade.

A extensão rural no Brasil surgiu oficialmente em 1948, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país.

Nessa época, a Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV), localizada em Minas Gerais, havia se transformado em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG, hoje Universidade Federal de Viçosa. A UREMG era composta pela Escola Superior de Agricultura, Escola Superior de Veterinária, Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola de Especialização (Pós-Graduação), Serviço de Experimentação e Pesquisa e Serviço de Extensão.

A implantação do Serviço de Extensão fazia parte de um acordo do governo brasileiro com agências de desenvolvimento norte-americanas que pretendiam mudar a estrutura da produção nacional. Segundo Fonseca (1985), o modelo de Extensão Rural que o Brasil importou dos Estados Unidos era voltado para a população ausente dos *Land-Grant Colleges* e que ainda não havia adotado modelos de crescimento econômico, baseados no aumento do uso de insumos industrializados. O programa tinha a finalidade de veicular conhecimentos úteis e práticos relacionados à Agricultura, Pecuária e Economia Doméstica, para a adoção de modos mais eficientes na administração da propriedade rural e do lar.

Na ocasião, os governos das regiões subdesenvolvidas firmaram convênios com agências norte-americanas para aumentar os índices de produção agrícola, com o suposto

objetivo de elevar o padrão de vida das comunidades rurais. Lopes (1995) menciona que o interesse do Brasil nesse acordo era aumentar o consumo de artefatos industriais e disseminar tecnologias geradas nos centros de pesquisa, além de consolidar as elites rurais em decadência, mediante a modernização da agricultura. O interesse dos Estados Unidos, por sua vez, era estender sua tecnologia aos países subdesenvolvidos, consolidar sua soberania mundial e fortalecer o Capitalismo. Assim, a fórmula proposta pelos técnicos americanos para alavancar a agricultura, principalmente entre os pequenos e médios produtores, pautava-se no financiamento acompanhado de assistência técnica, econômica e social, a partir de métodos educativos e pedagógicos.

Diante do interesse mútuo do Brasil e dos Estados Unidos nas ações extensionistas, a Extensão Rural não pode ser entendida de forma ingênua, como uma simples maneira de ajudar as famílias rurais a se desenvolverem. Está claro que existiam interesses econômicos internacionais envolvidos e que impregnaram as práticas e ações no Brasil, que se manifestam até os dias de hoje (FONSECA, 1985).

A Extensão Rural na ESAV iniciou-se originalmente com os cursos de Agronomia e Economia Doméstica. Enquanto a Agronomia atendia ao produtor rural, a Economia Doméstica formava mulheres com competência técnica para viabilizar o programa de Bem Estar Social objetivado pela Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Implantada em 1948, a ACAR foi a primeira instituição do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, criada através de acordo entre a *American International for Economic and Social Development - AIA* e o governo do Estado (LOPES, 1995).

O crédito, instrumento por excelência da modernização agrícola, era a grande estratégia de convencimento dos técnicos a fim de que os agricultores aceitassem a modernização da agricultura. Afinal, o recurso financeiro era imprescindível para garantir a incorporação de bens duráveis (tratores e maquinário) no campo, seja para as atividades agropecuárias, seja para as atividades domésticas (LOPES, 1995).

A autora menciona que, através do crédito rural, os recursos eram colocados à disposição dos agricultores e a ACAR se apresentava como a instituição mediadora entre a pesquisa tecnológica no mundo universitário e as empresas de implementos agrícolas e assistência técnica universitária, que aconselhava os agricultores sobre os procedimentos de modernização de processos produtivos. Nessa lógica, a ACAR e a extensão rural proposta foram mecanismos fundamentais para o modelo de desenvolvimento, que associava crescimento da indústria e da agricultura ao capital financeiro dos bancos.

O próprio nome da ACAR é revelador dos princípios pautados no assistencialismo que acompanhou a história da extensão rural no Brasil. Assim, Costa (2001) e Lima (1984) dividem em três as fases a evolução do extensionismo em Minas Gerais. A primeira fase representa o pioneirismo da ACAR, a segunda refere-se à extensão no período do *milagre econômico*¹² e a terceira fase marca a busca por um modelo de desenvolvimento rural, calcado em tecnologias ecosustentáveis e menos dependentes de insumos químicos.

A primeira fase, de 1948 a 1960, é chamada por Costa (2001) de *Período Familiar Assistencialista*, marcado pela introdução da Extensão Rural no Brasil e sua consolidação como serviço público. Seu foco era a educação e melhoria das condições de vida das famílias de pequenos produtores rurais. Nessa fase, o crédito rural supervisionado era considerado como instrumento de trabalho do extensionista e era destinado não só ao financiamento da produção, mas, também à melhoria do lar e das condições sanitárias das moradias. Nessa fase, a assistência técnica abordou principalmente lições de higiene, hortas caseiras e escolares e educação alimentar, o que, ao final dessa fase, ficou definido como assistência técnica (COSTA, 2001).

Nessa fase, a ACAR procurava “resolver” os “problemas do lar” e os “problemas da fazenda”, justificando e orientando seu trabalho para modernizar o meio rural. Concentrando sua atuação na família rural, a ACAR procurava aumentar sua produtividade agrícola com a finalidade de fazer crescer a renda, liberar mão de obra e aumentar o bem-estar da família rural (LIMA, 1984).

A fase seguinte, de 1961 a 1980, foi reconhecida por Costa (2001) como *Período difusionista* ou do *Produtivismo moderador*. Mediante a difusão de conhecimentos, acreditava-se que um sistema social podia ser afetado pela adoção de inovações, com alocação de idéias novas e a transferência de alguns traços culturais de áreas “civilizadas” a outras “não-civilizadas”. Baseava-se em um processo mental voltado para a capacidade individual de inovar que iniciava quando o indivíduo tomava conhecimento da possibilidade de inovação e culminava com a decisão de adoção ou rejeição. Esse processo era composto por quatro etapas: conhecer, persuadir, decidir e confirmar. A adoção seria o uso pleno da nova idéia como “melhor” opção (COSTA 2001). Nessa fase marcada pelo período do milagre econômico, Lima (1984) menciona que o enfoque principal era o aumento da

¹² O período 1968-1973 é conhecido como "milagre" econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas de 11,1% ao ano. Uma característica notável do "milagre" é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos (VELOSO, *et al* 2008).

produtividade e, para isso, era necessário substituir a tecnologia “tradicional” por uma nova, capaz de estabelecer novos padrões de produtividade, isto é, “modernizar” a “empresa rural”.

Através da modernização da produção rural, o período do *Produtivismo modernizador* via o campo como fonte de matéria prima para a indústria. Sob essa perspectiva, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), instituída em 1974, adotou a seguinte classificação dos usuários em função da renda: os de alta renda teriam a função de equilibrar a balança comercial através de sua produção em larga escala; os de renda média teriam a função de produzir alimentos e matéria prima para consumo interno; e os de baixa renda, apesar de pequenos, poderiam influenciar na oferta de alimentos para a indústria. Assim, o crédito passou a ser orientado para a modernização da produção na perspectiva de impactar economicamente e não mais visando as necessidades da família (COSTA, 2001).

Na fase a seguir, de 1980 a 1990, chamado por Costa (2001) de *Período Crítico Reflexivo*, inaugura-se um movimento de reflexão teórica sobre a Extensão Rural. As práticas e os resultados das ações de extensão são questionados pelos movimentos sociais e extensionistas, em seminários, reuniões e conferências. A agricultura familiar passa a ser pauta obrigatória em todas as reflexões sobre Extensão Rural.

Em 1990, o presidente Collor de Mello extinguiu a EMBRATER, a partir daí, surge o chamado período da *Transição Ambientalista*, no qual os questionamentos sobre a dimensão ambiental no processo de produção foram colocados em pauta por alguns atores, ampliando a discussão sobre a poluição e os alimentos geneticamente modificados, que foram introduzidos nos anos 80 e ganharam força na década de 1990. Nessa fase, busca-se um modelo de desenvolvimento rural através de tecnologias ecosustentáveis e menos dependentes de insumos químicos. A Extensão Rural comprometida com a Educação Ambiental deveria reafirmar, articular e fortalecer a atuação dos produtores agrícolas, enquanto pesquisadores do seu próprio porvir, como atentos observadores dos elementos da natureza e suas respectivas relações. A ocasião exigia a adoção de uma postura problematizadora das atividades visando uma preparação para o desenvolvimento de ações a médio e longo prazo, contrária a perspectiva voltada para a busca de resultados imediatistas, que muitas vezes não perduram no tempo (COSTA, 2001).

Assim, a trajetória da extensão rural no Brasil, iniciada com o assistencialismo, toma novas proporções, baseadas na capacidade de agenciamento dos sujeitos envolvidos. Tais mudanças nos levam a perceber o quanto a extensão rural no Brasil perpassa a conotação ostensiva de invasão cultural, que procura transmitir conteúdos prontos que refletem a visão

de mundo daqueles que levam as tecnologias, mudam o modo de vida daqueles que os receberam passivamente, já que não há uma reflexão sobre a realidade e interesses dos sujeitos atendidos, embora nem todos os extensionistas trabalhem dessa forma. Já a apropriação crítica, na perspectiva de Paulo Freire (1983), impulsiona o camponês a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como sujeitos da transformação do mundo. O autor argumenta que o trabalho do extensionista não pode ser o de adestramento dos camponeses relativos às técnicas de arar, de semear, de colher, de reflorestar etc., mas deve ser o de levar o produtor rural a atuar como sujeitos críticos que buscam sua própria autonomia.

Para evitar essa invasão cultural e atender a demanda do meio rural, a nova assistência técnica em extensão rural, que surge a partir de 1990, exige uma nova postura dos técnicos, objetivando estabelecer um papel diferenciado para os serviços de extensão rural. Essa perspectiva aponta para um retorno do “processo de educação informal”, que havia sido esquecido com o foco no aumento da produtividade e produção, que imperou a partir de meados da década de 1970 (SILVA, 2006).

Leite (1999) menciona que na trajetória da educação rural, com foco na produtividade e a imagem atribuída ao agricultor familiar, ao colono, meeiro, arrendatário, trabalhador rural, ou agricultor sem-terra era associada ao atraso, à pobreza, à teimosia, à preguiça, ao apego à tradição, marcada pela rejeição ao progresso e aos processos de modernização. Por detrás desta concepção etnocêntrica, acreditava-se que o “não-desenvolvido” precisava civilizar-se, livrar-se de determinados costumes, valores, práticas, concepções e modos de viver que os impedia de se desenvolver.

Felizmente, gradativamente, a produção do conhecimento relativa ao setor agrário vem passando por mudanças influenciadas pelas idéias de Paulo Freire que, segundo Leite (1999), “(...) revolucionou a prática educativa, criando os métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico-ideológico os valores e o universo sociolinguístico-cultural desses mesmos grupos”. Além disso, militantes de movimentos sociais, principalmente os de cunho ambientalista e ecológico, contribuíram para que as ações extensionistas considerassem as demandas dos sujeitos que lutavam pelos direitos de acesso à terra (MEDEIROS, 2003). Assim, diversas correntes interpretativas influenciadas pela agroecologia, por exemplo, têm sido incorporadas, ainda que de maneira incipiente, nas disciplinas universitárias voltadas para a extensão rural.

Ao mostrar como a educação do campo vem se construindo historicamente e o processo lento que envolve as lutas dos setores populares por educação, Ferreira e Batista

(2007) ressaltam a diferença entre a “Educação Rural” e a “Educação do Campo”. Na concepção das autoras, a Educação Rural remete a uma “educação atrasada, precária e de baixa qualidade”, norteadas por princípios e elaborados por sujeitos que não conhecem e não participam da vivência dos sujeitos rurais. Essa modalidade de educação corresponde às concepções do meio rural dos latifundiários, que vêem o campo como um espaço de dependência e aplicabilidade dos conhecimentos produzidos na zona urbana.

Já a Educação do Campo, segundo as autoras, envolve o movimento de lutas pela posse e permanência da terra, além dos interesses dos camponeses que, freqüentemente, são divergentes dos propósitos dos latifundiários. Essa modalidade educativa está voltada para formação de sujeitos autônomos, que valorizem a construção histórica, as vivências e saberes, de forma que a teoria se processe a partir da prática. Visa atender e garantir o desenvolvimento cultural e socioeconômico dos agricultores, camponeses, assentados, ribeirinhos, lavradores, bóias-frias e roceiros, valorizando o local e suas produções, com vistas a fortalecer e organizar suas relações sociais, legitimando suas identidades e culturas.

Nesse processo educacional, são de grande relevância as dimensões da pedagogia crítica, possibilitando a reflexão da práxis educativa. Visando a formação de sujeitos capazes de transformação, essa modalidade educativa procura romper com a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, além de desconstruir a relação hierárquica e hegemônica que há entre campo e cidade. Assim, busca-se propiciar a concretização de uma complementaridade entre campo e cidade para o desenvolvimento socioeconômico de uma determinada localidade. Deste modo, *“a educação precisa ser construída mediante as necessidades das massas, mas sem tornar-se massificada”* (FERREIRA; BATISTA, 2007).

Nesse processo, o saber parte de um processo que não começa nem termina centrado em apenas uma pessoa ou grupo, pois o educador é *“aquele cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social [...]”* (CALDART, 2002, p. 36).

Dentro dessa perspectiva de educação emancipatória, que atenda aos anseios dos membros dos movimentos sociais rurais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Cruciol *et al* (2007) mencionam que, em 2004, foi instituído o Programa Residência Agrária (PRA). Voltado para a formação de estudantes e a qualificação profissional para a Assistência Técnica e Social (ATES e ATER), esse Programa de alcance

nacional surge no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).¹³

3.2. O Programa Residência Agrária e suas bases

A necessidade de profissionais que compreendam as necessidades e as especificidades da população do campo é que possibilita a sua interação com o meio acadêmico e é algo latente na realidade brasileira.

Neste sentido, Molina (2009, p. 18) ressalta que o “*Programa Residência Agrária surge como instrumento da educação profissional agrária, comprometida com a classe trabalhadora do campo, que busca a transformação da sociedade*”, ao assumir um compromisso com a mudança do meio rural e com as condições de vida dos seus sujeitos.

Esmeraldo (2009), por outro lado, aponta as dificuldades das universidades públicas na formação de profissionais da área agrária, principalmente no que diz respeito às demandas da reforma agrária, agricultura familiar e agroecologia. Além disso, existem sérias deficiências no processo de interação com o campo, onde falta desde metodologias pedagógicas adequadas até uma concepção atual dos povos do campo, o que inviabiliza a interação necessária para atingir o principal objetivo: o uso do conhecimento tecnológico para promover o desenvolvimento sustentável, sem romper com a cultura e saberes já adquiridos.

Embora a necessidade de investimentos na educação profissional específica devesse ser uma atitude das universidades, foram os movimentos sociais rurais, através de lutas na defesa da agricultura familiar, que viabilizaram as primeiras atitudes neste sentido. Na década de 70, no fervor das lutas políticas e no avanço do agronegócio, estes movimentos iniciaram uma luta pela posse da terra, que mais tarde ampliou seu foco para o direito à educação, bem como, a preservação do meio ambiente e na construção de outro modelo de desenvolvimento do campo e de sociedade baseado nos princípios da agroecologia (OLIVEIRA, 2001).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um exemplo de um movimento social do campo que tem um forte investimento na educação, buscando oferecer oportunidades desde o ensino fundamental até o ensino superior, sempre com o foco nas questões agrárias e que viabilizem a permanência no campo. Isso acontece na elaboração de

¹³ O PRONERA corresponde a uma política pública do Movimento de Educação do Campo, desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária. Ele nasceu da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade e justiça social. Fundamenta-se na gestão participativa e na descentralização das ações das instituições públicas envolvidas na educação. “Seu objetivo é fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas” (BRASIL, 2004).

materiais didáticos específicos, que contemplem a realidade da produção agrícola e cultural do campo, respeitando diferenças regionais, de gênero, etnia e religião, bem como, na formação de educadores para atuação nas escolas públicas das áreas de reforma agrária. Dados do movimento apontam que 300 mil trabalhadores rurais estão estudando, 120 mil deles em escolas públicas. Mais de 350 mil já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e técnico.¹⁴

Bruziguessi (2010) esclarece que, na década de 80, estudantes de ciências agrárias manifestaram insatisfação com o modelo de formação profissional implantado pelas universidades, quando surgem os Estágios de Vivência, organizados inicialmente pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). O sucesso destas experiências levou a criação, em 1991, do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), que continuou recebendo o apoio dos movimentos sociais, tais como o MST. O momento político do país naquela década viabilizou a interação da FEAB com o MST.

O objetivo principal do EIV era de “*construir uma consciência crítica nos estudantes e de instigá-los ao questionamento quanto às ações da universidade, a formação recebida e a estrutura da sociedade,*” o que culminou, em 1996, na elaboração de três princípios básicos que sustentam o EIV: interdisciplinaridade, não-intervenção e parceria. A evolução desta interação entre os movimentos sociais rurais e organizações não governamentais gerou a necessidade de intervenções do governo, no sentido de estruturar programas voltados para a reforma agrária (BRUZIGUESSI, 2010, p. 66).

A mobilização das entidades e movimentos sociais ligados aos assentados e acampados da Reforma Agrária culminou em 1998, na criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Nesse contexto, registra-se a atuação e presença do PRONERA, responsável pela Educação do Campo junto aos assentamentos rurais e que teve a preocupação de estender a formação também em níveis técnicos de especialização. O PRONERA tem a finalidade de atender o novo modelo de desenvolvimento para o campo, bem como as suas necessidades de educação.

Segundo Brasil (2004), em continuidade ao fortalecimento da educação neste setor, o governo federal criou o Programa Residência Agrária (PRA), em 23 de julho de 2004, através da Portaria nº 57 (Anexo I). Instituído como “Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação de Profissionais para a Assistência Técnica”, ganha legalidade jurídica como ação no Plano Plurianual (PPA), 2000-2007 e 2008-2011 no

¹⁴ Informações recuperadas no sítio eletrônico em <http://www4.ensp.fiocruz.br/radis/88/capa-02.html>, acessado em 15/12/2010.

PRONERA. Este novo Programa tem como objetivo geral “orientar a formação profissional dos recém-graduados de ciências agrárias para uma nova concepção de assistência técnica, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária e dos Agricultores Familiares”. Assim, os egressos do programa deverão estar aptos ao trabalho na ATER e ATES. Conforme ressalta Bruziguessi (2010, p. 67), existe uma semelhança entre o EIV e o PRA “*principalmente em sua primeira etapa, que também foi denominada Estágio de Vivência*”.

De acordo com o Relatório Nacional da Experiência Piloto do Programa Residência Agrária (PIRES *et al.*, 2007), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária (INCRA) convidaram para participar 16 universidades públicas de 15 estados diferentes, sendo criados cinco cursos de especialização, com abrangência nacional, executados pelas universidades responsáveis, conforme demonstrado no Quadro 02 a seguir.

Quadro 02 - Universidades de cada região que participaram do projeto piloto do PRA, com suas respectivas localizações (estado/cidade).

Região	Estados Selecionados	Universidades	Cidades	Universidade Resp.
Centro-oeste	Goiás	UFG	Goiânia	UNEMAT (Cárceres)
	Mato Grosso	UFMT	Cuiabá	
		UNEMAT	Cárceres e Tanguará	
Norte	Acre	UFAC	Rio Branco	UFPA
	Pará	UFPA	Altamira, Belém e Marabá	
Nordeste I	Ceará	UFC	Fortaleza	UFC
	Piauí	UFPI	Teresina	
	Rio Grande do Norte	UFRSA	Mossoró	
Nordeste II	Bahia	UFBA	Cruz das Almas	UFPB
	Pernambuco	UFPE	Recife	
	Paraíba	UFPB	Areia	
	Sergipe	UFS	Aracaju	
Sudeste/Sul	Paraná	UFPR	Curitiba	UFPR
	Rio de Janeiro	UFRRJ	Seropédica	
	Rio Grande do Sul	UFSM	Santa Maria	
	São Paulo	UNICAMP	Campinas	

Fonte: Adaptado de Bruziguessi (2010).

A descrição mais detalhada das formas de atuação do Programa pode ser encontrada nas diretrizes básicas da Norma de Execução nº 42, publicada pelo INCRA, em 02 de setembro de 2004,¹⁵ onde se pretende “*promover uma formação humanista de estudantes dos cursos de Ciências Agrárias para atuarem em áreas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar, com ações de pesquisa-ação, promovendo o desenvolvimento sustentável de forma crítica e participativa*” (BRASIL, 2004, p.01).

Estas instituições de ensino superior se habilitaram em compor o Programa em função da história de produção científica com a temática da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar Camponesa. Estas universidades apresentaram o projeto do estágio [de] vivência (graduação), sendo que no decorrer do estágio construíram o projeto [do] curso de especialização na formatação de rede (PIRES *et al.*, 2007, p. 10).

Como o Programa Residência Agrária volta-se para a preparação de profissionais para trabalhar com famílias ligadas à Reforma Agrária, torna-se necessária examinar a literatura que trata da família como uma categoria analítica.

3.3 Concepções de Famílias e Suas Mudanças

Na presente pesquisa foi adotada a definição de família proposta por Alves (2008) que, em uma concepção antropológica e sociológica, considera que os laços familiares extrapolam o grupo domiciliar, podendo atingir outras cidade e até países.¹⁶ Nessa perspectiva, a família engloba pessoas com diferentes graus de parentesco, definidos a partir da descendência/ascendência sanguínea ou através do casamento e da adoção.

Setton (2002), amparando-se em análises de Bourdieu, menciona que a família pode ser considerada como responsável pela transmissão de um patrimônio econômico e cultural, que será constitutivo da identidade social do indivíduo. Independente da origem social, a família transmite para seus descendentes não somente um nome, uma cultura, um estilo de vida moral, ético e religioso, mas também uma maneira singular de vivenciar este patrimônio.

A autora menciona ainda que a família pode ser entendida como um marco fundamental das relações sociais que possibilita as primeiras interações entre indivíduos. Apesar de ser um fenômeno universal, a família não é um agente social passivo, mas recebe configurações e contornos específicos, conforme as conjunturas socioculturais. A capacidade

¹⁵ Ato interno do INCRA disponível no sítio eletrônico www.incra.gov.br.

¹⁶ Por exemplo, quando um membro da família mora em outra cidade ou país, ele continua fazendo parte da família, interferindo nos sentimentos, decisões e despesas, embora não esteja no domicílio familiar.

da instituição familiar se adaptar às circunstâncias e conjunturas diversas contribui para o surgimento de novos arranjos familiares, com conteúdos e sentidos distintos.

Uma das grandes mudanças ocorridas na configuração das famílias se deu na década de 1970 quando, após árdua batalha legislativa para exceder as barreiras ideológicas, sociológicas e econômicas, foi aprovada a Lei 6.515/77 que, ao instituir o divórcio, retirou da Constituição o princípio da indissolubilidade do vínculo matrimonial estabelecido em 1934. A promulgação de tal lei constituiu um fator histórico para o Direito da Família brasileira, acarretando maior utilidade e eficácia da liberdade, um dos princípios das bases do Direito.

A partir desta conquista, a lei passou a contar a mulher como sujeita da relação conjugal ou amorosa, trazendo consequências e inovações para todo o ordenamento jurídico e social. Com isso, a razão de ser dos vínculos familiares se deslocou dos aspectos reprodutivos e econômicos para a formação de vínculos pautados na liberdade, no desejo e no afeto, dando início ao que mais tarde foi identificado no texto constitucional como “Princípio da Afetividade” (ALBUQUERQUE, 2009). Assim, a relação conjugal deixou de se embasar apenas na manutenção de uma propriedade comum ou de interesses políticos, para voltar-se também para a satisfação de impulsos sexuais e afetivos (CORRÊA, 1982).

Posteriormente, a emergência de uma concepção de família contemporânea, na década de 1990, pautada em novos valores e novos modelos de convivência familiar, gerou uma tendência em analisar as relações de convivência, os sentimentos, as representações sobre casais e os filhos, pautados em princípios de igualdade (SETTON, 2002).

Apesar das mudanças ocorridas ao longo do tempo, associadas à modificação nos valores que orientam a conduta dos indivíduos, José Filho (1998) ressalta que a família não é composta somente por uma rede de relações, mas também por uma união de papéis e valores, que se manifestam na convivência social e têm um papel fundamental no desenvolvimento da socialização e da afetividade.

Considerando a diversidade de valores que embasam as diferentes formações familiares, não podemos falar de uma “família brasileira” de um modo geral, pois as diversas formações familiares que coexistem em nossa sociedade, frequentemente diferem dos padrões convencionais. Apesar da sobrevivência da família extensa e da família nuclear (formada por marido, esposa e filhos), esse tipo de estrutura vem perdendo espaço para o esquema matrifocal, ou seja, famílias chefiadas por mulheres separadas ou solteiras, como também para o crescente número de famílias formadas por homens sem a companheira, bem como a homossexual. Além disso, há uma tendência de redução dos casamentos religiosos e de

famílias com menor número de membros, devido ao aumento na participação feminina no mercado de trabalho.

Goldani (2005) menciona que as mudanças institucionais ocorridas nas configurações familiares foram de tal magnitude que o Brasil conta hoje com famílias que passaram por processo de reorganização e diversificação em suas estruturas e adquiriram não só novas formas e tamanhos, mas também, novos significados, tanto para seus membros quanto para a sociedade. Essa nova ordem institucional resulta de mudanças mais amplas na estrutura política econômica e social, como a nova legislação sobre a família e o divórcio. Além disso, é preciso considerar as mudanças em nível micro, como as práticas sexuais e reprodutivas que alteraram as normas familiares e relativizaram o estigma social, por exemplo, entre casais do mesmo sexo.

Devido a essas mudanças, foi comum nos séculos XIX e XX falar sobre a crise da família e o declínio da instituição familiar. Entretanto, para Goldani (2005), essas transformações não significam que a família brasileira estaria desaparecendo ou em crise. O que acontece, é que as diversas mudanças e a flexibilização das normas causam certa “confusão”, quando contrastadas com o modelo cultural hegemônico ainda arraigado em nossa sociedade.

Dessa forma, torna-se necessário que a natureza e o conteúdo das políticas para as famílias considerem a pluralidade de formações familiares, para que sejam eficazes. Além disso, Goldani (2005) destaca a necessidade de se mencionar os riscos dos usos político-ideológico da família. Afinal, as políticas voltadas para a família envolvem um conjunto de medidas ou instrumentos que tentam intervir no modelo de família existente, tratando de “conformar” estruturas familiares para lograr certo modelo ideal de família, em função dos valores culturais dominantes e questões econômicas. Como exemplo, podemos citar a onda de políticas de controle de natalidade, como uma versão moderna e invertida das políticas voltadas para famílias européias que, devido às taxas de fecundidade abaixo do nível “ideal”, estimulam as famílias a terem mais filhos.

O plano Nacional de Políticas para mulheres no Brasil propõe ações nas áreas de saúde, educação trabalho e crédito rural, assim como políticas especiais para mulheres. Para enfrentar a pobreza, a política favorece a capacitação profissional das mulheres, a criação de oportunidade de trabalho, o estímulo à formação de associações e cooperativas, incentivos a agro- indústria, a pesca, ao ecoturismo e ao artesanato. Assim, diversas ações do governo federal incorporam a perspectiva das mulheres, dentre elas: 1) Titularidade no cartão

Programa Fome Zero e Bolsa família; 2) Acesso ao crédito rural através do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF); 3) Obrigatoriedade da inclusão do nome da mulher nos títulos das terras concedidas pelo INCRA; 4) Notificação obrigatória das mortes maternas durante a gravidez; 5) Obrigatoriedade dos serviços públicos de saúde de informar toda ocorrência relacionada à violência da mulher (GOLDANI, 2005).

Neder (1994) defende que é necessário que as políticas voltadas para as famílias levem em conta o apoio a ser dado às mulheres dos setores populares, enquanto arrimo econômico das famílias. Para isso, torna-se necessário atentar também para a valorização das mulheres enquanto suporte político e psicológico, o qual lhes é culturalmente atribuído dentro do núcleo familiar.

Na percepção de Goldani (2005), considerar as relações de gênero nas políticas para a família, além de promover a equidade nas relações, implica aceitar que o modelo tradicional de relações hierárquicas e de divisão de normas na família – o homem como o provedor e a mulher ligada aos espaços da casa - já não serve como referência para políticas públicas.

Diante da inadequação desse modelo hierarquicamente generalizado, Carola (2004) menciona que praticamente, em todo o século XX, o problema da estrutura agrária brasileira tem sido motivo e pretexto de intensos debates e embates político-econômicos, atraindo o interesse de organizações comunistas, instituições civis e setores religiosos, principalmente da Igreja Católica. A ampla abrangência do assunto confirma a necessidade de se fazer uma reforma agrária em função de um novo modelo de desenvolvimento para o país que considere a cultura e os interesses das famílias atendidas, o que muitas vezes é problemático.

Conforme Sales (2006), na ocupação de terra no Brasil, os grupos de famílias geralmente vêm de localidades diversas, já que cada grupo familiar faz seu próprio percurso até chegar ao local de acampar, onde partilham atividades e vida em comum, sendo que muitas delas não se conheciam antes da ocupação. A ausência de laços afetivos e de parentesco entre famílias possibilita a construção de novos modos de existência, novos valores e concepções, bem como o surgimento de novos tipos de relações e novas formas de lidar com as diferenças.

Nesse processo, apesar do desejo comum do acesso a terra, as novas vivências coletivas são permeadas pela confrontação de distintos valores das pessoas que participam do movimento. Assim, o processo que envolve a conquista da terra passa pela construção coletiva de novas vivências que caracterizam o processo de formação da identidade dos Sem Terra (LIMA *et al*, 2003).

Entrar para o acampamento e viver sob as lonas pretas, sem água encanada, com precárias condições de higiene e com possibilidade de violência externa, implica novas experiências decorrentes do contato com uma realidade peculiar que muda o jeito de pensar até mesmo entre as famílias oriundas do meio rural. Assim, o modo de vida no acampamento pode representar desconforto, insegurança, imprevisibilidade e, às vezes, violência. Mesmo assim, algumas pessoas podem se sentirem seduzidas pela vida em comum, pelo perigo e pelo sabor de transgressão que a luta política exige.

Diante dessa realidade, Neder (1994) sugere que, para que as ações extensionistas sejam eficazes, é necessário que os agentes conheçam o público a ser atendido, em termos históricos, culturais e identitários. Analisar as diferenças étnico-culturais na organização das famílias no Brasil possibilitará reflexões capazes de abrir novos caminhos interpretativos para melhor orientar as práticas voltadas ao atendimento dos interesses e necessidades das famílias. Conforme Bock (1999), preocupar com a identidade é preocupar com as “*representações e sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio, a partir do conjunto de suas vivências.*” Ou seja, as identidades das famílias assentadas devem ser apreendidas através das representações que os indivíduos têm de si e do grupo.

Ao se trabalhar com a identidade das famílias ligadas ao movimento Sem Terra, é preciso considerar que a mídia cria e reforça um preconceito em relação a essas pessoas, favorecendo a construção de estigmas.¹⁷ De acordo com Silveira (2009), muitas crianças filhas de Sem Terra estão sujeitas a preconceitos quando passam a frequentar a escola convencional, o que dificulta a adaptação ao cotidiano escolar. O preconceito manifesto em agressões verbais diretas ou sutis pode acontecer tanto por parte dos colegas quanto de funcionários e professores da escola.

Apesar de, em alguns casos, o estigma contribuir para reforçar a identidade de lutador dos membros do Movimento Sem Terra, ele pode levar outras pessoas a desistir da luta pela terra. Dessa forma, Silva (2000, p. 84) menciona que “*O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la.*” Como as experiências produzem representações que orientam as práticas cotidianas é

¹⁷ A origem da palavra estigma remonta à antiguidade clássica, designava “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava”. Os sinais eram literalmente feitos no corpo (cortes, queimaduras) e evidenciavam algo de ruim no indivíduo, indicando que era prudente afastar-se dele. Assim, quando um estranho, ao nosso lado, apresenta atributos que o tornam diferente dos outros, levando-o a ser julgada como inferior, estamos diante de um estigma (GOFFMAN, 2008).

relevante nos projetos de extensão considerar os sentimentos e as experiências marcadas pela condição de exclusão.

Além de todos os problemas relativos ao estigma e construção identitária, é preciso também considerar dois aspectos fundamentais na organização da vida no assentamento/acampamento: as questões internas e externas ao grupo. Segundo Bock (1999) no que se refere às atividades e tarefas internas, que visam a manutenção das famílias, essas ações envolvem a disposição das barracas ou casas, distribuição das tarefas inerentes ao cuidado com o abrigo, alimentação, orçamento, planejamento familiar, decisões pertinentes ao uso da água e demais recursos, bem como a busca por solucionar os conflitos internos.

Além das questões internas, é preciso mencionar que os indivíduos têm a necessidade de manter relações ativas com o mundo externo, em função da luta pela permanência na terra e sua utilização, além de formas de se buscar o sustento e decisões relacionadas à educação.

Considerando as necessidades e atividades internas e externas ao grupo, pressupõe-se que as famílias que participam do movimento Sem Terra se encaixam no modelo ecológico de desenvolvimento humano, proposto por Bronfenbrenner (1996), como mostra a Figura 1. Para efeito demonstrativo, o modelo é ilustrado pela família nuclear, embora haja outras formas de configuração familiar, como já mencionado.

Este modelo é composto pelo macrosistema familiar, mesossistema, exossistema e macrosistema. O microsistema familiar é o primeiro sistema no qual o ser humano interage. Nele os indivíduos desempenham papéis, realizam atividades e mantêm relacionamentos, que são associados a determinados comportamentos e expectativas grupais. O microsistema, por sua vez, está inserido nos sistemas mais amplos que influenciam e são influenciados pelo indivíduo e pela família. O mesossistema consiste na inter-relação de dois ou mais ambientes, nos quais a pessoa/família participa ativamente, como escolas, parentes e vizinhos. Já o exossistema é representado por empresas, serviço público, clubes de lazer etc., enquanto o macrosistema é representado pela cultura, valores, religião e modo de vida.

Uma crítica ao modelo de Bronfenbrenner é que ele enfoca a família como uma unidade funcional, inserida em um microsistema, no qual as relações devem ser estáveis, recíprocas e com equilíbrio de poder entre os diversos papéis. Entretanto, os problemas vividos pelas famílias nos acampamentos ou assentamentos, já mencionados, mostram que esse modelo “perfeito” e “equilibrado” pode ser um equívoco e incorrer a erros. Dessa forma, se as ações extensionistas estiverem ancoradas em um modelo “estável” de família, como o proposto por Bronfenbrenner, pode comprometer todo o planejamento das atividades,

ocasionando expectativas que poderão não ser alcançadas pelos membros das famílias atendidas e os agentes do programa.

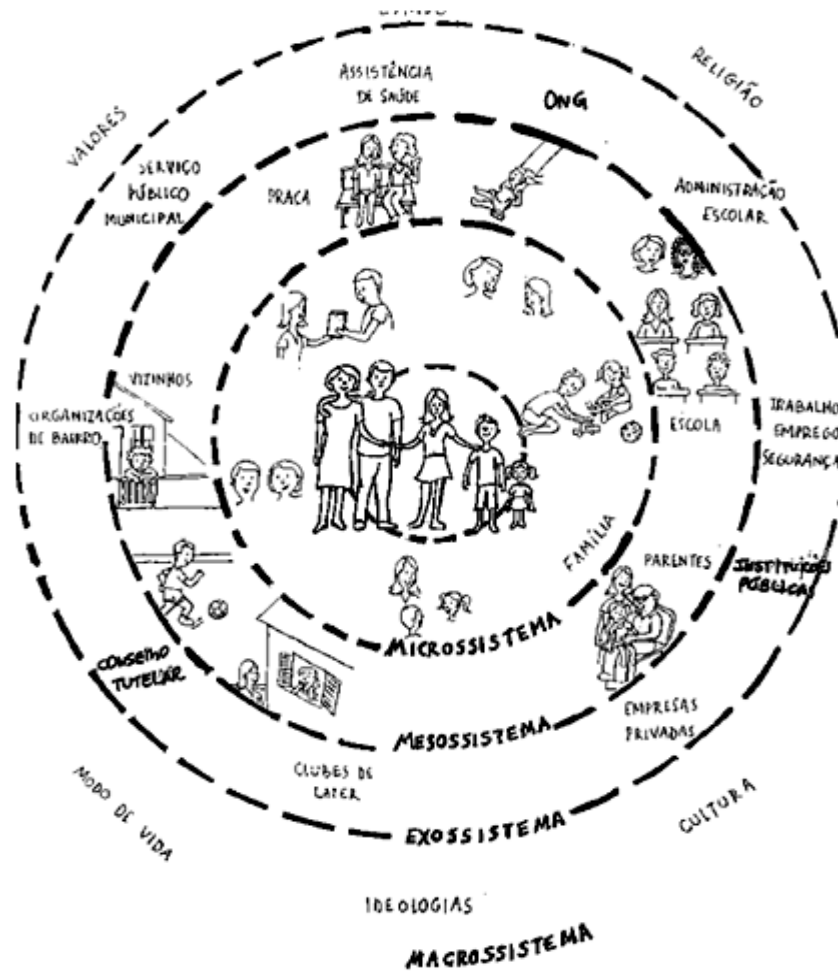


Figura 1. Configuração dos sistemas ecológicos familiares

FONTE: ANTONI e KOLLER, 2000.

Esse modelo idealizado de família, que não se aplica a outras configurações familiares, como as mulheres que não possuem marido ou os casais homossexuais, pode incorrer a erros. Ou seja, uma política pública não pode estar voltada para um modelo idealizado de família.

Dessa forma, a concepção sobre família trabalhada entre os estudantes que participam do Estágio de Vivência do Programa Residência Agrária, caso esteja embasada em um modelo idealizado, que não se aplica às famílias que não se encaixam neste modelo, pode gerar uma incompatibilidade entre ações e expectativas, o que justifica a presente proposta de analisar as concepções de famílias que embasam as ações do Programa Residência Agrária.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme os objetivos propostos, os resultados foram discutidos em termos dos seguintes tópicos: A estruturação do Programa Residência Agrária na UFC; percepções dos professores sobre as metodologias e ações do RA, dificuldades e contribuições; concepções e vivências sobre a categoria família no RA; bem como análise da efetividade do RA na visão dos estudantes e egressos.

4.1 Estruturação do Programa Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará

A Universidade Federal do Ceará - UFC é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Foi criada pela Lei nº 2.373, de dezembro de 1954 e instalada em sessão de 25 de junho de 1955. Originalmente foi constituída pela união da Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia. A UFC é composta de cinco *campi*, denominados *Campus* do Benfica, *Campus* do Pici e *Campus* do Porangabussu, todos localizados no município de Fortaleza, além do Campus Avançado de Sobral, do Campus Avançado do Cariri e Quixadá. A UFC conta hoje com praticamente todas as áreas do conhecimento representadas em seus *campi*.¹⁸

O Centro de Ciências Agrárias (CCA) é uma unidade integrante da UFC que, através de oito Departamentos e quatro Fazendas Experimentais, congrega as atividades de ensino, pesquisa e extensão na respectiva área. O CCA possui cinco cursos de graduação: Agronomia, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Pesca, Economia Doméstica e Zootecnia; sete cursos de Mestrado: Economia Rural, Irrigação e Drenagem, Fitotecnia, Zootecnia, Solos e Nutrição de Plantas, Engenharia de Pesca e Tecnologia de Alimentos e dois cursos de Doutorado: Fitotecnia e Zootecnia.

Em 1964, foi implementada na UFC a disciplina de Extensão Rural, com a justificativa de que o curso de Agronomia era “voltado exclusivamente para os aspectos tecnológicos da produção, sem considerar a assistência ao produtor como pessoa”. A partir da demanda criada pelo estabelecimento do Serviço de Extensão Rural no Brasil foi criado, em 1972, o curso de Economia Doméstica, com o objetivo de orientar as famílias rurais sobre

¹⁸ Informações recuperadas no sítio eletrônico da Universidade Federal do Ceará, na guia Instituição – História e Missão da UFC. Disponível em < www.ufc.br > Acessado em 01/02/2011.

métodos de administração dos recursos domésticos e o aproveitamento adequado dos produtos rurais.¹⁹

Desde sua criação, a UFC teve uma participação efetiva junto aos movimentos sociais, contribuindo para a inserção de políticas públicas relacionadas à Reforma Agrária, tais como o I° e do II° Plano Regional de Reforma Agrária/PRRA. Desde 1990, esta universidade investe em pesquisas sobre o tema e tem sido uma parceira importante do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, tendo participado do Projeto Lumiar.

Em consonância com sua política de interação com o campo, o início do PRA na UFC, em 2004, inaugurou uma nova frente de trabalho junto aos assentamentos rurais. Para a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), o começo do Programa Residência Agrária marcou a história acadêmica cearense, uma vez que se trata de uma experiência inédita na história das universidades cearenses. Sua implantação foi possível a partir do esforço conjunto da própria Federação com a UFC, o INCRA e o MST, buscando uma maior interação entre o meio acadêmico e os movimentos sociais, bem como, “derrubando preconceitos com relação aos assentados.” Neste mesmo texto, publicado por FETRAECE (2006), Esmeraldo confirma a importância do PRA:

[...] este (programa) deve ser entendido como um espaço de troca de saberes, aberto às diversidades que vai encontrar no meio rural. Um espaço de experimentações, onde se encontram a academia e os movimentos sociais com atuação no campo. A orientação do Curso de Especialização é trabalhar na perspectiva da liberdade e organização social dos povos do campo (ESMERALDO *apud* FETRAECE, 2006).

Com o objetivo de elaborar uma melhor articulação entre universidade e campo, são estabelecidos temas geradores que possibilitam problematizar o atual modelo de Reforma Agrária, a recriação do campesinato no modelo econômico vigente, as alternativas de resistência frente a esse modelo, e, sobretudo, articular a atuação profissional dos acadêmicos à diversidade do Campo. Dentro deste aprendizado são utilizados os seguintes temas geradores: Campo e Desenvolvimento; Os povos do Campo; Produção e Sustentabilidade; Socioeconomia; e Metodologia Participativa.

¹⁹ Informações recuperadas no sítio eletrônico <www.cca.ufc.br> Acessado em 01/02/2011.

¹⁴ Segundo Miná (2004), “O Lumiar foi o antecessor do serviço de ATES no campo das iniciativas governamentais para firmar alternativas de prestação de serviços descentralizados de assistência técnica e extensão rural para os assentamentos de reforma agrária”.

Para a concretização das ações do PRA, Esmeraldo (2009) ressalta que são necessárias algumas condições nas universidades para que o Programa possa ter acolhimento, aceitação e credibilidade, tendo em vista a construção de uma futura institucionalização. Na UFC, como nas demais Universidades do Nordeste I²⁰, o MDA/INCRA viabilizou as possibilidades de diálogo com as instâncias superiores²¹, de modo a promover e dar legitimidade às primeiras ações do Programa.

No que diz respeito à sede do PRA, a UFC disponibilizou o antigo restaurante da agronomia, que foi reformado internamente para abrigar o programa e a coordenação do Curso de Especialização em Agricultura Familiar - Camponesa e Educação do Campo. Possui ampla área externa coberta e cinco ambientes sendo: sala de professores, dos estudantes, da coordenação, da administração e sala de reunião. “A estrutura física deste Programa que foi conquistada logo no seu início e foi sendo aperfeiçoada/equipada com o passar destes anos é um fato que merece destaque tanto por ser bem estruturada quanto pelo que representa.” (BRUZIGUESSI, 2010, p.87).

A experiência formativa apoiava-se na Metodologia Pedagogia da Alternância que organizava o processo pedagógico e os conteúdos disciplinares. No Tempo Universidade, os estudantes participavam de seminários, oficinas, encontros e momentos pedagógicos com professores orientadores tendo os cinco eixos temáticos geradores de conteúdos: Campo e Desenvolvimento, Os Povos do Campo, Produção e Sustentabilidade, Sócio Economia e Metodologia Participativa.

Os locais em que se desenvolveram as atividades do Tempo Comunidade do PRA²², no Tempo Comunidade, foram escolhidos, de acordo com o previsto na Norma de Execução N° 42, em seus artigos 11° e 12°, transcritos a seguir

Art. 11°: As instituições de ensino e seus docentes e discentes deverão atuar obrigatoriamente nas áreas de Reforma Agrária e de Agricultura Familiar do estado em que localizam, devendo priorizar a seleção de áreas que estejam contidas no âmbito dos territórios rurais eleitos como prioritários pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

Art. 12°: As instituições de ensino, em parceria com os movimentos sociais do campo e os órgãos públicos que prestam Assistência Técnica, selecionarão as

²⁰ Universidade do Piauí (UFPI) e Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFRSA) no Rio Grande do Norte.

²¹ Reitoria, Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação, Pró Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Graduação e a Diretoria do Centro de Ciências Agrárias.

²² Ver Tabela 01 - Relação dos trabalhos apresentados sobre as atividades desenvolvidas pelos estudantes entre 2008 e 2010 e o PRA (ANEXO B). Nesta tabela é possível verificar os assentamentos onde foram realizados os trabalhos. Fonte: Informação recebida por correio eletrônico, enviada pela Secretaria do PRA/UFC.

áreas de atuação, devendo concentrar seus alunos numa mesma região do estado, cuja distância não deverá exceder a quilometragem orientada pela comissão Executiva, respeitando as especificidades de cada região para garantir em acompanhamento mais intenso e permanente dos docentes nas ações do conjunto da Instituição no Programa (BRASIL, INCRA, 2004).

O Relatório Nacional da Primeira Turma de Programa Residência Agrária (PIRES *et al.*, 2007) traz informações detalhadas sobre as ações do Programa em todo o Brasil.

4.1.1 Caracterização da equipe do Programa Residência Agrária na UFC

O Programa Residência Agrária constitui de uma coordenação colegiada, composta por professores, estudantes e representante de movimentos sociais. Desde sua criação, tem como coordenadora geral, uma professora do Departamento de Economia Doméstica. Atualmente, a coordenação conta com a colaboração de seis professores mais estreitamente envolvidos. Atuam na orientação e formação de estudantes do Estágio de Vivência, organização de eventos, captação de recursos entre outras atividades. Além disso, o PRA conta com a colaboração e parceria com outros professores, como por exemplo, do departamento de Geografia.

Na Experiência Piloto do Programa, o curso de especialização foi composto por 16 professores, dos quais a maioria era efetiva do CCA, além de contratados, bem como de outros departamentos, que se empenharam para tornar o ambiente agradável e dinâmico. Para tal, foram desenvolvidas atividades que permitissem a interação entre outros cursos e departamentos, como o caso de professores que foram convidados para participarem de bancas. Como condições iniciais para que os professores fizessem parte da Experiência Piloto do PRA, Esmeraldo (2009) ressalta a necessidade de possuir experiência na área de ensino, da pesquisa ou extensão, com os movimentos sociais rurais e/ou com populações de áreas de assentamentos rurais; externalizar sensibilidade e compromisso com os propósitos e objetivos do Programa; disponibilizar tempo e condições de trabalho nos assentamentos rurais; mostrar disposição e abertura para o diálogo.

Ao total participaram, da Experiência Piloto, professores vinculados a disciplinas, 27 profissionais (alguns dividiam disciplina), sendo 11 professores da UFC, 4 professores da Universidade Estadual do Ceará e os demais professores eram de universidades federais de outros estados; além de profissionais ligados a diferentes órgãos governamentais e a Organizações Não Governamentais - ONG (BRUZIGUESSI, 2010).

O Programa Residência Agrária passou por uma grande mudança quando na retirada do Inbra como principal mediador²³. Com isso, aconteceu a interrupção da Especialização, pois, financeiramente era impossível continuar. As mudanças podem ser notadas na sua modalidade, que passou a constar como Estágio, aumento do número de parceiros como banco e instituições de pesquisa, inclusão de alunos do 4º semestre levando a coordenação e professores a se adaptarem para atender uma demanda cada vez maior e para atender a metodologia de Análise de Diagnósticos de Sistemas Agrários, iniciada em 2007.

4.1.2 Caracterização das atividades realizadas pelos estudantes do PRA

Os estudantes que participam do Estágio de Vivência, atualmente, são incentivados a participarem de seminários, oficinas, dias de campo, reuniões, estudo dirigidos em grupo, congressos e outros eventos de Extensão do CCA. Como exigência das instituições financiadoras, tendo como exemplo o CNPq e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), os estudantes apresentam relatórios das atividades desenvolvidas e podem utilizar suas experiências para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)²⁴ conforme destaca Bruziguessi (2010).

4.1.3 Áreas e ações do PRA na UFC

Atualmente, o PRA na UFC conta com vários parceiros (Banco do Nordeste Brasileiro – BNB, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP).

O PRA tem como base ações nas áreas de: Agricultura Familiar, Agroecologia, Pedagogia da Alternância e da metodologia Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários – ADSA que serão abordadas posteriormente.

De acordo com Altafin (2003, p.15), o termo Agricultura Familiar tem sido utilizado como uma citação mais ampla e por isso acaba assumindo “diferentes sentidos e compreensões de acordo com o contexto e objetivo no qual é utilizado”. Desta forma, a autora define o termo como “*um guarda chuva conceitual, que abriga grande número de situações,*

²³ Os recursos para financiamento vinham do MDA e repassados às Universidades via INCRA.

²⁴ Os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes entre 2008 e 2010 estão relacionados na tabela 1 (APÊNDICE 1).

em contraposição à agricultura patronal”. Wanderley (2001), citado por Mello (2008), ressalta os aspectos contemporâneos atribuídos ao termo

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 2001 *apud* MELLO, 2008, p. 01).

O autor ainda ressalta que a gestão da produção feita pelos próprios agricultores resulta de uma interessante interação entre a gestão e trabalho, sendo um tema amplamente discutido, principalmente quando se trata de desenvolvimento sustentável, além de geração de emprego e renda. Esta modalidade de trabalho no campo surge como uma solução para os problemas apresentados pelo agronegócio, que ainda recebe a atenção principal do poder público. Entretanto, como destaca Bruziguessi (2010), existe “*cerca de quatro milhões de pequenas propriedades rurais que empregam 80% da mão-de-obra do campo e produzem 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira*”, o que demonstra a força desta parcela na produção agrária brasileira, apesar de ainda ser desconhecida e desvalorizada por aqueles que deveriam ampliá-la e viabilizar seu desenvolvimento.

As principais características que diferem a agricultura familiar da agricultura patronal podem ser visualizadas no Quadro 03, abaixo especificado:

Quadro 03 – Características da Agricultura Familiar e Patronal.

Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Gestão e trabalho intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de terreno” e “de momento”.	Decisões imediatas ligadas ao alto grau de imprevisibilidade dos processos produtivos
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra.	Tomada de decisão <i>in locu</i> , condicionada pelas especificidades do processo produtivo
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos.

Fonte: GUANZIROLI, 1995 *apud* BRUZIGUESSI, 2010.

Outro ponto a ser comentado é a importância da Agroecologia para o PRA, como evidencia Caporal *et al.* (2006):

A Agroecologia, é mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas interrelações e mútua influência. (CAPORAL *et al.*, 2006, p. 03).

Apesar da relevância da agroecologia, verifica-se que o investimento no agronegócio por produtores capitalizados tem contribuído para caracterizar a agricultura brasileira, conforme Nolasco e Untar (2009, p.172), como uma prática “monocultural, mecanizada, química, oligogenética, excludente, poluidora, degradante e dependente”, gerando graves problemas por inviabilizar o emprego da Agroecologia pela maioria dos agricultores familiares, especialmente os camponeses que a defendem. Os mesmos autores lamentam que o incentivo à utilização deste tipo de produção predomine “praticamente, em todas as escolas de agronomia do país”.

Para minimizar problemas como esse, além de se apoiar na Agricultura Familiar e na Agroecologia, o PRA tem procurado estabelecer uma ligação entre a fonte produtora do conhecimento e a sua aplicação na Educação do Campo, tendo como princípios metodológicos a Pedagogia da Alternância e a Análise de diagnóstico de Sistemas Agrário (ADSA).

Segundo Bruziguessi (2010) estas metodologias têm por objetivo consolidar a relação mútua entre ensino e aprendizado, teoria e prática como elo permanente da formação profissional. A Pedagogia da Alternância tem sua característica principal a definição de dois momentos: Tempo Escola e Tempo Comunidade. No primeiro, busca-se criar um ambiente de estudo coletivo onde os jovens de assentamentos rurais de reforma agrária, estudantes universitários e técnicos agrícolas são incentivados a dialogar sobre a realidade dos assentamentos onde moram ou trabalham, sendo desenvolvidas dinâmicas de integração e atividades de formação. O Tempo Comunidade é realizado nos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária e tem como objetivo colocar os estudantes em contato com a realidade rural, dando condições a estes de desenvolverem os trabalhos a partir da realidade estudada.

Considerando a utilização dessa metodologia, Silva (2003) define a Pedagogia da Alternância como um:

[...] princípio pedagógico [que] visa desenvolver na formação dos jovens agricultores situações que o mundo escolar se posiciona em interação com o mundo que o rodeia. Buscando articular universos considerados opostos, ou insuficientemente interpenetrados – o mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, o abstrato e o concreto. (SILVA, 2003, p.11).

Segundo Bruziguessi (2010), a Pedagogia da Alternância tinha como público alvo os jovens do campo em período de escolarização, porém, para a Experiência Piloto da UFC, a metodologia foi adaptada para os estudantes de graduação na modalidade de Estágio de Vivência (EV), e recém-formados na modalidade de Especialização.

Aliada à Pedagogia da Alternância está a metodologia Análise Diagnóstico de Sistema Agrário - ADSA, cujo método:

Permite avaliar se os recursos estão sendo bem utilizados; se há aproveitamento do potencial de determinada área ou região; avaliar os custos de produção e os retornos; analisar o que pode interferir na produção agrícola; além disso, identificar as práticas utilizadas nos sistemas de produção; que motivos ou razões levam o produtor a optar por determinada prática ou tipo de cultivo e; se realmente essas práticas são adequadas. (DUFUMIER, 1996 apud PITOMBEIRA *et al*, 2010, p 02).

Pitombeira *et al*. (2010), ainda relata que, a ADSA começou a ser utilizada no Programa Residência Agrária da UFC, em 2007, juntamente com o projeto Juventude e Agroecologia abrindo novas veredas para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

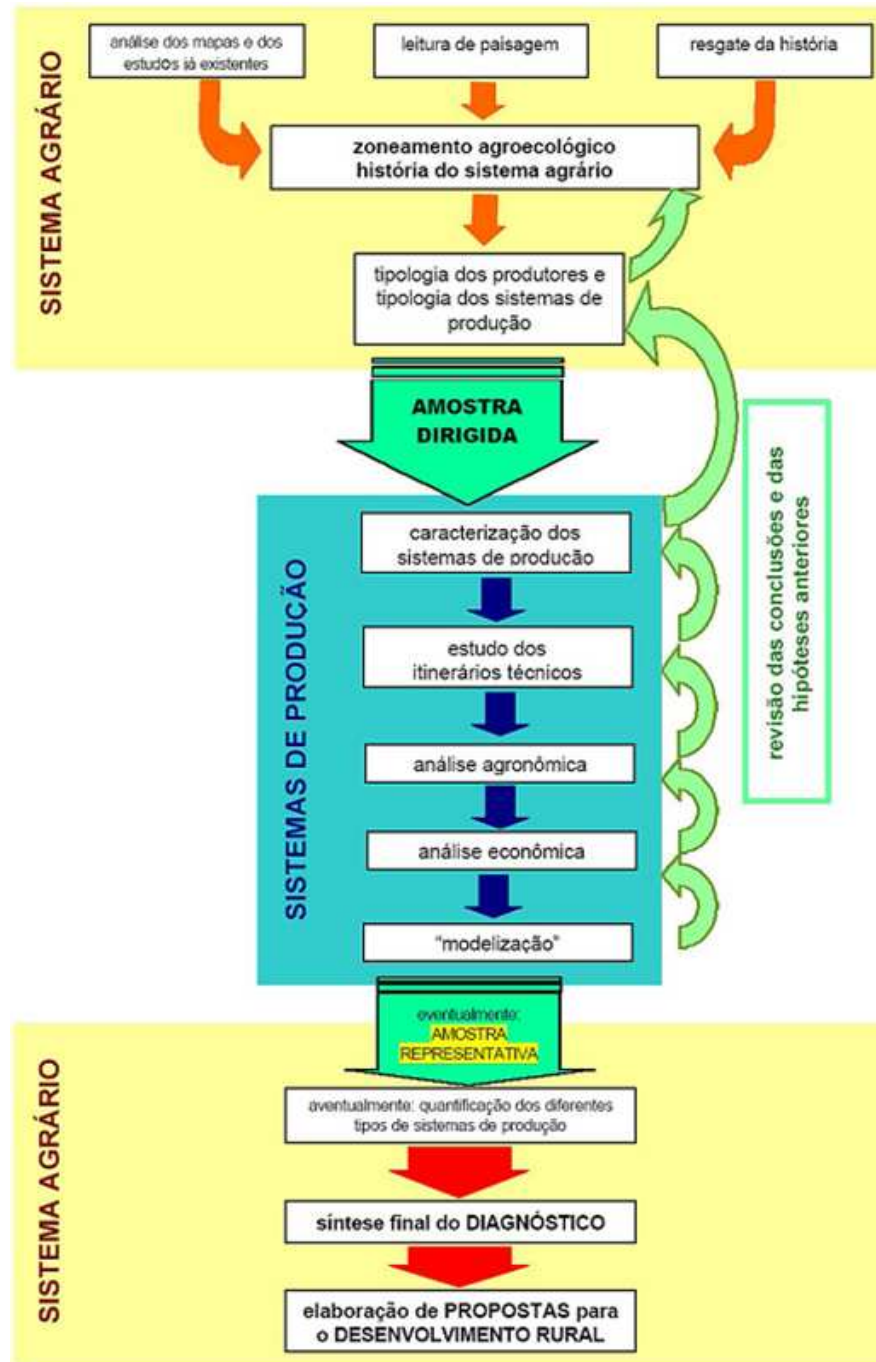


Figura 2 – Etapas de uma Análise de Diagnóstico dos Sistemas Agrários.

Fonte: Garcia Filho, 1999. p.13.

Garcia Filho (1999, p. 07) explica que a metodologia ADSA tem por “principal objetivo [...] contribuir para a elaboração de linhas estratégicas do desenvolvimento rural, isto é, para a definição de políticas públicas, de programas de ação e de projetos (de governo, de organizações de produtores, de ONG's, etc.)” Através de uma série de levantamentos (zoneamento agroecológico, realidade sócio-econômica, principais tipos de produtores,

sistemas de produção, itinerários técnico-agronômicos e identificação dos principais agentes envolvidos no desenvolvimento rural e suas relações). A ADSA busca responder diferentes questões no âmbito da gestão dos assentamentos, tanto naqueles já estabelecidos, quanto naqueles mais recentes, sempre com uma visão estratégica das ações a serem desenvolvidas.

O uso destes princípios e métodos pedagógicos tem como propósito a elaboração de um diagnóstico específico de cada assentamento rural envolvido. Assim é possível elaborar um planejamento que permita entender o contexto local sob o ponto de vista ambiental, econômico e social, além de identificar as potencialidades e os obstáculos do assentamento.

4.2 O Programa Residência Agrária na percepção dos professores da UFC

Para a caracterização do PRA, na visão dos professores, procurou-se discutir a forma como o programa foi concebido, as metodologias e práticas, as dificuldades e desafios encontrados, além das contribuições do Programa.

4.2.1 Concepção do Programa Residência Agrária na UFC

O PRA foi iniciado visando a formação de estudantes da graduação, mediante o Estágio de Vivência, que favorecia o diálogo entre a teoria e a prática. A proposta contemplava ainda uma segunda etapa de especialização, cuja prioridade no processo seletivo seria dada aos estudantes que fizeram o Estágio de Vivência.

O objetivo geral definido, segundo a Professora B, era formar estudantes para uma vivência de campo nas áreas de reforma agrária e agricultura familiar, a partir de um estudo da realidade, pautado em uma metodologia de intervenção participativa dos atores envolvidos, na perspectiva de formar uma nova concepção de trabalho de assistência técnica e extensão rural e contribuir, dessa forma, para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e para a melhoria da qualidade de vida dos que residem no campo.

Ao rememorar a ocasião em que receberam o convite do Vice-Diretor do Centro de Ciências Agrárias para participar do programa, a coordenadora do PRA da UFC mencionou que os professores acharam a proposta interessante:

Nesse formato de programa, nós iríamos formar uma equipe de professores do Ceará para construir o projeto, porque nós tínhamos as grandes linhas, as grandes orientações, mas nós não tínhamos, digamos assim, a constituição do projeto em nível estadual. Então nós precisaríamos formar primeiro uma equipe e fizemos isso a partir do convite do diretor. Essa equipe então passou a se

reunir e nós entendíamos que o programa já previa a necessidade da presença dos movimentos sociais. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Como o projeto envolvia a seleção de estudante no último semestre dos cursos de graduação das Ciências Agrárias para participarem do Estágio de Vivência, em área de assentamentos rural, surgiu à necessidade de um maior envolvimento com técnicos que desenvolvessem assistência técnica nos assentamentos, bem como com membros dos movimentos sociais.

Assim, o Movimento Sindical Rural, representado pela Federação dos Trabalhadores e o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST, que eram os dois movimentos mais fortes e mais atuantes, e atuavam na organização dos trabalhadores rurais no campo, foram contatados para participar desde o planejamento das ações e aceitaram o convite. Passam, então, a participar da coordenação juntamente com os professores, decidindo em conjunto com o MST, qual o melhor lugar para enviar os estudantes, onde tem o foco para a Economia Doméstica, Engenharia de Alimentos, Zootecnia, Agronomia ou Engenharia de Pesca. Dessa maneira, um assentamento em que tem como potencialidades açudes, lagoas ou mar, seria interessante que o estudante de Engenharia de Pesca estivesse vivenciando aquela realidade.

Temos representantes dos estudantes também nessa coordenação onde todas as atividades que vão ser desenvolvidas, as oficinas e capacitações as próprias atividades mais do dia a dia são discutidas e planejadas nessas reuniões mais abrangentes, a coordenação é colegiada. (Professor D, Departamento Economia Agrícola, em 22/03/2011).

Segundo a professora B, todo o processo de construção foi bastante participativo, construído em conexão local, regional e nacional, seguindo uma proposta pedagógica e metodológica, de acordo com os princípios da Política Nacional de Educação do Campo. Na composição da sua matriz teórica, optou-se pelos saberes relacionados à formação e organização dos movimentos sociais no Brasil, concepções de sociedade e de Estado, Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Camponesa, Agroecologia, Socioeconomia Solidária, Segurança Alimentar e Gênero. Os procedimentos, a seguir especificados, foram utilizados em todas as fases do projeto:

- Levantamento do material bibliográfico disponível, que subsidiou todas as atividades do Programa (livros, artigos, cadernos de subsídio, cartilhas, dentre outros),

produzidos, tanto pelos centros de ensino e pesquisa, quanto pelas entidades envolvidas no Programa.

- Oficinas pedagógicas preparadas pela equipe de professores, como espaço de formação e capacitação dos estudantes para atuarem como facilitadores nas oficinas de campo realizadas nos assentamentos.
- Oficinas de campo preparadas por professores, estudantes, técnicos e representantes dos assentamentos, para sensibilização dos assentados com relação ao Programa de Formação de Estudantes e também como instrumento de compreensão da realidade do assentamento.
- Seleção de métodos e técnicas de intervenção participativa a serem utilizadas nas oficinas pedagógicas, nas oficinas de campo, nas reuniões trimestrais, com a finalidade de dinamizar o processo de participação.
- Elaboração e aplicação de entrevistas abertas para captação de dados relativos as demandas e aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais e de produção agropecuária do assentamento, com a finalidade de subsidiar o trabalho de conclusão de curso dos estudantes (monografia) e a elaboração do plano de trabalho para a etapa seguinte.
- Socialização e avaliação dos resultados obtidos com os assentamentos através de reunião ampliada com a participação de todos (as) os envolvidos (as), por território.

Segundo Bruziguessi (2010), o fato de a região nordeste possuir um maior número de assentamentos teve um maior número de universidades contempladas. As três universidades do NE I optaram por uma gestão de parceria e, para garantir a execução do Programa, criou-se uma Coordenação Regional com sede na UFC, além das coordenações estaduais, que se relacionavam de maneira articulada e se encontravam mensalmente. A UFC foi definida como a unidade certificadora do Programa. O Projeto piloto do Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo teve duração de 2 anos.

Acerca do processo de execução do Programa Residência Agrária, Esmeraldo (2010) afirma que:

Algumas Universidades não se dão conta da especificidade dessa ação governamental e avançam pouco na conquista de espaços democráticos para a Educação do Campo e a Formação Profissional. Uma das possibilidades de interpretação dessas limitações pode ser compreendida pela pouca ou nula participação dos Novos Movimentos Sociais Rurais e pelo não funcionamento da gestão colegiada. Algumas Universidades tiveram seus programas executados de forma unilateral, dirigidos por

poucos professores que, na solidão e isolamento, não conseguiram superar os diversos desafios produzidos durante o processo. (ESMERALDO, 2010, p 167).

A professora A contou que, desde as primeiras reuniões, já havia uma indicação de que, nos cursos de especialização, a UFC trabalharia com universidades de Mossoró e do Piauí.

Na época a UFC foi a instituição que tinha mais condição de receber os estudantes selecionados em cada estado. E aconteceu assim, vinha os estudantes pra cá, tinha o tempo presencial, o tempo universidade, depois todos voltavam para suas cidades de origem, onde eles iam atuar, fazer a outra parte que era a vivência de campo, [...] já pensando numa intervenção mais intencional, como profissional dentro do assentamento. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 25/03/2011).

Para a elaboração da primeira etapa do Programa, os professores da UFC convidaram os professores das referidas universidades para construírem a proposta coletivamente. Os docentes envolvidos tinham a clareza de que os estudantes selecionados para participarem da primeira etapa (o Estágio de Vivência), também participariam da segunda etapa (a Especialização). Assim, a proposta foi construída de forma integrada.

A professora A mencionou que, no início a equipe trabalhou de forma muito precária, se reunindo na sala dos próprios professores. Cada reunião acontecia em um lugar diferente, mas desde o início havia um grupo forte e sensibilizado, que concedeu o apoio necessário para viabilizar as condições físicas e matérias necessárias ao trabalho.

A partir de estudo participativo da realidade e da vivência de campo no assentamento, os estudantes iriam desenvolver uma monografia. Já na primeira turma foi feito um acordo entre professores e coordenadores dos cinco cursos envolvidos (Agronomia, Engenharia de Pesca, Economia Doméstica, Zootecnia e Engenharia de Alimentos) que o trabalho final do Programa Residência Agrária seria referendado como trabalho de conclusão de curso. Era numa forma de evitar que os estudantes fizessem dois trabalhos de conclusão de curso e ficassem desmotivados de participar do PRA, além de publicizar a realidade camponesa, sobre a proposta de uma nova formação de estudantes para a atuação no meio rural.

Com todo o empenho do grupo, o Estágio de Vivência da primeira turma iniciou em julho de 2004. Durante 26 dias, os estudantes participaram do chamado “Tempo Universidade”, no qual um ou dois professores de cada estado atuavam, ora como monitor, ora como professor. Na visão dos professores, o envolvimento de docentes ligados a três

universidades foi uma experiência muito interessante. Ao final de cada etapa, os professores faziam uma avaliação do trabalho realizado e planejavam a etapa seguinte.

A turma da Especialização foi composta por estudantes que participaram do Estágio de Vivência e haviam concluído a graduação, além dos técnicos de ATER e ATES que atuaram acompanhando os estudantes no período do Estágio de Vivência em áreas de Agricultura familiar e Reforma Agrária.

Os trabalhos ficaram bastante complexos quando acumularam o curso de especialização com uma nova turma dos estudantes de graduação. Vale ressaltar que durante todo o processo o grupo era enriquecido com a participação de convidados nas oficinas, seminários, encontros intensivos e orientações de monografia de graduação e especialização. (Professora B, Departamento de Economia Doméstica, entrevista concedida em 20/03/2011).

Quando terminou a primeira turma da especialização, em 2007, os professores foram negociar uma segunda turma junto aos representantes do INCRA e do MDA, que confirmaram o financiamento do Estágio de Vivência dos estudantes da graduação, mas não financiariam a especialização. Assim, os professores elaboraram um projeto para o segundo curso de especialização. No entanto, quando enviaram o projeto para Brasília, o país vivenciava um processo nacional de criminalização dos movimentos sociais.²⁵

Dentre as estratégias de ação adotadas pelo governo, foi a fiscalização de todo o recurso que os estados recebessem em prol do atendimento às necessidades dos assentamentos rurais. Como o Programa Residência Agrária era voltado para a formação de técnicos para atuar em assentamentos rurais. Ele foi afetado e passou por dois anos de indefinição devido à alta burocracia e alto custo. Envolvido com toda a dificuldade enfrentada, o segundo curso de especialização não se concretizou, pois, os recursos estavam inclusos nas atividades do PRONERA que sofria contingenciamento de recursos.

E nós ficamos na espera do curso de especialização, tentando o projeto e até agora não aconteceu o segundo? O curso de especialização é caro, é meio complicado você garantir que será sempre ofertado. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 25/03/2011).

Inicialmente nossa primeira proposta tinha outra característica que era trabalhar somente nos assentamentos federais, que tinham, portanto, o

²⁵ A criminalização dos movimentos sociais, na forma legal ou administrativa, através de indicação e processos legais ou a difamação pública dos movimentos, seus objetivos e manifestações públicas tem acontecido visando frear a atuação dos defensores da luta social no Brasil, impondo-lhe dificuldades de atuação e articulação. Para saber mais sobre o assunto, ver QUEIROZ, 2006.

acompanhamento do INCRA, após essa primeira fase, os estudantes ingressariam no curso de pós-graduação num nível de especialização, também, trabalhando nessa mesma temática, tivemos uma única turma que funcionou nesse esquema nessas duas fases. (Professor D, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 22/03/2011).

O professor D do Programa Residência Agrária mencionou que, após a conclusão do curso de especialização e, com a saída do apoio do INCRA a equipe coordenadora do PRA, começou a vislumbrar novas possibilidades de financiamento. Com essa mudança o Governo Federal definiu que iria financiar apenas o Estágio de Vivência.

Então, o nosso é de fato único. Ele está sendo de fato sendo construído a cada ano. Depois desse enfraquecimento com o INCRA e com os cortes financeiros a gente procurou a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (DAS) do estado, firmamos um convenio e realizamos outro estágio de vivencia já diferenciado dessas duas turmas iniciais que foram financiadas pelo INCRA. Então aí a gente entra nesse novo convênio com a SDA. A partir desse instante a gente começa trabalhar não só nos assentamentos federais, mas também nos assentamentos estaduais. (Professor D, em 22/03/2011).

Em função do diferencial que o Programa Residência Agrária oferece aos estudantes, os professores têm discutido a possibilidade de tornar obrigatório o Estágio em Vivência, o que é polêmico, pois o Programa Residência Agrária não tem uma estrutura que possibilita atender todos os estudantes.

Diante da impossibilidade de tornar o Estágio Vivência obrigatório para todos os estudantes dos cursos do Centro de Ciências Agrárias, uma alternativa vislumbrada pelos professores será o oferecimento da disciplina optativa Agroecologia no curso de Agronomia que contemplará alguns conhecimentos transmitidos no PRA, como, por exemplo, Agricultura Familiar, Transição Agroecologica e Segurança Alimentar. Atualmente tem sido oferecida a disciplina Realidade Rural Agrária pela Professora Gema Galgani, aos estudantes dos cursos das Ciências Agrárias. Além disso, discussões continuam acontecendo entre os integrantes do PRA a fim de institucionalizá-lo, e atender a demanda.

4.2.2 Metodologias e funcionamento do PRA na UFC

O Programa Residência Agrária, propriamente dito, composto pelo Estágio de Vivência e Especialização, somente aconteceu no período de 2004 a 2007, mais conhecido como Experiência Piloto do Programa Residência Agrária. A partir daí, não houve mais os

curso de Especialização, apenas o Estágio de Vivência, que está registrado na UFC como um Programa de Extensão, embora continue sendo usada a nomenclatura Residência Agrária.

Conforme destacado anteriormente, após a Experiência Piloto as ações do Programa Residência Agrária na UFC tiveram modificações constantes. Para melhor acompanhar essas modificações foi elaborado o Quadro 4, a seguir especificado.

Quadro 04 – Alterações ocorridas no Programa Residência Agrária da UFC

Turma	Início	Término	Parceiros	Participantes	Metodologia/Modalidade
1 ^a	Julho 2004	Julho 2007	UFC/MDA/INCRA	Estudantes último Semestre e Técnicos da ATER	- Pedagogia da Alternância - Estágio de Vivência /Especialização
2 ^a	Janeiro 2006	Junho 2006	UFC/MDA/INCRA	Estudantes do último semestre e Técnicos ATER	- Pedagogia da Alternância e início da aplicação da metodologia Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários – ADSA - Estágio de Vivência
3 ^a	Dezembro 2007	Agosto 2008	UFC/MDA/INCRA/ DAS	Estudantes do último ano do curso Jovens Assentados	- Pedagogia da Alternância e ADSA - Estágio de Vivência
4 ^a	Janeiro 2009	Em curso	PET/UFC/MEC/ SECAD/ BNB/CNPq/ FUNCAP/ Observatório de Educação do Campo	Estudantes 3 ^o semestre, Jovens Assentados	- Pedagogia da Alternância e ADSA - Estágio de Vivência

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

O Estágio começou a ser oferecido cada vez mais cedo possibilitando uma maior convivência entre as partes viabilizando a aplicação do ADSA. A participação de jovens assentados nas capacitações com o objetivo de se tornarem multiplicadores em seus assentamentos atendeu ao anseio das famílias de terem uma participação concreta no Programa. A inclusão do PET como agente financiador possibilitou a oferta de bolsas aos graduandos dando assim uma segurança ao programa na execução de suas atividades.

O Programa Residência Agrária trabalha dentro da proposta da Pedagogia da Alternância e propõe uma forma de atuação em extensão rural diferenciada. A ideia é quebrar

o paradigma dominante que existe na extensão rural no país, que acontece no Brasil desde a década de 1940, no qual o foco da extensão era voltado para o tecnicismo e não tinha uma discussão humanística, como menciona a professora C. Baseando-se na Pedagogia da Alternância, o Programa Residência Agrária é composto pelo Tempo Universidade e Tempo Comunidade.

No Tempo Universidade são realizados estudos e debates sobre temas relativos à questão agrária, reforma agrária e assentamento. Há grupos de estudos onde se discutem textos sobre temáticas pouco abordadas nas disciplinas da grade curricular tradicional, que são preparatórias para os estudantes irem para os assentamentos. Nos grupos de estudo são apresentados conteúdos e debates sobre assentamento, reforma agrária, agricultura familiar camponesa, agroecologia, educação do campo, juventude etc. Além disso, são feitas capacitações mais prolongadas, que proporcionam oportunidade de apropriar da metodologia Análise Diagnósticos do Sistema Agrário. Assim, no Tempo Universidade é um período de reflexão, onde é estudada prática e vivências relativas ao Tempo Comunidade. Como relata a professora A, do Estágio de Vivência, o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade se complementam, como metodologia do Programa Residência Agrária, baseado na Pedagogia da Alternância.

Então esse foi, vamos dizer, o desenho do Programa Residência Agrária no Brasil, mais especificamente no Ceará. Trabalhamos, de forma integrada, junto com essas universidades e movimentos sociais, na perspectiva de construir uma institucionalidade. Para construir essa institucionalidade, nós buscávamos permanentemente o apoio dos Pró-Reitores, Pró-Reitor de Graduação, Pró-Reitor de Extensão, do Pró-Reitor de Pós-Graduação que se sensibilizavam com a proposta. O apoio institucional foi muito importante para a gente garantir esse espaço. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Desta forma, no Tempo Comunidade, os estudantes têm oportunidade de conhecer a realidade de um assentamento rural e conviver com os sujeitos contemplados com o programa de Reforma Agrária. Após a vivência no campo, os estudantes retornam para a universidade para compartilhar as vivências e experiências, além de buscar outros conhecimentos que subsidiarão nova atuação no campo. Conforme a Professora E, o Programa Residência Agrária surgiu da preocupação de se formar um profissional capaz de atuar nas áreas de assentamento de Reforma Agrária, de saber dialogar e compreender esses sujeitos.

Convivendo nas condições deles, eles não iam ficar nas casas dos técnicos, hotel ou pousada do município, mas vivendo na condição do agricultor e conhecendo a realidade do assentamento como um todo. Por exemplo, se eu sou

da Economia Doméstica vou preocupar com gênero, família. Se eu sou da agronomia eu só vou olhar para as questões da produção vegetal e animal. Se eu sou da zootecnia eu vou olhar só para a produção animal. Depois vou situando, percebendo que aquilo que é da minha área profissional tem a ver com um todo, não é uma coisa isolada da realidade agrária e agrícola [...]. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola, em 25/03/2011)

A princípio o estudante foca o seu olhar para aquilo que lhe é comum, em função da sua área de atuação, depois verifica como aquele aspecto não é algo isolado mas se relaciona com o todo. Depois do período de convivência com a realidade dos assentamentos, eles estudam, executam outra etapa no campo, recolhem as informações e voltam para a universidade onde apresentam suas vivências.

Sendo assim, quando acontecem as capacitações pedagógicas relativas ao tempo escola, os assentados participam visando contextualizar a realidade de cada assentamento onde o Programa Residência Agrária está atuando.²⁶ Considerando os benefícios trazidos pela ADSA, pode-se dizer que esta metodologia, inserida em 2007, foi um salto qualitativo, pois anteriormente os assentados desconheciam o potencial de suas propriedades, bem como um quadro orçamentário de suas atividades, que lhes favorecesse o estabelecimento de metas mais claras quanto à utilização desses bens e o planejamento de sua rentabilidade.

Nós tivemos conhecimento dela [ADSA] ainda na primeira turma, nós conhecemos o professor Vítor Ataíde, da Universidade Federal da Bahia, um economista que foi orientando do professor Marc Dufumier, um dos criadores da metodologia Análise Diagnóstica dos Sistemas Agrários, na França. O professor Vítor Ataíde já adotava essa metodologia, nós o trouxemos, ele ficou uma semana com nossos estudantes na primeira turma do curso de especialização. Então a gente viu que era fundamental [...] A gente entendeu que era uma metodologia que dava [certo], pois tinha ferramentas para ajudar os estudantes a compreenderem a realidade, a construir um diagnóstico e fazer isso de forma participava. Então tinha vários componentes que aproximavam do projeto pedagógico de formação que nós pensávamos para os nossos estudantes. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

A professora A explicou que, na segunda turma, foi aplicado um ensaio dessa metodologia e que, posteriormente, um professor passou a atuar como instrutor dessa metodologia, o que possibilitou que os professores e estudantes dessem “um salto qualitativo muito grande no programa”. A ADSA tem sido aplicada em todos os assentamentos. Como cada um tem uma característica, busca-se atender às particularidades dos assentamentos, já que alguns deles são mais adiantados que outros. Segundo a professora A, a previsão é que os

²⁶ Na ocasião da entrevista, 24/03/2011, a Professora C disse que eles já estavam realizando a sexta capacitação pedagógica dentro do Tempo Universidade.

diagnósticos de todos os assentamentos sejam finalizando em 2011, para que se possa partir para a implementação dos projetos de base agroecológica.

Na terceira turma, além da implantação da metodologia ADSA, o Programa Residência Agrária passou a contar com a presença dos jovens assentados. Em cada um dos assentamentos, um ou dois jovens assentados participam da pesquisa, ora como sujeito ora como ator ou pesquisador daquele trabalho, sempre com a colaboração ou a conjugação de professores ou um orientador técnico ou estudante de nível superior.

A inserção desses jovens tanto nos debates que acontecem na UFC, quanto no diagnóstico favoreceu a aproximação entre universitários e comunidade assentada, possibilitando o empoderamento dos jovens, além de contribuir para que os diagnósticos fossem mais próximos à realidade das famílias assentadas. Como ressalta Garcia Filho:

O diagnóstico dos sistemas agrários não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta. Seu principal objetivo é contribuir para a elaboração de linhas estratégicas do desenvolvimento rural, isto é, para a definição de políticas públicas, de programas de ação e de projetos (de governo, de organizações de produtores, de ONG's, etc.). (GARCIA FILHO, 1999, p.7)

Segundo o mesmo autor, o diagnóstico deve trazer respostas a perguntas importantes quanto às técnicas, condições sociais e econômicas dos agricultores e os seus sistemas de produção, a razão das práticas, os principais fatores que condicionam essa evolução, quais são os principais problemas que as famílias assentadas enfrentam como superar esses problemas, quais os sistemas de produção e quais os tipos de produtores mais adequados à sociedade (GARCIA FILHO, 1999, p.7).

A utilização da metodologia Diagnóstico dos Sistemas Agrários paralela à Pedagogia da Alternância possibilitou um amadurecimento do programa, o que embasou a estruturação de propostas para concorrer a editais do CNPq. A partir daí, o Programa Residência Agrária conquistou mais espaço na UFC, favorecendo a aquisição de bolsas de iniciação científica e bolsa de extensão para garantir a permanência dos estudantes no Programa.

A nossa proposta fundamental é trabalhar com base no diálogo, então o PRA tem muito essa proposta de não atuar levando conhecimento daqui para lá, mas de trocar conhecimento. Isso é muito importante para a gente, considerar um saber diferenciado, para contribuir para uma ação nova na extensão iniciando aqui na academia. Então a gente acredita que esses estudantes que estão aqui hoje são futuros profissionais extensionistas que podem mudar a atuação da prática de extensão dentro do meio rural certo?

(Professora C, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 24/03/2011).

A troca de conhecimento se dá a todo o momento e, em especial, quando se encontram indivíduos de ambientes diferentes como é a realidade do Programa Residência Agrária. Para Nascimento (1999), nesta Metodologia Participativa, o educador tem o papel de possibilitar aos atores sociais envolvidos os mecanismos de formação numa perspectiva mais ampla, devendo oportunizar o pensar sobre a realidade e os caminhos para nela intervir, nos espaços em que ela é (re)produzida.

Fundada sob essa parceria, a prática extensionista do Programa Residência Agrária é fundamentada numa atuação humanística onde se busca respeitar as diversidades do campo, valorizar a história, a identidade dos povos, numa relação dialógica.

4.2.3 Dificuldades e desafios enfrentados pelo Programa Residência Agrária

Em função da proposta diferenciada que o Programa Residência Agrária proporciona, os professores encontram dificuldades de contar com a adesão e colaboração dos professores com visão tradicionalista, o que resulta em um reduzido número de professores, implicando uma sobrecarga grande de trabalho em função das reuniões, orientações, pesquisa, além de aulas na graduação e na pós-graduação.

E isso é o amor da gente, é uma terceira ou quarta atividade. Então conseguir trazer os professores para cá é um desafio gigante pra gente. [...] Então fazer o encontro de professores que estão no ensino e na pesquisa com o que nós queremos de formação para os nossos estudantes não tem sido simples nem fácil. Nós temos encontrado poucos professores que querem se juntar a gente nessa formação diferenciada. Então eu considero esse um desafio muito grande. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Ao mencionar a dificuldade de contar com a adesão de outros docentes, a professora E, mencionou que o grupo trabalharia mais confortavelmente se houvesse mais colegas docentes participando, já que há uma demanda grande de trabalho para orientar e grupos de estudo para coordenar. Para minimizar este problema, uma solução tem sido o envolvimento de egressos (bolsistas de apoio técnico) como colaboradores da equipe. Além disso, estudantes que participaram do Programa Residência Agrária e estão no mestrado colaboram na co-orientação dos estudantes de graduação na escrita da monografia e no Estágio Vivência.

Embora essa parceria minimize os problemas, há limitações, pois algumas decisões dependem do professor.

A nova proposta metodológica ainda é vista com resistência por muitos professores acostumados ao ensino tradicional, o que leva professores do Programa Residência Agrária a se verem na contramão do ensino tradicional:

É como se a gente tivesse criando outro modelo, outra formação paralela à formação que eles recebem na graduação, de uma grade curricular muito fechada, em um formato de curso que tem o formato de departamento, de disciplina, vinculada ao professor. [...] A dureza, a estrutura dura da grade curricular é muito difícil de você romper ou você mudar [...]. Mas há uma coisa maior e histórica por detrás, né? Uma formação de professores de muitos anos dentro de um modelo de formação, modelo metodológico, modelo de pesquisa que não consegue, digamos, compreender e aceitar que nós temos no país dois modelos de desenvolvimento em disputa. Você tem o agronegócio e a agricultura familiar. Então a academia não pode adotar apenas um modelo e produzir pesquisa somente para um modelo e fazer a formação somente para um modelo. No mínimo ela tem que botar 50% de formação para um e 50% de formação para o outro. Então até chegarmos a isso vai levar um tempo. [...] O modelo de conhecimento que é transmitido ainda é muito dentro daquele modelo da modernidade, da modernização da agricultura na base da Revolução Verde, e hoje eu diria do agronegócio. Então você tem o predomínio ainda de um conhecimento muito voltado para esse tipo de formação profissional e nós estamos na contramão disso, né? (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Confirmando a visão da Professora A, Moreira (2005), em sua dissertação de mestrado na UFRRJ onde pesquisou a Escola Agrotécnica Federal de Salinas, constatou que os agricultores encontram dificuldades em reconhecer a aplicabilidade teórica do ensino técnico profissionalizante da Escola no cotidiano produtivo de sua agricultura familiar, em que 82% (oitenta e dois) contra 18% (dezoito) entendem não ser aplicável os conteúdos ali ensinados. Os cursos básicos são apontados como uma alternativa de atingir de maneira mais objetiva e prática as necessidades do pequeno produtor, desde que seja um conteúdo adequado ao seu contexto econômico, uma vez, que a tecnologia moderna quase sempre, tem um alto custo tanto na aquisição ou orientação técnica da mesma para estes produtores.

Para atrair novos professores e ampliar a equipe, os membros do Programa Residência Agrária convidam docentes que desenvolvem temáticas afins para fazer um trabalho de produção de conhecimentos, visando ter maior contato com a metodologia do programa.

Ao ser questionado se os novos professores que entram para o PRA tem que fazer uma capacitação, para poderem começar a trabalhar junto, a Professora E respondeu que não:

Os [professores] que a gente tem convidado é porque normalmente eles têm alguma formação, algum trabalho, algum projeto, eles já têm uma sensibilidade para isso. É por isso que nós o chamamos. Com relação ao programa, já são orientadores. Com relação à pedagogia da alternância e a metodologia dos sistemas agrários, eles vão se apropriando aos poucos a medida que eles vão entrando. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. (Entrevista concedida em 25/03/2011).

Além das dificuldades relativas à falta de apoio dos demais professores, outros aspectos relativos à organização e funcionamento do Programa Residência Agrária precisam receber melhor investimento, como relata a Professora A:

Muita coisa, porque a gente melhora algumas coisas, mas vai vendo que tem muita coisa ainda. Nós estamos começando... eu digo que agora que a gente está realmente construindo uma base. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Um dos aspectos que ainda precisa ser melhorado no Programa Residência Agrária, na perspectiva da Professora C do PRA, é a dificuldade de encontrar um horário comum para realizar as reuniões e isso acaba comprometendo o fortalecimento do grupo e tomada de decisões coletivas:

[...] porque a gente não deixa de decidir se o grupo todo não tiver unido. Mas essa questão de nunca conseguir reunir todos eu acho que é uma questão que a gente deve procurar o aperfeiçoamento pra tentar já que a nossa proposta é trabalhar no sentido coletivo. É tentar sempre decidir com o grupo todo. Acho que isso é um questionamento que os próprios alunos devem ter colocado, que nunca a gente consegue unir a coordenação, os assentados, os estudantes, todo mundo em uma reunião só. (Professora C, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Outro aspecto que ainda precisa de maior investimento se refere ao reduzido espaço físico. Soma-se a isto a falta de institucionalização do programa. Apesar do apoio da UFC através das Pró-reitorias que foi imprescindível na conquista do espaço físico, para que haja a institucionalização do programa são necessárias outras ações, principalmente no que diz respeito a garantia da continuidade através de verbas. Conforme relata a professora A, dentro do organograma da universidade o Programa Residência Agrária não existe.

Outro desafio é institucionalizar o programa de alguma maneira, porque da forma que ele está hoje na Universidade Federal do Ceará. No entanto, se algum Diretor de Centro, algum Reitor, não acreditar nesse programa e quiser extingui-lo é só ele dizer: “vou precisar desse ambiente aí para outro programa”, entendeu? O exercício que a gente tem feito para fazer esse programa existir dentro da institucionalidade é inscrevendo o Programa Residência Agrária como um projeto de extensão. A Pró-Reitoria de Extensão fornece um certificado para os cursos de 40 horas que a gente oferece. Então esse é um

gargalo que eu considero um dos maiores, a gente de fato criar um vínculo institucional, ter uma cara institucional dentro da universidade. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

A institucionalização propiciaria aos egressos uma certificação de “peso” para seu currículo. A professora A menciona as expectativas de melhora, tendo em vista que, no dia 4 de novembro de 2010, foi assinado o decreto tornando o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA) uma política, o que foi visto como uma grande conquista, já que Programa Residência Agrária está dentro do PRONERA.

Na opinião da professora A, foi uma ação muito importante, porque uma das questões que vinha inviabilizando o financiamento dos cursos era exatamente a inexistência de uma regulação que dissesse “vocês existem”. O PRONERA estava sendo questionado com frequência pelos setores jurídicos do INCRA, porque oferecia cursos de Pedagogia da Terra para assentados, mas ainda não tinha tornado uma política. Havia forças contrárias à realização do curso, tentando dizer que era irregular, que era ilegal e que o Programa Residência Agrária estava oferecendo uma educação diferenciada para assentados quando eles já tinham a escola financiada pelo governo. Os movimentos reivindicavam uma educação diferenciada – Educação do Campo, cursos superiores para a realidade camponesa, além da luta pela Pós- graduação em Agricultura Familiar/ Camponesa e Educação do Campo. Nesse sentido, os professores comentam que:

Sob essa lógica de que o governo já tem a escola, questionam porque tem que ter outra escola, outro recurso, outro financiamento para educação. Na verdade, Educação do Campo é diferente mesmo, né? Tem toda uma leitura, [] um princípio analítico teórico do que seja a educação do campo. Então a conquista da assinatura desse decreto presidencial foi muito importante, [] estamos conseguindo negociar com o setor jurídico e mostrar que hoje nós somos uma política. E a política e o decreto dizem para quem vai ser, quem vai ser beneficiado com os cursos e porque vai ser e porque é esse público, né? Então se caracterizou realmente como uma política que vai beneficiar de forma diferenciada, porque eles são diferenciados e dentro dele o Programa Residência Agrária está. E estando dentro a gente tem a garantia de recursos para arcar com os custos de forma mais regular, sem essa instabilidade de que em um ano tem recurso e no próximo não tem. A gente passa a ter uma política e a gente pode reivindicar, elaborar projetos de cursos de especialização e vamos ter recursos através do PRONERA pra oferecer para os nossos estudantes. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011)

Eu acredito que seja o caminho, porque com essa institucionalização do PRONERA, o PRA tornar-se uma política pública, assim poderiam ser incluídos na universidade. [...] Então sendo o PRONERA uma política pública, quem sabe a universidade se aproxime cada vez mais dessa política e as coisa comecem a funcionar melhor ou com a rapidez maior. Para que a gente consiga

fazer mais alguma coisa, né? (Professor D, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 22/03/2011).

O atendimento à reivindicação para uma educação específica aos povos do campo torna-se mais próxima da realidade e com a possibilidade de permanência garantida com a institucionalização, ou seja, a adoção desta educação como responsabilidade do Estado.

Ao ressaltar a importância da institucionalização do Programa Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará, o professor D menciona a importância de uma certificação institucional para o estudante que conclui o Programa Residência Agrária. Ele considera que o estudante que passa pelo Programa tem uma qualificação profissional extremamente diferenciada da formação universitária convencional. Além do conhecimento técnico adquirido das disciplinas ao longo do curso de graduação, ele tem as discussões e vivências proporcionadas pelo PRA. Apesar dessa diferenciação,

[...] até o presente momento, a certificação que eles têm, é uma declaração que é assinada pela Gema e pelo Diretor do Centro, enquanto coordenadora do programa, mas não existe nenhuma portaria da universidade, seja do Diretor de Centro, seja do Magnífico Reitor. [...] um dos pontos que a gente precisa urgente é de uma definição e institucionalização dentro da universidade. A gente já vem desde o início discutindo essa questão de como pode obter essa institucionalização do programa dentro da universidade para que não fique um programa dos professores A, B ou C, mas que seja um programa das Ciências Agrárias. Que ele possa ser reconhecido como um programa da Universidade Federal do Ceará, para que não corra o risco de acabar ou ser desconstruído totalmente. E então acho que essa é uma questão crucial, a institucionalização do Programa Residência Agrária. A partir desse instante ele vai fortalecer não só na Universidade, mas também fora dessa instituição. (Professor D, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 22/03/2011).

Apesar de todos os entraves vividos pelo PRA, verifica-se que ele tem potencial para continuidade considerando que ele já está consolidado em termos de: documentação, metodologia, efetividade, recursos humanos capacitados e estrutura física.

No entanto para que ele se transforme numa ação continuada na Universidade, evitando sua sazonalidade, deveria ampliar seu atendimento a outros públicos, tais como, comunidades quilombolas, ribeirinhas e outros povos do campo.

Percebe-se que a institucionalização seria a forma de manter o que já foi alcançado e incrementar seu crescimento e ampliação. Para que o programa volte à sua versão original com o oferecimento da especialização, faz-se necessário o comprometimento do PRONERA. Esse retorno pode ser vislumbrado com a assinatura do Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que regulamenta o PRONERA (BRASIL, 2010). Entretanto, este processo

dependerá dos movimentos sociais rurais que também participam da decisão quanto aos rumos programa.

O professor D menciona que o Programa Residência Agrária tem total apoio do Diretor do Centro e dos Departamentos ao qual estão vinculados, mas ainda não tem uma garantia de continuidade do Programa. Apesar dessa dificuldade, o programa está sobrevivendo graças à iniciativa dos próprios professores, que procuraram angariar recursos em todos os lugares onde é possível obter financiamento.

Outro problema enfrentado pelo Programa Residência Agrária, mencionado pela professora E, é a redução dos recursos materiais, bem como o encerramento da parceria com o SDA, ocasionando problemas em relação aos vários recursos para financiamento e administração do programa. Para resolver o problema eles buscaram captar recursos de outros parceiros, mediante projetos.

[...] Então hoje, no Programa Residência Agrária a gente tem vários projetos que alimentam o programa com recursos, tem do Observatório da Educação, do Banco do Nordeste, tem da própria universidade, através de bolsas da universidade e a gente vai puxando [...] Nessa concepção de fazer projetos pra captar recursos para o programa, todos os alunos têm a mesma formação. Ah porque a minha bolsa é do BNB, a minha bolsa é do observatório, a minha bolsa é do PIBIC, minha bolsa é de extensão. O recurso vem de fontes diferentes, mas a formação ela é para todos. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 25/03/2011).

Nesse percurso, agente encontrou muitas dificuldades. Primeiro as dificuldades principalmente relacionadas à liberação de recursos, porque nós tínhamos um projeto tanto para primeira etapa como para a segunda, que era um projeto completamente financiado pelo governo federal, pelo MDA, mas o executor, digamos, o repassador dos recursos era o INCRA. [...] tínhamos muitos atrasos na liberação das parcelas, então isso fez com que durante nove meses a gente interrompesse o curso de especialização por conta desse atraso nos recursos. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Apesar do não recebimento da bolsa e dos recursos para realizar as etapas do curso e dos nove meses de interrupção das etapas presenciais do curso de especialização, a fim de manter os estudantes motivados, a equipe coordenadora criou outras atividades de capacitação para os estudantes, como oficinas e cursos, além de manter as visitas deles nos assentamentos, e possibilitar que eles pudessem continuar suas pesquisas no campo.

[...] nós tivemos uma perda de estudantes, estudante que era casado e precisava trabalhar, que já era formado e arranhou um emprego fora e teve que assumir. Então a gente teve uma perda [...] por conta dessa situação. Nós não tivemos

como manter, mas eu acho que não foi tão grande a perda porque nós conseguimos concluir o curso com 39 [estudantes]. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

A professora B também mencionou que dentre as muitas dificuldades enfrentadas pelo grupo, a principal foi o atraso dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades. Além disso, as constantes mudanças de estratégias para acessar os recursos, provocaram atrasos no cronograma e evasão de alguns estudantes envolvidos. Contudo, a construção coletiva, o entusiasmo e o compromisso do grupo propiciaram a continuidade do programa, principalmente, graças à proatividade da coordenadora Residência Agrária.

A coordenadora foi bastante determinada e criativa durante todas as etapas do processo. Outro grande desafio foi a construção e implementação da segunda etapa do programa: o Curso de Especialização. Este foi todo construído com os professores do Programa Residência Agrária do Piauí e do Rio Grande do Norte. (Professora B, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 20/03/2011)

A partir da experiência e do diálogo com os parceiros, o programa foi se consolidando e vencendo obstáculos. Diante dos novos parceiros, novas idéias que surgiram e a maturidade que a equipe foi adquirindo com o programa, percebeu-se que, para assegurar a formação almejada do Programa Residência Agrária proporcionasse aos estudantes, ele não poderia ser realizado apenas no final do curso, pois apenas os últimos seis meses de curso seria pouco para prepará-los para o mercado de trabalho. Além disso, com a aplicação da metodologia ADSA, avaliou-se a necessidade de um maior tempo para realizar a pesquisa aplicada. Assim, na terceira turma em 2007, decidiu-se que o Estágio de Vivência seria oferecido também aos estudantes do último ano do curso.

A professora E relatou que esta mudança foi um atendimento à demanda dos estudantes, que argumentaram que seria importante e que teriam maior aproveitamento se a formação proporcionada pelo Programa Residência Agrária ocorresse mais cedo em suas vidas acadêmica. Os professores do programa concordaram que um ano para participar do Estágio de Vivência era realmente limitado, em função das diversas atividades a serem realizadas, além daquelas próprias do curso, como cursar as disciplinas, fazer o trabalho de conclusão de curso e, ao mesmo tempo participar do estágio.

Assim, na terceira turma passaram a selecionar estudantes, a partir do 2º semestre do curso, e não a partir do 3º semestre, como anteriormente. A terceira turma ainda se constituiu com estudantes que participaram do Estágio de Vivência no último semestre do curso. A

quarta turma foi constituída com estudantes a partir do 2º semestre ou, no mínimo, faltando 1 ano para a conclusão do curso.

É importante salientar que, posteriormente verificou-se a falta de maturidade de estudantes a partir do 2º semestre. Então, na segunda seleção da 4ª turma, estabeleceu-se como critério para participação que os estudantes estivessem pelo menos no 4º semestre ou faltando no mínimo um ano para se formarem. Com a conquista do PET Agrárias - Conexões de Saberes, devido às novas orientações do MEC para todos os PET, foi retomado o critério para selecionar estudantes a partir do 2º semestre.

No entanto, a equipe de trabalho certificou que faltava maturidade do estudante do 2º semestre para acompanhar a dinâmica do Programa Residência Agrária. Os professores se viram diante dos desafios de buscar outras formas de se trabalhar com esses estudantes mais novos. Nesse sentido, para introduzir os novos estudantes no programa, a professora E relatou que há todo um acompanhamento, a fim de evitar o constrangimento dos novatos:

[...] Os assentamentos de um modo geral tem uma carência enorme por assistência técnica. Então, quando o pessoal do assentamento vê o estudante já acha que é um técnico. E a gente não pode expor o estudante assim, pois ele está em processo de aprendizagem. Agora, se o estudante já é um formando, ele percebe que pode contribuir, tem uma vontade, há uma demanda, o programa incentiva que isso aconteça, mas não é o objetivo do programa. Por isso, quando o estudante vai ao assentamento pela primeira vez, a idéia é que vá um professor e apresente o estudante [...] e diz qual é o objetivo da gente, para que não haja uma cobrança, e também para evitar que os estudantes cheguem lá já achando que vão resolver os problemas. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 25/03/2011).

Além disso, com as experiências adquiridas com a primeira e segunda turma, os professores perceberam que não deveriam mudar de assentamento a cada turma. O PRA estabeleceu em seu planejamento que permaneceria em planejamento permanente e redirecionou o PRA para uma mesma área de atuação por um período de dez anos para garantir o fortalecimento das ações de caráter investigativo, educativo, político, social, cultural e econômico.

Com isso, os professores elaboraram um edital para o CNPq, que possibilitou a inclusão de dois jovens de cada um dos 14 assentamentos no programa, atendendo às reivindicações dos movimentos sociais. Dessa forma foi possível incluir o total de 28 jovens assentados no Programa Residência Agrária.

Assim, foi construído um novo desenho para a terceira turma, em parceria com os movimentos sociais e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, sendo definidas 14 áreas de

assentamentos rurais que seriam atendidas por dez anos. A seleção dos assentamentos foi discutida pela coordenação do PRA, movimentos sociais e pelo Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Com a definição da área de assentamento, foi possível implantar no mesmo assentamento todas as etapas da metodologia referente à ADSA. Ou seja, a metodologia inicia-se com o conhecimento da realidade e a construção do diagnóstico, para que, em um momento posterior, sejam implantados os sistemas agroflorestais e/ou agroecológicos, que serão indicados e debatidos junto com os assentados, a partir dos resultados da pesquisa aplicada. Como o estágio envolve no mínimo 30 dias de vivência no Assentamento, o estudante após a conclusão do curso pode ser substituído por outro, que dá continuidade ao trabalho iniciado.

Como o grande eixo do Programa Residência Agrária era oferecer aos estudantes dos cinco cursos das Ciências Agrárias uma oportunidade de estagiar em áreas de assentamento rural, para o oferecimento da terceira turma, os professores buscaram outros parceiros que pudessem fornecer financiamento ao programa. Além da mencionada parceria com o governo do estado do Ceará, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) novas parcerias também foram buscadas junto ao Banco do Nordeste do Brasil. Além disso, o projeto concorreu ao financiamento mediante e aprovação nos editais do CNPq.

[...] a gente foi avaliando, e verificando que ainda era um estágio, frágil esse modelo que a gente iria ficar muito na dependência do que o governo estadual tivesse disposição de trabalhar ou não nesse sentido e aí a gente foi buscando outras alternativas pra que o Estágio de Vivência não se perdesse ao longo do tempo. (Professor D, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 22/03/2011).

Assim novas parcerias foram formadas, o que possibilitou a aprovação de 10 bolsas para os estudantes de graduação.

Foi aí que a gente deu um maior salto no programa, porque também passamos a trabalhar não só com os estudantes em conclusão da graduação, mas com estudantes também a partir dos períodos iniciais do curso da graduação deles. (Professor D, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 22/03/2011).

A professora C do Programa Residência Agrária mencionou que a equipe de trabalho tem todo um cuidado para enviar os estudantes para o lugar mais adequado, para potencializar a atuação do estudante em função de sua formação, quanto para atender às necessidades da população assentada:

Em relação à atuação do profissional, a gente conversa [...] que assentamento seria melhor para desenvolver uma atividade do engenheiro de pesca, do zootecnista, do economista doméstico, do agrônomo? Tem carência em qual assentamento? Onde é que vocês acreditam que existe uma organização, uma produção onde os meninos vão poder contribuir mais? Então a gente vai focando com eles evitar mandá-los para um assentamento que não tem nada de recurso hídrico e o engenheiro de pesca não conseguir perceber em que pode atuar dentro da extensão rural, né? (Professora C, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Para que seja atendida a expectativa dos envolvidos é necessário o planejamento, onde é analisado o curso do estagiário e sua afinidade para ser enviado aos vários assentamentos do Programa. O oposto a isso acarretaria problemas para o desenvolvimento de uma proposta diferenciada de trabalho.

A professora C ainda informa que existe uma equipe formada para cada área de assentamento, que Programa Residência Agrária está atuando. Em cada assentamento tem um companheiro, isto é, um parceiro do estudante universitário, chamado estudante assentado, que trabalha na perspectiva da metodologia da Pedagogia da Alternância. O estudante assentado, juntamente com o estudante universitário, fazem um diagnóstico problematizando a realidade local e levantando questionamentos para subsidiar os debates no momento seguinte, que é o tempo escola, na qual os jovens assentados também participam. Nesse processo, os assentados indicam as necessidades dos assentados e os conteúdos e temáticas que eles querem discutir e aprender.

Assim, Dias (2006, *apud* SILVA, 2010) também aborda a importância dessa interação entre teoria e prática, compreendendo-a como princípio fundamental da Pedagogia da Alternância, uma vez que possibilita ao educando partir de seus próprios saberes para a construção do conhecimento técnico-científico e para a conquista da cidadania, através de sua auto-afirmação enquanto sujeito responsável pelo processo de transformação de sua comunidade e da sociedade de uma forma geral. Como parte da metodologia Pedagogia da Alternância, os estudantes procuram levar para os assentamentos os conteúdos que atendam às expectativas dos sujeitos assentados, como evidencia o depoimento abaixo:

[...] teve uma menina da zootecnia que ela fez uma oficina dentro do assentamento que ela estagiava, primeiramente ela identificou junto com a comunidade quais eram os animais de produção [...] depois disso, quando ela estava terminando o estágio ela perguntou se os assentados gostariam que ela desse alguma contribuição para o assentamento [...] alguma oficina de algum tipo de animal que vocês produzem, que vocês gostariam de saber mais para melhorar a produção.” [...] na reunião, para variar, tinha mais mulheres e poucos homens. E aí, qual foi o animal mais votado? A galinha caipira e o segundo

animal foi o bovino, mas ganhou a galinha caipira e ela preparou uma oficina sobre a galinha caipira. [...] Vai depender muito também do estudante que vai estar na frente e se a realidade permitir. Se ele chegar lá dizendo: “eu venho aqui pra ensinar alguma coisa”, pode não condizer com as expectativas dos assentados e isso tem que ficar muito claro. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 25/03/2011).

A necessidade da vivência da realidade por parte dos estagiários no contato com os assentados é fundamental para que sejam traçadas as metas para os estudos específicos para o assentamento, evitando-se frustração para ambas as partes. Deve-se levar em conta também que cada assentamento tem suas características próprias.

Nesse processo de decisão quanto ao assentamento para o qual o estudante será enviado, a participação dos jovens representantes dos assentamentos é figura central na definição do encaminhamento que se dará ao aluno. Outro aspecto criteriosamente considerado é a preocupação em não comprometer a realização do curso de graduação. Por isso, as atividades do Programa Residência Agrária são cuidadosamente planejadas .

Em função das adaptações que o Programa Residência Agrária passou, a professora A disse que após superar muitas limitações, hoje o Programa Residência Agrária se encontra em uma fase muito positiva:

[...] na quarta turma, nós estamos vivendo um momento mais rico do Residência, porque é nesse momento que agente está conseguindo fazer a formatação de um modelo mais próximo do que a gente deseja, ter estudantes durante mais tempo conosco. [...] A questão do modelo, nós estamos chegando ao entendimento de que esse é o modelo, né? Poder trabalhar com estudantes por mais tempo, poder trabalhar em 14 assentamentos, poder trabalhar com a metodologia dos sistemas agrários e, ao terminar a metodologia, ter o entendimento de que cada assentamento vai ganhar, pois vão ter dois, pelo menos dois sistemas agroecológicos implantados com o jovem assentado sendo capacitado e passando a ser o multiplicador. O que é que nós temos ainda eu diria de dificuldade nesse modelo, apesar de uma motivação muito grande dos estudantes, de estar aqui, você vai ver, eles estão sempre aqui nos intervalos, horário de almoço, vem estudar e utilizam a estrutura [do programa]. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

O estudante ao entrar em contato com os assentamentos e quando os jovens dos assentamentos participam das capacitações acontece a troca de informações. O efeito multiplicador se dá quando essas informações são levadas, por exemplo, para os demais familiares e para o assentamento como um todo. Nesse sentido, entende-se por multiplicador, o sujeito que incorpora valores e atitudes aos conhecimentos existentes, para definir uma relação equilibrada e dinâmica, garantindo aos demais sujeitos, a reflexão e ação. A formação

de multiplicadores parte da necessidade de socializar os conhecimentos adquiridos com os moradores do assentamento e a manutenção das ações.

Na visão de uma das professoras do Programa Residência Agrária, um grande avanço na institucionalização do Programa na UFC foi a participação no edital PET Conexões de Saberes, lançado em 2010, que previa o oferecimento de 12 bolsas para estudantes de graduação.²⁷ A coordenação do PRA participou do edital e foi selecionada.

[...] com o PET Conexões de Saberes que nós agora temos dentro do Residência Agrária, aí a gente foi e voltou a selecionar estudantes do segundo semestre de curso, já repensando a própria formação desses novos estudantes, buscando formas de inseri-los nesse programa [PRA] que tem vários estudantes de outros semestres também. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 25/03/2011).

Hoje a gente tem a garantia de bolsa para a maioria dos estudantes, nós estamos agora nesse momento somente com problema com dois estudantes para conseguir bolsa, mas que isso com certeza a gente tá resolvendo. Mas nós conseguimos também um PET que aí dá uma garantia de 12 bolsas, nós temos um projeto como o MEC que dá a garantia de 6 bolsas, nós temos bolsa de extensão, enfim essa questão da bolsa dos estudantes que a gente considera importante que é também o que ajuda os estudantes a ir para o campo, a gente tem garantido. Nós temos parceria com entidades que financiam as capacitações e as viagens para os estudantes apresentarem os trabalhos nos congressos, então a questão financeira é uma questão hoje que a gente considera resolvida. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

A inserção do Programa Residência Agrária no Programa de Educação Tutorial foi bastante positiva, pois o oferecimento da bolsa possibilitou a permanência dos estudantes no Programa. Tanto o PET prevê uma atuação conjunta entre ensino, pesquisa e extensão, quanto o Programa Residência Agrária também integra essas três modalidades, como evidencia o excerto de entrevista abaixo:

No meu entendimento, aqui a gente não tem assim... pelo menos tentando, construindo uma coisa bastante diferente porque eu não consigo diferenciar ou distinguir aqui no Programa Residência Agrária uma prática extensionista, uma prática de ensino, uma prática de pesquisa, acho que está essas três vertentes. Elas caminham juntas a todo instante. [...] a partir dessa metodologia de alternância, de tempo da universidade e nos assentamentos. Nós estamos a princípio finalizando esse Diagnóstico no assentamento para que a gente possa de fato compreender todo esse sistema de funcionamento e a partir daí, a gente

²⁷ O Programa de Educação Tutorial (PET) do Ministério da Educação, que prevê atuação indissociada entre o ensino, a pesquisa e a extensão, lançou edital que previa para 2011 a expansão do programa nas Instituições Federais de Ensino Superior. A nova modalidade denominada PET/Conexões de Saberes é voltada para estudantes oriundos de comunidades populares e está vinculado a áreas prioritárias e a políticas públicas de desenvolvimento, visando a correção de desigualdades sociais e regionais. (Fonte: EDITAL PET/CONEXÕES DE SABERES, 2011)

pretende propor políticas para o desenvolvimento desses assentamentos, onde teria ações práticas mesmo da extensão. (Professor D, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 22/03/2011).

Um aspecto que talvez seja interessante de ser pensado pela coordenação do Residência é ter um documento de cadastro das famílias atendidas e termo de compromisso das partes atendidas. Como as relações entre as famílias e estudantes são muito próximas, pautadas em relações de reciprocidade, acaba faltando uma formalização desse atendimento.

Certo, olha aí é que entra os movimentos parceiros, não existe uma coisa assim formal, um documento, até hoje não houve essa necessidade. É interessante essa sua pergunta, até agora a gente não viu a necessidade dessa demanda. O que ocorre é que os movimentos parceiros fazem o contato com as famílias que receberam o estagiário [...] Então, assim, há uma receptividade! Nunca teve problema em ter que fotografar, entrevistar entendeu? [...] Então, assim, cada estudante é uma experiência, uma riqueza, é um assentamento diferente então assim nós nunca tivemos problema com a questão ética. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 25/03/2011).

Embora a proximidade entre estudantes e famílias atendidas seja proveitosa para a vivência dos estudantes e para o diálogo entre as partes envolvidas, a formalização e registro dos dados é uma forma de dar mais legalidade ao programa, além de possibilitar a construção de um banco de dados.

Outro ponto crítico do Programa Residência Agrária, que diz respeito à formação dos estudantes é a falta de disciplinas ligadas à formação humanística que não é encontrada em seus cursos de origem, nos quais a ciência é segmentada e mecânica.

Assim, o PRA busca suprir essa necessidade, introduzindo nas capacitações, conteúdos voltados para formação humanitária.

Então... tem alunos da Zootecnia, da Agronomia, Engenharia de Pesca, Economia Doméstica, Engenharia de Alimentos que trabalham nas suas respectivas áreas de formação sem esquecer essa parte da humanização das ciências agrárias que talvez seja um dos pontos mais críticos da formação. (Professor D, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 22/03/2011).

Uma das tentativas de minimizar essa questão foi a introdução de duas disciplinas no currículo do curso de Agronomia: Aspectos Sociais da Agricultura. “São tentativas que nós estamos fazendo. [...] São válvulas, né? Tentativas de poder ampliar a formação desses

meninos”, afirmou a professora A. Na visão da Professora E, a criação dessas novas disciplinas representa uma tentativa de ampliar a formação dos estudantes:

[...] ainda é um avanço muito pequeno porque agroecologia não pode ser uma disciplina né? Ela é um conteúdo transversal, ela é um fio condutor da formação profissional. Então eu ainda acho que é um avanço pequeno, já a disciplina Aspectos Sociais da Agricultura já faz parte dos dois currículos [antigo e novo] e é uma disciplina que dentro de um contexto muito técnico ela traz essa realidade agrária e vem puxando algumas discussões. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 25/03/2011).

Ao revisar o material bibliográfico utilizado na elaboração da caracterização do PRA foi possível observar alguns pontos importantes. Dentre eles, ressaltamos o trabalho de Bruziguessi (2010), que aponta as mudanças ocorridas nos cursos de formação em Ciências Agrárias da UFC, especificamente no que diz respeito a um maior compromisso social. Dentro das ações efetivas decorrentes do Residência Agrária, a mesma autora ressalta a inclusão da disciplina obrigatória de Agroecologia no currículo do Curso de Agronomia, além disso, existe a possibilidade da criação deste curso específico para os assentados no Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA).

O Programa Residência Agrária muito mais que formar agentes para trabalhar com ATER/ATES, vem conseguindo ampliar a visão das universidades, em relação às necessidades do meio rural, possibilitando uma alternativa ao agronegócio, apoiando à reforma agrária, a agroecologia, a agricultura familiar bem como o desenvolvimento sustentável. Enfim, ressalta-se que na construção do Programa Residência Agrária é possível notar a flexibilidade, bem como a criatividade dos profissionais envolvidos, o que resulta na adaptação de metodologias e entrelaçamento de conceitos, viabilizando alcançar as metas propostas pelo programa.

Nesse contexto, o Programa Residência Agrária está conquistando um espaço e já está obtendo os primeiros resultados no ensino, na pesquisa e na extensão. Alguns estudantes do Programa Residência Agrária têm ingressando nos mestrados dentro de uma boa colocação (1º, 2º ou 3º lugar), o que configura como uma boa referência para o PRA.

2.2.4 Méritos do Programa Residência Agrária na UFC

O Programa Residência Agrária proporciona aos assentados, o que a professora A mencionou: o despertar do interesse nos jovens assentados para continuar os estudos.

Eles conquistam as coisas e a gente também avança metodologicamente. [...] Hoje mesmo, um jovem [do assentamento] trouxe o outro que vai substituí-lo porque ele terminou o ensino médio e foi aprovado na Escola Agrotécnica. Isso é um fruto de residência agrária. Ele não quer interromper os estudos, né? Nas capacitações coletivas que nós damos pelo programa houve uma motivação muito grande. Há um desejo também de continuar estudando. Então a gente tem um processo também de entrada e saída tanto de estudantes como do jovem assentado, né? É dinâmico esse programa e ele não vai encerrar quando o estudante se forma. (Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Com o PRA, os graduandos são beneficiados por terem um espaço de oferta de estágio e a oportunidade de utilizar as pesquisas realizadas como Trabalho de Conclusão de Curso, sendo acompanhado pelos professores. Além disso, eles têm a possibilidade de desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão. O que contribui para uma formação profissional mais ampla. Receber bolsa e terem a oportunidade de participar e apresentar trabalhos em eventos, como seminários, simpósios e congressos. Isto tem atraído os estudantes que entendem a importância do programa na sua formação acadêmica e futura vida profissional.

Outro atrativo que o PRA oferece aos estudantes é a possibilidade que a pesquisa nos assentamentos não é feita de realizada de forma engessada, como é comum vivenciar nas universidades. Ao contrário ela torna-se uma prática onde se tem o envolvimento da comunidade na qual os assentados, ora atuam como sujeitos das pesquisas, ora são pesquisadores:

O PRA tenta focar uma realidade de atuação diferenciada no campo. A gente trabalha com estudantes das Ciências Agrárias de cursos diferenciados e a idéia é que cada um atue sobre outra ótica. O nosso foco é a Educação do Campo, então a proposta é que os estudantes das Ciências Agrárias tentem atuar sobre uma nova forma, né? Uma intenção de promover um desenvolvimento rural sustentável, esse é o foco do Programa Residência Agrária desde a sua concepção até os dias atuais. A gente tem muitos desafios, o caminho é muito íngreme, mas a gente vai galgando para ver se a gente consegue conquistar um novo paradigma para a extensão. A nossa metodologia está fundamentada no Tempo Escola e no Tempo Comunidade e a atuação do PRA não se faz somente do ponto de vista do estudante e dos professores, pois o PRA atua em parceria com o estudante do campo também. (Professora C, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Fundada sob essa concepção, uma grande riqueza do Programa Residência Agrária é a oportunidade que oferece aos estudantes de vivenciar outras realidades direcionar as atividades profissionais durante a realização do curso de graduação.

Como há uma reciprocidade muito grande, eles já vão entendendo o sentido do estágio. A ideia é o estudante ficar nas condições do agricultor mesmo, só tem farinha e feijão é farinha e feijão pra almoçar né, é eles viverem isso. Eu me lembro da experiência de um aluno no assentamento. [...] lá a criação de médio porte e grande porte é uma poupança, eles não matam pra consumir e a galinha também não matam qualquer hora, tá entendendo? Porque a galinha era a dona do pedaço. Então, era muito comum o ovo no almoço, ainda assim tinha dias que não tinha o ovo. Lá não tinha uma criação intensiva, bem organizada, um manejo e ele achou super engraçado e falou: “a gente saía procurando onde a galinha tinha botado o ovo naquele dia, então a gente ia atrás” e não tinha problema nenhum. Tem também assentamento muito organizado, que não tem tantos problemas assim com a questão da alimentação, os meninos voltam às vezes com sobrepesos [risos]. Tinha um que voltou super gordinho e dizia: “Professora, eu almoçava mais de uma vez, porque quando eu saía para fazer entrevista [as pessoas perguntavam] “Ah, você não vai comer um pouquinho aqui?” Ele disse que todo dia almoçava em uma casa diferente, porque todo mundo fazia questão que ele almoçasse um dia. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 25/03/2011).

A vivência do estágio tem proporcionado um maior conhecimento sobre a realidade das famílias assentadas, seus valores e motivações para superarem as condições adversas para permanecerem na terra conquistada.

Sales (2007) mostra que são diversos os motivos que despertam o desejo das famílias assentadas em permanecer no meio rural, como a conquista legal da terra, possuir uma casa de alvenaria, tem ainda o sentido de liberdade, pelo fato de não ter patrão, não pagar renda. Tudo isso produz uma mudança de vida, mas essas conquistas também lhes impõem desafios. No assentamento um novo cenário é desenhado e o campo de forças e resistências passa a ter um novo funcionamento, pois monta-se um novo código de convivência. Ao se instalarem em suas casas, os assentados começam a construir um novo modo de vida.

Em função da diversidade de pensamentos e expectativas de cada sujeito que compõe o assentamento, é importante que o extensionista, ao desenvolver seu trabalho junto aos assentados, faça reuniões grupais e busque desenvolver um trabalho baseado na metodologia participativa, onde as decisões sejam tomadas em conjunto.

A experiência em metodologias participativas que incorporam os saberes dos sujeitos em estudo e envolve-os como agentes do processo de mudanças é uma oportunidade ímpar para os estudantes.

Teve já uma aluna que trabalhou com pesquisa ação dentro do assentamento, então ela reunia os jovens e eles iam junto construindo a pesquisa. Foi até dentro do curso de especialização essa experiência. Eles ficaram tão envolvidos com a pesquisa que já estavam querendo mandar na pesquisa. Ela teve que explicar o que era, porque eles não queriam que ela registrasse determinada coisa. Ela disse não, eu não posso colocar só o que é bom, se o meu trabalho for só o que é positivo como é que vocês vão reivindicar uma política para a causa

de vocês? Aí eles foram entendendo porque eles começaram a se preocupar, porque ela ia escrever sobre eles. Eles ficaram muito inteirados do trabalho dela. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 25/03/2011)

A Metodologia Participativa vem sendo utilizada em encontros e cursos com o objetivo de dar oportunidade a todos de manifestar e produzir o conhecimento, como indica Pereira (2010):

[...] é importante perceber as atividades extensionistas como um compromisso social, e ir mais além, saber e compreender que não podemos construir nada sozinhos, a partir dessa compreensão, é que poderemos construir um alicerce consolidado no tripé ensino, pesquisa e extensão. Certamente passaremos a valorizar as diversas áreas do conhecimento, entendendo que cada uma tem seu real valor, que a interdisciplinaridade no campo das idéias podem gerar ações concretas e com respostas consistentes as demandas que estão postas. (PEREIRA, 2010, p. 2).

Essa experiência em metodologias participativas confere oportunidade aos estudantes de trabalhar com dinâmicas de grupo, voltadas para a realidade dos assentados, como complementa a professora E:

[...] Então a gente trabalha muito com dinâmica. [...] na última capacitação que foi em Quixadá a gente tirou uma tarde de lazer para ir conhecer o Açude do Cedro, a pedra da Galinha Choca, então teve um momento de convivência, um convívio, então a gente trabalha muito essa questão do lúdico. (Professora E, Departamento de Economia Agrícola, Entrevista concedida em 25/03/2011).

Outra grande oportunidade que o Programa Residência Agrária proporciona aos estudantes é a motivação para realizar pesquisas, apresentar trabalhos em eventos e publicar. No Tempo Universidade eles aprendem a sistematizar os dados coletados no campo, ou seja, aprendem a ser mais reflexivos.

[...] os nossos estudantes têm uma carga horária muito grande, [...] se o aluno quer fazer o estágio de vivência, ele tem que abrir mão de alguma coisa. [...] o tempo universidade, como toda bolsa aqui na universidade, os alunos têm que dar 12 horas de monitoria e dedicar 16 horas à extensão. A gente também pede uma carga horária para eles virem para a sede do programa, nos horários que eles não têm aula. Aí nesses horários eles ficam no computador pesquisando, estudando aqui no acervo ou participam de grupos de estudos. Eles estão sempre tendo que produzir, porque há demanda, tem os relatórios, [...] o diário de campo, então é muito intenso isso. A gente sabe que os cursos técnicos das agrárias não trabalham muito essa questão da produção textual, certo? A leitura é uma leitura técnica, então no programa tem essa preocupação de estar criando fóruns para que os alunos comecem a produzir, porque às vezes eles dizem, professora está tudo aqui na cabeça mas na hora de colocar no papel é um problema. Aí no tempo universidade a gente vai estar ocupando para eles

aprenderem a sistematizar, aprenderem a fazer o relatório, sair do descritivo e ir mais para a sistematização, para a reflexão. Aí a gente casa as tarefas do tempo universidade com as do tempo comunidade, com as capacitações, né? (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 25/03/2011).

Soma-se a tudo isso a receptividade com que o estudante é recebido. No entanto, em função dessa ampla receptividade, é relevante o recebimentos de orientações éticas quanto às vivências no assentamento, a fim de evitar situações que possam comprometer o desenvolvimento das ações programadas, como evidencia o extrato seguinte:

Teve uma vez que uma menina foi para o assentamento e agente ficou preocupada porque a gente não pode ir até lá apresentá-la. Aí eu liguei para o assentamento para saber como as coisas estavam indo, se ela tinha conseguido chegar na casa da família.[...]. A senhora da casa que atendeu ao telefone público disse: “a Daniele está aqui, ela passou o dia andando no sol, eu armei uma redinha nós estávamos dormindo ali, a bichinha. Não bote ela pra trabalhar” (risos). [...] Na verdade, eles adotam o estudante. Teve uma assim que o cuidado foi tão grande que a estudante ficou doente. [...] a pessoa que recebeu preparou o quarto dos filhos que estavam pra cidade para a estagiária ficar, arrumou e enfeitou com um jarro e uma flor de sorgo e a menina era alérgica. A menina começou a empolar e ninguém sabia o que era, depois que ela descobriu. Então é um cuidado tão grande que às vezes até acontece essas coisas pitoresca assim (risos). [...] Outro exemplo, esse eu fui deixar a aluna no assentamento Lagoa do Mineiro. Quando nós chegamos lá, a menina ia ficar na casa da presidente da associação, essa presidente não estava em casa, e a mãe dela foi quem recebeu [pois moravam próximas] [...] aí ela olhou e disse: “ih, é uma estudante, ela não vai ficar na casa de fulana não, ela vai ficar na minha casa, a casa dela só tem filho homem, e olha se vou deixar uma moça ficar sozinha lá” (risos). (Professora E, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 25/03/2011).

Dentre as conquistas, foram mencionadas as novas parcerias que têm surgido, principalmente, vindas de professores e estudantes que querem fazer pesquisas em áreas de assentamento rural. “Então a gente acolhe, facilita, ajuda os nossos estudantes a levarem ele para a área [do assentamento]”. Estas novas parcerias que o Programa Residência Agrária tem conseguido advêm do reconhecimento sobre a importância de uma nova base de conhecimento que associe teoria e prática dentro da realidade do assentamento rural, o que é um grande desafio:

Você estudar vai a agricultura familiar, o modo de produção, a família, como elas vivem, estuda o que a luta pela reforma agrária significa para essas famílias, estudar a melhoria da condição de vida dessa família, estudar como essas famílias tão conseguindo a segurança alimentar. Ou seja, são temas super importantes e que não vinham sendo tratados por esses segmentos da academia. Para nós um grande desafio é construir uma nova base de conhecimento dentro da academia que esteja alicerçada nesses temas, nessas áreas, nessas temáticas.

(Professora A, Departamento de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Em sua avaliação sobre o programa, a professora C argumentou sobre a necessidade dos estudantes conhecerem outros assentamentos, além daquele que ele conhece a realidade, trabalha e pesquisa, como uma forma de troca de experiências, o que aumentaria as contribuições do programa na formação dos estudantes:

[...] talvez poderíamos conhecer as experiências do assentamento do outro, vamos lá para conhecer. Não é que eu vou pesquisar na pesquisa dele, mas eu vou lá pra conhecer. E eu conheço [o assentamento dele] através da apresentação [no tempo escola], vai ter sua aula apresentando o grupo, slides e tudo, mas é aqui não é lá. Então, uma parte [dos estudantes] está no sertão central, outra parte está em outro território do estado, aí não se conhece a realidade desse outro território. Conhece apenas pela fala do outro colega, entende? Até mesmo para o próprio assentado que faz parte do programa seria interessante ele vivenciar experiências, pois ele vem e assiste como todos nós assistimos. O professor orientador também vai lá acompanhar os orientandos dele dentro do assentamento, mas ele não vai ver a realidade do orientando do outro, entendeu? Isso aí eu acho que poderia ser interessante pra gente, considerando a historia do tempo também, né. Tudo isso vai encaixar nessa discussão. (Professora C, Departamento de Economia Agrícola. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Enfim, são várias as contribuições do Programa Residência Agrária. Dentre elas, destaca-se a oportunidade de desenvolvimentos dos assentamentos, com empoderamento dos sujeitos, bem como a oportunidade que o programa oferece aos estudantes de vivenciar uma realidade que não seria possível nos moldes tradicionais da universidade. Tudo isso é mérito dos professores e parceiros que não têm medido esforços para aperfeiçoar o programa cada vez mais. São profissionais que não trabalham por uma remuneração extra, mas para a melhoria do ensino, pesquisa e extensão.

4.3. A Família no contexto do PRA, na visão dos estudantes e egressos

A análise da família no contexto do Programa Residência Agrária foi estruturada a partir das concepções e vivências dos estudantes e egressos do Programa Residência Agrária em relação à experiência atual a 4ª Turma do Estágio de Vivência, segundo a metodologia de análise descritiva.

4.3.1. Relevância de se estudar a categoria família no PRA

As famílias que participam do Programa Residência Agrária compõe o conjunto de 14 assentamentos da Reforma Agrária de regiões diferentes do Estado do Ceará, com diferentes perspectivas de cultivo da terra. Além disso, cada assentamento tem uma história diferenciada de conquista da terra e características sócio-culturais peculiares, tem possibilitado aos participantes uma gama de saberes e desafios. Torna-se assim, necessário, portanto, que estas famílias sejam colocadas como objeto de estudo para que melhor possam ser respeitadas em seus direitos, atendidas em suas necessidades, além de contribuírem com o conhecimento científico.

No que se refere à importância de se estudar família no Programa Residência Agrária, as respostas das entrevistas, apresentadas no Quadro 05, indicaram que esta relevância se deve ao fato da família ser a célula e base da sociedade, onde se busca apoio emocional e material, além de sua relevância como unidade produtiva e reprodutiva de saberes, valores e memórias.

Quadro 05: Importância da família como objeto de estudo no PRA.

Por que estudar família é importante para o PRA?											
Unidade de Análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequência
Porque é a célula e base da sociedade e ponto de apoio		X	X	X		X		X			5
Porque ela é uma unidade produtiva		X	X		X	X	X	X		X	7
Porque ela é sujeito da transformação social			X								1
Para a valorização dos saberes dos assentados e a manutenção da cultura de origem	X	X	X	X	X	X	X			X	8
Possibilita maior confiança e favorece a relação entre o estudante e a família	X	X	X	X	X	X				X	7
Possibilita entender a relação de parentesco entre os assentados	X		X	X			X				4
Não respondeu									X		1
Frequência de resposta analítica por entrevistado	3	4	6	4	3	4	3	2	1	3	33

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

A resposta mais recorrente, com 8 ocorrências, foi que a importância de se estudar a família no Programa Residência Agrária está na valorização dos saberes dos assentados e a

manutenção da cultura de origem, o que contribui para que o extensionista valorize os saberes e a visão dos assentados, possibilitando uma atuação que prime pela preservação das manifestações culturais de origem. Em seguida, 7 ocorrências indicaram que o estudo sobre família possibilita maior confiança e favorece a relação entre o estudante e a família. Também com 7 ocorrências, destaca-se o fato das famílias serem uma unidade produtiva, cujo modo de produção ancora-se na agricultura familiar. Algumas respostas evidenciaram que a relevância de se estudar família no Programa Residência Agrária está no fato de a família ser a base para as transformações sociais. Ou seja, se deseja mudanças na sociedade, deve-se começar atuando na família, para depois atingir proporções mais amplas.

A vivência concreta da realidade contribui para um maior entendimento dos papéis e responsabilidades assumidos pelas famílias, tanto no sistema de produção quando de reprodução social.

Compreender família possibilita também entender a relação de parentesco entre os assentados, além de favorecer a interação entre o estudante e a família, o que possibilita maior confiança na relação entre assentados e estudantes.

Pra mim é importantíssimo você realmente entender como é que está inserida a família naquele meio, qual é o sistema que ela está desenvolvendo, qual é a ligação que tem sistema de criação, sistema de cultivo, de transformação, quais as atividades não agrícolas. Aí eu acho que o objetivo maior realmente do Residência é fazer com que o pessoal realmente entenda isso, porque não está claro para algumas pessoas. (E10, estudante de Agronomia, entrevista concedida em 24/03/2011).

Apesar da relevância de se estudar a família no Programa Residência Agrária, por ser um Programa voltado para o atendimento às necessidades das famílias, instrumentalizando-as para melhor uso de seus recursos, percebeu-se certo estranhamento das estudantes e egressos no que se refere a tratar a família como categoria analítica.

Dentre as evidências de que no Programa Residência Agrária não há um enfoque direto e específico sobre a família, estão às respostas do questionamento: “A família é concebida como objeto de estudo nos eixos temáticos do Programa Residência Agrária? De que maneira?” Algumas entrevistadas, como E1, E3 e E7 hesitaram em responder a essa questão, pois pareciam não ter clareza se estudavam a temática família. Apesar de longos, os excertos serão transcritos para mostrar a forma como foram ditos:

Não estuda especificamente. Acho que em grupo de estudo a gente não chegou a estudar, que eu me lembre, o conceito de família. [...] Mas, assim não, não foi estudado no PRA essa questão assim, particularidade assim só nessa visão mesmo, no geral, assim de como considerar essa família. Mas, assim, da gente

aprofundar esse estudo da categoria de família, isso não. [...] algumas discussões a gente tem da família. Quando a gente estuda quem é essa família, que ela é heterogênea, de que família a agente está tratando, da questão das relações de gênero, do patriarcado [...] (E1, Egressa do curso de Economista Doméstica. Entrevista concedida em 22/03/2011).

É daí que a gente consegue perceber esse eixo do Programa Residência Agrária ele não enfoca é... deixa eu ver como que eu posso dizer ... ele enfoca a família num contexto geral. (E3, Egressa do curso de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 21/03/2011).

[...] não tem como você falar das outras coisas sem falar das pessoas que tão lá definindo aqueles fatores. É a família que vai fazer [...] mas de quando a gente está estudando as temáticas a gente não focaliza tanto assim a família. Porque eu estou tentando imaginar, também, como a família é estudada em outros contextos. Aí eu acho que é por isso não estou sendo muito objetiva. Estou mais comparando, mais tentando ver como existe de uma forma geral, vendo outros aspectos da família que não a questão da produção para sobrevivência. (E7, estudante de Agronomia, entrevista concedida em 22/03/2011).

O Quadro 06, abaixo especificado, sintetiza as respostas quanto ao estudo sobre a temática família e a forma como se deu a aprendizagem sobre essa categoria analítica:

Quadro 06: Questionamento sobre a oportunidade de estudar a categoria família, PRA, Fortaleza, 2011.

Teve oportunidade de estudar sobre família?											
Unidade de Análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequência
Estudou sobre família no curso de graduação em Economia Doméstica					X			X			2
Falta de estudos sobre a família na graduação	X	X				X	X				4
Não estudou e tem dificuldade em entender a Família		X				X					2
Aprendeu sobre família na vivência prática e saberes dos assentados.	X	X	X	X	X	X	X			X	8
Não respondeu									X		1
Frequência de resposta analítica por entrevistado	2	3	1	1	2	3	2	1	1	1	17

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

Os estudantes de Economia Doméstica relataram ter estudado sobre família no curso de graduação. Estudantes e egressos de outros cursos disseram que não estudaram família e que isso faz falta pelo fato do programa tratar diretamente com famílias, o que gera dificuldades em entender a Família. A maior ocorrência se deu àqueles que disseram que aprenderam sobre família na prática de convívio com os assentados.

Quando questionada “Qual o significado dada à categoria família no Programa Residência Agrária?” o estudante E7 deu outra evidência de que a família não é estudada de forma específica:

[...] como a gente não estuda diretamente, tipo assim: “vamos estudar a família”. Aí fica mais dificultoso de dizer o significado, porque você pode ver em todas as temáticas que a família está presente. Se você pegar agroecologia ela vai estar lá desenvolvendo as atividades. É ela que vai estar fazendo as relações sociais, ela que vai estar mantendo a cultura. Ela que vai estar preocupada com a ética, a política. Ela está envolvida em tudo, na agricultura é ela que vai fazer. [...] A gente sabe que tem essa questão de valores, as diferenças, de levar em conta o processo individual de cada pessoa, que é importante, que cada um tem a sua especificidade, mas é como eu te falei a gente não estuda profundamente a questão família. (E7, estudante de Agronomia, entrevista concedida em 22/03/2011).

Outra evidência do não entendimento de que a família é estudada no Programa Residência Agrária se deu quando foi perguntado a E2, estudante do curso de Engenharia de Pesca: “A família é concebida como objeto de estudo nos eixos temáticos do Programa Residência Agrária?”. Diante dessa pergunta, ela relatou suas dificuldades em trabalhar a família no Estágio de Vivência:

Eu realmente [tive] muita dificuldade de trabalhar família. [...] eu que fui do Programa Residência Agrária de 2005, talvez para alguém que está entrando agora as informações já estejam bem diferentes, pois, eles vão aprendendo com os erros do passado. Mas, na minha época, eu acredito que isso não ficou muito claro pra mim. Então eu tinha uma dificuldade enorme de entender quem eram? Quais eram? Eu vou estudar o homem, a família ou e só o agricultor? E só o pescador? [...] Então, nesse estágio de vivência, eu ainda não tinha essa consciência de que ia estudar famílias. Aos poucos, na especialização eu comecei a compreender a unidade familiar. [...] Daí eu comecei a entender que nós estamos estudando a família, a unidade familiar. O que é a unidade familiar? Até onde vai? Até onde é o limite? O que é que a gente [influencia] na renda da família? [...] Particularmente eu ainda não tinha esse entendimento de trabalhar família. [...] Então, na minha pesquisa, eu te falo na vivência, eu não consegui trabalhar família. Então eu estudava o pescador, o agricultor isolado, um cara isolado do mundo era ele, mas aí depois eu fui começando ver essa questão da família dessa participação. (E2, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 21/03/2011).

As estudantes de Economia Doméstica que demonstram conhecimento sobre a família, afirmaram que o conhecimento foi adquirido no curso e não no PRA, como evidencia o depoimento de E8:

A família eu acho que... no caso ela é a base, logo dentro do curso, pelo menos eu que sou da Economia Doméstica, né, a gente começa exatamente o curso estudando mais esse lado social mas voltado pra família: como a família se organizou, como a família vem mudando, todas essas mudanças que

aconteceram, a família em cada época para entender a família de hoje do contexto do assentamento. No caso, ela tem toda uma organização que na verdade assim eu vejo como fundamental, né? (E8, estudante de Economia Doméstica, Entrevista concedida em 24/03/2011).

Apesar de E1, E3 e E7 mencionarem que a família não é estudada em sua especificidade no Programa Residência Agrária, os entrevistados demonstraram clareza que em todas as temáticas abordadas a família está presente: na produção, nas relações sociais e na manutenção da cultura. Os entrevistados demonstraram a preocupação em respeitar os valores e especificidades de cada família. Diante da inconsistência entre os dados, pressupõe-se que os estagiários do Programa Residência Agrária recebem diversas instruções sobre como trabalhar com as famílias, mas talvez não haja um estudo específico sobre a construção histórica e aspectos sociais inerentes às famílias.

Em função da ausência de estudos específicos sobre a família, ao ser questionado “Qual o significado dado à categoria família no Programa Residência Agrária?”, nota-se em algumas entrevistas que a família não é percebida como uma categoria analítica, mas do senso comum, principalmente pelo fato da proximidade que há entre os estudantes e famílias assentadas o que leva o Programa Residência Agrária a ser visto como uma grande família, como aponta E4:

Acho que a família... acho não, tenho certeza, família é a base realmente. Assim, porque você constrói uma família aqui dentro. Aí você sai daqui de dentro no tempo comunidade, você vai participando de outras famílias e essas famílias vão entrando no PRA. Porque os jovens que participam do Projeto Juventude Agroecológica também entram no PRA e, indiretamente, as famílias dos jovens que entram no PRA também entram no PRA. [...] então, quer dizer, é isso, a família né, a família como um todo, a família e o Programa Residência Agrária entrando nos assentamentos, os jovens assentados entrando no Residência Agrária. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Nesse sentido, infere-se que a família não receba um enfoque direto no Programa Residência Agrária, mas seja estudada de forma diluída em meio aos aspectos éticos sociais e produtivos, o que leva os estagiários a não terem a clareza de que estudam famílias.

4.3.3. Aspectos gerenciais no contexto do PRA

Apesar de haver uma diversidade de etapas do ciclo de vida das famílias, os depoimentos dos estudantes e egressos evidenciam que no Programa Residência Agrária muita atenção é voltada para os jovens e para os assentados. Os jovens assentados recebem

destaque pelo Programa Residência Agrária, já que é o elo entre o assentamento e a universidade. Assim, os jovens que participam do Projeto Juventude Agroecológica se envolvem nas análises do assentamento, nos debates e capacitações que acontecem na universidade e, até mesmo, acompanham as viagens e eventos dos quais estudantes participaram.

Ao relatar o caso de um jovem assentado participante do Programa Residência Agrária, E10, estudante de Agronomia, menciona que antes de fazer parte do Programa, ele era um jovem comum como os outros da comunidade. Quando ele começou a participar do Programa Residência Agrária, ele recebeu destaque, pois as pessoas da comunidade deram mais responsabilidade e credibilidade a ele. Como ele passou a participar de vários congressos e eventos, ele foi incorporado à diretoria do movimento, pois os conhecimentos que ele adquire no Programa Residência Agrária contribuíram para levar benfeitorias para seu assentamento.

Acerca da inserção do jovem no Programa Residência Agrária, E6, egressa do curso de Engenharia de Alimentos, ressalta que as famílias do assentamento valorizam muito a participação do jovem. Isso se justifica porque muitas pessoas que visitam e até participam de projetos voltados para o assentamento, buscam as informações que precisam, vão embora, publicam o trabalho e não dão retorno para a comunidade, o que acaba dificultando o trabalho dos próximos estudantes que recorrem ao assentamento. Já com o Programa Residência Agrária é diferente, pois os assentados vêem o retorno que lhes é dado.

Em função da metodologia propostas pelo Programa Residência Agrária que busca valorizar os saberes das famílias, consideram a opinião dos assentados e dar o retorno do trabalho, E6 destacou que os assentados valorizam muito o trabalho que os estagiários fazem, pois se sentem respeitados. Os membros do Programa Residência Agrária também ficam felizes, pois comprovam que seu trabalho tem alcançado os objetivos esperados.

[...] um jovem foi com a gente pra Brasília e aí ele ia dar o depoimento dele. Aí eu pensei: o que, que ele vai falar? A gente não ia induzi-lo a falar nada, aí ele tremendo disse assim: olha, com o Residência eu passei a conhecer o meu assentamento porque eu não conhecia e hoje eu não vou... hoje eu digo pros outros jovens: Não vamos sair do campo, não vamos! Então, assim, aquilo emocionou a todos. Eu olhava a cena, todo mundo chorando. Porque tem um significado, a gente tem dificuldades pra manter os projetos e quando você vê aquilo e você vê o jovem ...isso empodera. (E1, Egressa do curso de Economista Domestica. Entrevista concedida em 22/03/2011).

Além de participar do diagnóstico do assentamento, das discussões, capacitações e leituras do Tempo Universidade e das viagens técnicas, os jovens assentados que participam

do Projeto Juventude Agroecológica são motivados a publicar junto com os estagiários do Programa Residência Agrária, bem como são motivados a participar dos eventos que os membros do Programa participam. O acesso à universidade muitas vezes parecia ser tão distante revela-se uma possibilidade. Com isso, eles percebem que podem galgar novos horizontes e vislumbrar novas oportunidades, como relata E4:

Isso leva as famílias a se sentirem valorizadas e orgulhosas por terem seus filhos participando do Residência e ampliando seus projetos de vida. [...] elas estão diretamente influenciadas não só como objeto de estudo, mas como construtores da realidade e participando também desse aumento de perspectiva através dos seus filhos. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

O fato de os jovens assentados poderem participar do Projeto Juventude Agroecológica e ter uma vivência na Universidade são visto pelos familiares como motivo de muito orgulho e gratidão. A egressa do curso de Engenharia de Pesca, E4, menciona que em uma reunião que aconteceu no assentamento em que ela participava, vários pais relataram o quanto se sentem felizes por saberem que na universidade tem um espaço no qual seus filhos podem participar, algo que era visto como impossível para eles.

Um dos jovens disse que nunca pensou que pudesse entrar na UFC. Em função da participação no Programa Residência Agrária ele se identifica como um estudante da UFC. Esse convívio com os universitários motiva os jovens assentados a investir em seus estudos. Inclusive, dois deles estavam cursando Licenciatura em Pedagogia da terra, com ênfase na pedagogia da alternância. Outros jovens estavam estudando em escolas técnicas. Em função dessas oportunidades, E4 menciona que esses jovens percebem que tem uma perspectiva, ou seja, seus sonhos mudam quando eles entram no Programa Residência Agrária que amplia suas oportunidades.

Além da atenção voltada para o jovem, alguns estagiários do Programa Residência Agrária têm uma atuação mais voltada para as questões de gênero, com foco no empoderamento das mulheres. Para que o Programa Residência Agrária contemple as necessidades da família em todo o seu ciclo vital, E3 ressalta a necessidade de mais ações voltadas para as crianças e idosos, demonstrando uma preocupação com questões geracionais no assentamento:

[...] O assentamento ele é uma organização, é como se fosse uma grande família mesmo, né? São varias famílias num grupo organizado que não pode ser negligenciado, como o olhar da criança, a importância da criança nesse ambiente, do jovem, da mulher, do homem, do idoso, [...] porque agente não

pode dar um olhar simplesmente de gênero, mas também de geração. Ah! Inclusive hoje em dia o Programa Residência Agrária traz essa questão da família mais na questão do jovem, né? O jovem ele tá mais inserido no Residência Agrária, o jovem do campo, o jovem assentado ele é quem está representando aquela família no PRA. (E3, Egressa do curso de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 21/03/2011).

O depoimento acima evidencia a relevância do idoso e da criança no assentamento e aponta a necessidade de ações direcionadas a esses grupos. Uma ação profícua tem sido iniciada pela estudante E4 que mencionou que durante sua atuação na comunidade sempre fazia reuniões com toda a comunidade e fazia um diagnóstico participativo. Inclusive, ela menciona que estava tentando incluir as crianças nesse processo, para que pudessem se sentir agentes do processo de mudança. Além dessa iniciativa, uma opção que talvez seja interessante para se pensar em relação à infância no assentamento é a promoção de encontros recreativos entre as crianças, a implantação de uma ludoteca ou mesmo uma creche.

No que se refere aos aspectos ligados ao envelhecimento, alguns excertos de entrevista evidenciam pouca participação dos idosos no assentamento, como mostra E2:

Muitas famílias já estavam... eram famílias mas com objetivos bem diferente: o jovem queria mesmo era ir embora, estava ali por um tempo. O idoso muitas vezes esta ali bem distante daquela realidade. Às vezes, só realmente um membro da família, ou dois, lutando pra desenvolver aquela realidade. (E2, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 21/03/2011).

O depoimento acima evidencia a importância de atividades que levem os idosos a se sentirem protagonistas daquela realidade, principalmente, reconhecendo sua relevância como guardiões da memória da família. Afinal, nas culturas tradicionais, como as chinesas, japonesas e indígenas, os velhos são valorizados pelos seus saberes e experiências, reconhecendo-os como guardiões da cultura (ALCÂNTARA, 2004). Como defende Marilena Chauí (1994, p. 18), os velhos são “a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara”. A “função social do velho é lembrar e aconselhar [...] unindo o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir”. Como lembram Lima e Meinerz (2009), esses indivíduos que aprenderam a lidar com diversas perdas têm uma rica trajetória que merece ser descoberta, contada e registrada.

Entretanto, na sociedade capitalista, frequentemente os idosos têm sido vistos com indiferença e até descaso. O processo de envelhecimento, acompanhado por transformações físicas e psicológicas, é visto por parte da população, como sinônimo de inatividade, doença,

fraqueza e inutilidade. Assim, os velhos acabam sendo vistos como uma classe a parte, principalmente aqueles que são pobres acabam sendo duplamente oprimidos, pela dependência social e pela velhice (BARBOSA, 1994).

Eclea Bosi (1994) menciona que um erro da sociedade capitalista, movida pela racionalidade econômica, é a falta de tempo para ouvir os velhos, algo que compromete o processo de envelhecimento. Devido às concepções vigentes sobre o idoso como alguém incapaz, já que não é considerado como população economicamente ativa, suas lembranças são aprisionadas e suas memórias sufocadas, o que contribui para reforçar estereótipos e nutrir a ideologia que acusa os velhos de improdutivos e inúteis.

Na visão de Bosi (1994), a sociedade capitalista que recusa os conselhos dos velhos contribui para a destruição de seus apoios da memória, pois substitui a lembrança pela história oficial celebrativa. A recusa ao diálogo e à reciprocidade, camuflada pela roupagem da tutela, impede a demonstração da sua criatividade e o induz a comportamentos repetitivos e monótonos. Assim, ser velho pode traduzir-se em uma forma de sobreviver sem projeto e ser *“impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tornando cada vez mais viva.”*

Como a velhice é fortemente marcada pela desvalorização de seus saberes e desconsideração do seu potencial produtivo, fornecer condições para que os velhos transmitam aos mais novos seus saberes, histórias e vivências possibilitam dar existência às suas memórias devolvendo-lhes a condição de cidadãos e sujeitos da história, o que confere à velhice uma dimensão própria (CHAUÍ, 1997, p.20).

Apesar de E2 mencionar casos em que há baixa participação do idoso na dinâmica da comunidade, em alguns assentamentos o potencial dos idosos tem sido bem aproveitado. A entrevistada E1 traz um exemplo rico da participação dos idosos na construção da história do assentamento, que deve ser incentivada em outros assentamentos, como forma de manutenção da herança cultural:

Uma coisa que eles sempre buscam é manter a história. Inclusive nesse assentamento tinha idosos que apresentavam com músicas, com danças contando a história do assentamento e eles buscam através dos jovens, também, para que isso não se perca, né? (E1, Egressa do curso de Economista Doméstica. Entrevista concedida em 22/03/2011).

Segundo os estudantes e egressos do Programa Residência Agrária, a presença dos idosos na manutenção das manifestações culturais perpassa a busca por preservar da religiosidade das famílias assentadas. Assim, os idosos se preocupam em transmitir a herança

religiosa aos filhos e netos, como as comemorações do dia do padroeiro, a Semana Santa e as novenas:

Inclusive, é uma preocupação dos mais idosos que os jovens conservem [a religiosidade] e aí reclamam, ah porque tem novenas e eles num querem vir e tal. Então eles têm essa coisa de querer que os jovens continuem o que eles fizeram e tão fazendo [...]. (E1, Egressa do curso de Economista Doméstica. Entrevista concedida em 22/03/2011).

A participação dos idosos é relevante principalmente em função da metodologia Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários, como relata E6, egressa do curso de Engenharia de Alimentos. Nesse processo, os estagiários do Programa Residência Agrária procuram resgatar a história de vida dos diversos grupos de assentadas, a historia do assentamento, a história de trabalho e a organização política do território. Nesse processo eles tipificam os grupos de famílias em relação à renda, às atividades agrícolas e os tipos de interações sociais. Esse diagnóstico possibilita compreender não só do sistema de produção e arranjo familiar, mas fornece uma visão ampla que possibilita identificar as deficiências das famílias e os fatores a que estão associados, como a alimentação, a produção, a renda e a transmissão da herança cultural.

Em função da parceria profícua, os estudantes relatam que sua relação com a família é muito positiva. A proximidade que a vivência proporciona cria vínculos que se mantêm mesmo quando encerra o estágio de vivência, pois as famílias e estudantes continuam se comunicando por telefone, principalmente por ocasião das festividades que acontecem nos assentamentos.

A família me acolheu como filha. Sabe, a relação foi essa, não foi de há tem uma visita, tem uma pessoa aqui estranha, vamos pisar em ovos porque ela ta anotando tudo. Eu era a filha da senhora lá. Ela disse: “Você é minha aqui.” Ela me ligava direto. Isso acontecia com vários estudantes, né? Era telefonema, era: venha pro meu aniversário, convido você pro natal. [...] Quando vou lá tento visitar. A relação que ficou foi de família, não era uma relação profissional, era uma relação de família mesmo, relação familiar, laço mesmo. (E2, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 21/03/2011).

“Além de ressaltar a relação de confiança que as famílias assentadas depositam nos estagiários do Programa Residência Agrária, os estudantes e egressos mencionaram que o pessoal assentado tem “alma limpa”, e é muito diferente da gente da cidade”, é “mais humano” e tem visão mais coletiva que individualista, “as pessoas são dadas e abertas”, como menciona E2. Na percepção de E6, egressa do curso de Engenharia de Alimentos, isso

acontece porque eles vêm de uma luta pela ocupação da terra. Por isso eles têm muita abertura pra receber os estudantes e os tratam como membros das famílias, por isso são convidados a participar de aniversários, reuniões e festas da comunidade.

[...] lá no assentamento nas reuniões da associação, eles deram a maior abertura pra gente participar e lá é discutido as coisas particulares do assentamento. Então eles tinham a confiança de deixar a gente participar. E uma coisa também que a gente sempre procura deixar claro é que todos os resultados que a gente obtém mapas, gráficos, levantamentos de sistemas de produção, tudo é partilhado com eles, e a gente tem a preocupação deles entenderem que eles tão construindo junto com a gente, eles não são somente um objeto de estudo, e que a gente sai ali com o trabalho e vai embora e nunca mais eles tem respostas, então a gente procura sempre deixar as respostas que a gente tem no assentamento. (E6, egressa do curso de Engenharia de Alimentos. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Essa confiança que os estagiários e egressos mencionam é uma condição fundamental na relação estabelecida entre membros do Programa Residência Agrária e das famílias atendidas. Afinal, há um interesse recíproco. Os estudantes precisam dos assentados para ter uma formação profissional abrangente, pautada na experiência prática. Os assentados, por sua vez, precisam dos membros do Programa Residência Agrária para que façam o diagnóstico do assentamento o que os ajudará a utilizar melhor seu potencial natural e cultural. Além disso, a formação dos estudantes possibilitará a formação diferenciada dos futuros técnicos que atenderão as famílias.

A necessidade de confiança recíproca é algo presente tanto em nossa sociedade como em sociedades mais distantes e não industrializadas, como a dos trobriandeses do Pacífico, estudada por Malinowski (1983). Em seu trabalho de campo nas ilhas Trobrian, Malinowski observou que os nativos plantavam inhames e consumiam esse alimento durante todo o ano. No entanto, os inhames que eles comiam não eram os que eles plantavam, mas os que outro grupo plantou, e vice-versa. Comer os inhames plantados por outros e doar o que colheu, embora pareça uma troca inútil, sob as lentes da economia capitalistas, faz sentido, na visão de Marcel Mauss (2003), pelo vínculo social e parceria que ela cria, pois a dádiva e a reciprocidade exprimem a confiança, a solidariedade e a ajuda mútua necessárias à vida em sociedade.

Em seus relatos, vários depoentes mencionaram serem tratados com confiança e carinho como se fossem membros das famílias assentadas. E10, estudante de Agronomia, disse que chama uma senhora do assentamento de tia e outra de avó. E4 disse que é chamada de filha pela família assentada. A possibilidade de viver com as famílias torna os estudantes

como um membro da família, mesmo que o convívio não seja por muito tempo. As fotografias que ficam para avivar a memória são vistas com um misto da alegria pelo convívio e da dor da partida, sem a certeza de um reencontro.

Inclusive lá na comunidade que a gente participou, uma menina da França participou também do estágio, a Marie. Ela foi embora, ela deixou tanta saudade que as famílias choraram ao falar dela. Tem uma foto nossa com uma senhora de lá, dona Quinha, ela disse com os olhos, cheio de lágrimas: “todo dia eu lembro da Marie. Eu olho essa foto eu choro porque parece assim que foi uma pessoa da minha família que foi embora que não vai voltar mais”. E isso porque ela só fez três visitas lá, e eu que to há dois anos ali dentro? (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Devido à proximidade que se estabelece, os entrevistados mencionam que até homens mais reservados caem na graça dos estudantes e deixam aflorar as emoções do reencontro, como evidencia E4:

Sabe o que é você participar da emoção e a confiança e um pescador chegar te abraçar [te chamando de] “minha filha”! Então, é muito afeto! Porque assim, [...] o pescador é aquele homem muito rígido nos conceitos dele. Muito rígido no jeito de mostrar sentimentos. E você chegar lá, no campo e o pescador te abraçar: “tu demorou vir aqui, tá cada vez mais bonita, num sabe o tamanho do peixe que eu peguei ontem” e a mulher dele te abraçar. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Apesar da benéfica relação de proximidade e confiança que se estabelece na vivência dos estudantes com as famílias assentadas, ela implica em outro problema: os estudantes acabam tendo dificuldade para estabelecer o distanciamento e impor o olhar crítico requeridos na academia. A proximidade que se estabelece na vivência com os assentados torna-se evidente nos relatos ricos em emoções, que por vezes são acompanhados por lágrimas. Em função dessa proximidade, seria difícil elaborar as análises permanecendo junto às famílias. Assim, para equacionar essa questão, o tempo comunidade é seguido pelo tempo universidade, ocasião em que os estudantes são orientados a manter um olhar distanciado de pesquisador.

[...] no estudo etnográfico que a gente faz [...] você tem que sair, escrever sobre lá estando aqui. Você tem que fazer aquele olhar mais crítico e quando você está em contato com as famílias numa vivência durante um ano, durante dois anos fica tão difícil, isso porque os laços vão se estreitando demais, demais mesmo! [...] É muito intenso você participa, porque tem a questão religiosa, tem a questão social, tem as questões pessoais, familiares, e você vai começando a participar de tudo aquilo, e fica confuso aquela ideia o profissional o pessoal, você simplesmente tá ali dentro, solvida naquela realidade. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

O relato de E4 exprime a necessidade de reelaborar a experiência do pesquisador que se dá em função da grande proximidade que há entre os estagiários e as famílias que os recebem. Na opinião dessa egressa, escrever na universidade o que se passou no assentamento e imprimir o distanciamento de algo que foi tão próximo é um desafio a ser vencido. Por isso, torna-se relevante as discussões grupais, ocasião em que outras pessoas que não participaram daquela vivência ajudam o estagiário a ter um olhar distanciado sobre a realidade em estudo.

[...] outra coisa errada é falar meu assentamento. [...] mesmo que a gente passe cinco anos no assentamento a gente nunca vai ser um assentado ou uma pessoa deles, do assentamento. A gente sempre vai ser uma pessoa de fora que tá indo lá. Então a gente tem que ter essa visão, a gente é preparado para ter essa visão, de que nós somos pessoas de fora e que precisamos respeitar. [...] A gente tem essa vivência de acompanhar, vai na roça, acompanha a mulher pra dar milho pras galinhas, na hora dela limpar o quintal a gente participa também. A gente tá interagindo, mas com essa visão. Como eu falei, a gente nunca vai ser um deles. (E6, egressa do curso de Engenharia de Alimentos. Entrevista concedida em 24/03/2011).

O comentário de E4 sobre a escrita do texto etnográfico revela uma sintonia com a proposta de Malinowski sobre a observação participante, método que este antropólogo cunhou. Ao descrever tal metodologia, o autor menciona que o pesquisador deve se transformar ao entrar na comunidade pesquisada para se sentir como um dos nativos. Além disso, é necessário reelaborar a sua experiência ao sair da comunidade estudada e recorrer ao chamado relativismo cultural. Isso acontece porque, em sua visão, há uma *“imensa distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, do caleidoscópio da vida tribal”* (MALINOWSKI 1976, p.23). A transformação da experiência de campo e a escrita do texto etnográfico têm como objetivo estabelecer uma distância entre o pesquisador e sua cultura e a cultura do grupo estudado (CALDEIRA, 1985).

Apesar da indiscutível importância que os instrumentais da pesquisa etnográfica que Malinowski trouxe para a antropologia e para as Ciências Sociais, eles não estiveram imunes a críticas. Dentre os críticos pós-modernos, Caldeira (1988) cita James Clifford (1983), que aponta a relação de poder que se consolidou na etnografia clássica na qual o pesquisador usava de uma *“autoridade etnográfica”* para falar sobre os nativos, com base em seus conhecimentos e sua cultura, o que produzia uma visão deformada da cultura dos povos estudados. Assim, o que era uma experiência de campo fragmentada, tornava-se uma *“verdade absoluta”* sobre os povos pesquisados. Como parte dessa autoridade etnográfica, os

sujeitos estudados não participavam da construção do conhecimento, nem eram vistos como autores do texto produzido.

Assim, para evitar esses erros apontados por Clifford, no Programa Residência Agrária os estudantes são motivados a observar a dinâmica das famílias para respeitar seus valores, tradições, experiências, vivências e saberes. Um aspecto interessante do uso da metodologia Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários, segundo E1, é a validação junto às famílias de cada etapa da aplicação da metodologia. Nesse processo os estudantes apresentam os resultados parciais para aos assentados para que eles confirmem ou refutem as análises dos pesquisadores. Essa é uma forma de adequar o saber acadêmico às vivências das famílias, além de permitir que os assentados se sintam como sujeitos e coautores tanto dos diagnósticos produzidos, quanto do processo de mudança.

Ao relatar o processo de construção de sua monografia de final de curso, E4 destaca a importância dos sujeitos de estudo atuarem como interlocutores e coautores daquele texto, como alguém que participa ativamente da pesquisa. Em sua percepção, o pesquisador sistematiza um dado que foi fornecido por alguém. Assim, a monografia é vista como uma construção coletiva:

[...] a monografia não era minha, o pensamento não tinha que ser construído também a partir de mim. [...] Porque existe essa participação construtiva né? Eles estão falando e a gente está simplesmente sistematizando e teorizando as coisas. Mas, a realidade não é nossa, eles é que estão falando, eles que estão construindo aquilo ali. Eu venho com metodologias e venho com definições e com teorias e sistematizo e teorizo aquilo realmente. Mas o que acontece, fui eu que criei aquilo ali? Não, aquelas pessoas fazem aquilo cotidianamente né, elas são aquilo ali, elas não são objetos parados, tem uma dinâmica delas ali [...] tem coisas ali dentro que tão acontecendo que sé realidade deles que a gente sistematiza e teoriza, mas eles que realmente são os detentores da realidade, são os construtores da realidade deles. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Como parte dessa construção coletiva, E4 menciona que na defesa de sua monografia ela trouxe três pessoas da comunidade assentada para validar o seu trabalho. Ela considera que apresentar o trabalho para uma banca que não conhecia a realidade do assentamento não era suficiente, pois os professores iriam analisar os aspectos teóricos e metodológicos. Para que as análises que ela fez da comunidade fossem mais próximas as experiências dos sujeitos pesquisados ela precisava ser validada pelas próprias pessoas da comunidade, afinal, ela estava mostrando uma realidade que não era sua, mas dos sujeitos assentados.

[...] Então, essas três pessoas vieram, e elas participaram da minha monografia [...] aí eu apresentando a questão da pluratividade, multifuncionalidade, eu falava, Natália, como é o caso lá na tua família, tu achas que se tu não tivesses seu trabalho na escola dava pra viver só da pesca? E ela respondia. [...] porque pra mim isso era um dever meu, porque eu acho que pra mim não valeria nada apresentar a monografia só para a banca. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Na percepção de E4, a forma como ela apresentou sua monografia “quebrou aquela idéia da banca” preocupada apenas como discussões teóricas e metodológicas e inaugurou uma preocupação e comprometimento em retratar com o máximo de fidelidade a realidade dos assentados.

Em função de sua preocupação em desenvolver um trabalho participativo, E4 mencionou que durante sua atuação na comunidade ela sempre fazia reuniões com o maior número possível de pessoas da comunidade para construir um pensamento em comum. Como parte desse processo participativo, o diagnóstico do assentamento foi validado junto à comunidade para que fossem mais próximos à realidade dos sujeitos.

A especificidade metodológica da forma como o Programa Residência Agrária trabalha a família é motivo de identificação e orgulho dos estudantes com o programa, que confere um diferencial em relação à pesquisa e extensão tradicionais, o que favorece o diagnóstico do sistema agrário, além de instrumentalizar a formação profissional dos estudantes.

[...] a gente procura considerar os saberes das famílias, a gente procura construir [em conjunto]. [...] Mas, faz também que a gente conheça outras realidades também, né? A gente vai treinando os nossos olhos pra outras coisas que aqui dentro [da universidade] a gente não vê. [...] A gente considera a família, a gente considera a troca de saberes, a gente considera as trocas culturais, a gente considera a juventude [que é] muito forte nessa questão do Projeto Juventude Agroecológica que acho que é uma das coisas que mais embate assim nessa questão acadêmica dos jovens assentados estarem aqui dentro construindo também. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Os instrumentais metodológicos do Residência Agrária, que conjugam a pesquisa etnográfica, os princípios da Pedagogia da Alternância e a ADSA contribuem para que os estudantes respeitem a família como protagonista social e agente de desenvolvimento local. No entanto, essa perspectiva não é bem compreendida pelos professores com visão tradicional, como relata E4:

[...] na monografia, meu orientador não conseguiu compreender quando eu coloquei a importância dessa metodologia que a gente trabalha, que é a Análise

Diagnóstica dos Sistemas Agrários, que é justamente fazer com que as famílias não sejam apenas objetos de estudo (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Acerca da metodologia empregada no Programa Residência Agrária, E4 menciona que ela é muito rica, pois possibilita que os estudantes percebam a realidade tal qual ela é. O estudante verifica na prática o que é um assentamento e constata que na prática ele não é constituído conforme a legislação do INCRA:

[...] então o Residência está construindo uma diversidade de dados importantíssimos pra mexer com essa estrutura, porque mostra que as coisas não são exatamente como estão escritas no papel. Existe motivador patronal em alguns assentamentos, entendeu? Em outros, o cara é atravessador, então tá ganhando muito dinheiro. Em outros assentamentos a pessoa não produz nada agrícola e está naquele assentamento. Então através dessa metodologia, o Programa Residência Agrária tá tendo uma forte atuação nisso, na identificação. [...] então eu acho que isso é uma contribuição interessantíssima do Residência, identificar a realidade das coisas e contrapor com a lei, o que tem no papel. São 14 assentamentos e 14 realidades. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Esta metodologia possibilita também identificar as manifestações culturais entre as famílias assentadas, visando buscar formas de preservá-las.

4.3.4 Percepções sobre a transmissão da herança cultural entre as famílias

Acerca da manutenção da herança cultural entre as famílias, E6 menciona que a reprodução nos assentamentos se expressa no modo de produção agrária, nas relações sociais, no tipo e modo como se faz as plantações e o tipo de artesanato.

A estudante E8 mencionou que isso é mais forte nos assentamentos mais ligados ao INCRA e ao MST que procuram preservar as questões culturais como a alimentação, as tradições, as festas e o artesanato. A egressa do curso de Engenharia de Pesca, E4, menciona que há assentamentos em que essa transmissão não é forte, mas na comunidade Apiques, de origem indígena, as tradições se manifestam principalmente nas festas religiosas e na alimentação, na qual o peixe ainda é feito no fogareiro e as mulheres se reúnem nas casas de farinha e ficam de cócoras pra preparar a massa da goma.

Já nos assentamentos nos quais não há efetiva participação no INCRA e no MST, E8 (estudante de Economia Doméstica) menciona que há uma tendência de menor investimento na transmissão da cultura de origem. Assim, as tradições vão ficando esquecidas, como o

culto católico no domingo, a festa de padroeiro, as novenas de Natal. Ela menciona que, as manifestações culturais que ela via acontecer durante seus contatos iniciais no assentamento, não vê mais.

Em seus relatos, as estudantes e egressas mencionam não só a manutenção das tradições e costumes como também o surgimento de novas manifestações culturais. Isso acontece porque em alguns casos, a posse da terra se deu no mesmo local onde as famílias moravam. Em outros casos, as famílias se deslocam de seu local de origem e passaram a conviver com pessoas diferenciadas, contribuindo assim para uma diversificação das manifestações culturais, como evidencia E10:

[...] tem família que é de região de serra, tem família que vem de litoral, aí já são culturas totalmente diferentes no mesmo assentamento. [...] a gente percebe assim, você chega numa casa tem quadro de um santo que é o padroeiro e tal. Tem outros que já são protestantes [...] a questão cultural é assim, uns gostam de reisado que é uma dança que tem aqui no estado, outros já não conseguem se identificar porque realmente de onde ele veio não tinha aquilo, mas ainda assim participa. (E10, estudante de Agronomia, entrevista concedida em 24/03/2011).

Dentre as novas festividades que surgiram E3 menciona a comemoração do aniversário do assentamento para a qual se faz uma grande festa, “um dá um boi, outro dá uma lata de feijão e faz a festa comemorando o aniversário do assentamento”. Assim, o contato com as novas realidades e as novas vivências produz um contínuo processo de aprendizado e diversificação cultural. Nesse processo, algumas tradições se perdem e outras surgem, o que evidencia que a cultura é dinâmica e que os novos modos de vida é uma possibilidade para a cultura se renovar, como acredita Eunice Duhran (1988).

Essa transformação se dá porque a cultura como condição para a construção da história, memória e identidades envolve uma dinâmica que pressupõe a troca de representações, valores e símbolos que orientam as condutas, conferem sentido às ações dos sujeitos e possibilitam novas leituras sobre a sociedade. Em maior ou menor velocidade, todas as sociedades mudam. No entanto, as mudanças podem ser pacíficas ou conflituosas. Dentre as tensões está a luta entre a preservação do passado e a abertura aos novos processos que geram os novos valores, como dizia Jacques Le Goff (1990).

4.3.5. Relação dos estudantes com as famílias assentadas

Antes de irem para a vivência nos assentamentos, os estudantes recebem instruções no sentido de buscar, inicialmente, enxergar a realidade do ponto de vista de sua atuação

profissional: a lavoura para os agrônomos, a pesca para os engenheiros de pesca. A partir dessa incursão inicial eles são motivados a fazer conexões mais amplas e verificar que os sujeitos que desenvolvem as atividades específicas de sua área de atuação estão inseridos em uma família e que as atividades produtivas são voltadas para a manutenção das famílias.

[...] não tem como partir para ver organização, produção, questão cultural do assentamento se não passar primeiro pela família. [...] não tem como fazer um estágio de vivência em um assentamento sem ter essa ideia das famílias que ali estão inseridas. (E3, Egressa do curso de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 21/03/2011).

Nesse contato inicial entre estudantes e famílias assentadas, um aspecto relevante para uma boa convivência é a busca por uma integração com as famílias, respaldada por princípios éticos. Como aponta E6, os estudantes são orientados a procurar não ser invasivos e entrarem em conversas pessoais, além de buscar respeitar o tempo e a vida dos assentados. Até em relação a roupas e comportamento eles procuram ser cuidadosos:

A maioria das famílias do assentamento Nova Canaã em Quexaramubim é evangélico. Então a gente sempre procura respeitar, usar roupas adequadas também, para haver um respeito e eles entenderem que a gente tá lá fazendo um trabalho [sério]. (E6, egressa do curso de Engenharia de Alimentos. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Apesar dos interesses dos estudantes no desenvolvimento da agricultura e da pecuária, é importante que eles estejam atentos para a concepção da família, a forma como ela se organiza, como se dá seu processo produtivo, buscando entender a visão da família em questão de organização para o trabalho agrícola e artesanal.

A participação dos estudantes na dinâmica das famílias assentadas, cuja realidade é muito diferente de suas vivências, causa um estranhamento inicial. Apesar disso, os estagiários do Programa Residência Agrária são encorajados a não se deixarem influenciar por preconceitos e julgamento. Ao contrário, que procurem enxergar a realidade em que vivem os assentados, reconhecendo os saberes, crenças e vivências das famílias.

Inicialmente, as famílias são vistas pelos estagiários como mão de obra que irá fazer o planejamento das atividades e desenvolver os trabalhos que asseguram a subsistência do grupo, além da venda dos excedentes da produção.

[...] a gente fala muito na questão da família enquanto mão de obra para desenvolver os trabalhos. Não aquela mão de obra que você vê a pessoa como

um objeto que vai gerar renda somente. Mas, é a família enquanto organização e planejamento das atividades que eles vão desenvolver para se manter sustentavelmente. E, de repente, até na questão de conseguir produzir excedentes, vender e melhorar em questões financeiras. (E7, estudante de Agronomia, entrevista concedida em 22/03/2011).

Como unidade de produção, as famílias podem impactar positivamente ou negativamente o ambiente. Assim, é importante motivar seu potencial de desenvolvimento e reconhecer oportunidades que irão propiciar a melhoria da qualidade de vida de seus membros, como ressalta E2. Como unidade produtiva, além da renda das famílias proveniente do benefício Bolsa Família concedida pelo governo federal, às famílias dedicam-se à produção agrícola, a pecuária e o pescado, com a venda dos excedentes da produção.

Acerca desse sistema produtivo, em um artigo sobre o assentamento Novo Horizonte, no município de Tururu no Ceará, Fernandes e Duarte (2009) mencionam que a participação da família na produção dos alimentos é bastante representativa. Os maridos e os filhos são encarregados dos cuidados com o cultivo nos roçados (milho, feijão, mandioca, arroz, batata doce, jerimum, maxixe e pepino), além da pesca em rio e açude. As esposas e filhas ficam responsáveis pelas tarefas domésticas, além do cultivo de frutos nos quintais (caju, goiaba, banana, coco, mamão, maracujá) e criação de animais para o uso exclusivo das famílias (galinhas, porcos, vaca e boi), mas que são comercializados em situações de emergências.

Após certa vivência no assentamento, os estagiários percebem que as famílias, além de constituírem uma unidade de produção nos moldes da agricultura familiar, elas também compõem um núcleo social. Pois, há uma interação entre seus membros e seu sistema produtivo, além da interação com as outras famílias e outros sistemas sociais e produtivos.

Então a gente tem que entender que ela não é só um sistema de produção, mas existe uma relação social. A família, por exemplo, recebe financiamentos, recebe cisternas, recebe vários insumos pra se montar uma produção, só que vai além. Porque existe aquela produção? Porque ela ocupou aquele espaço? Porque eles interagem mais em um determinado grupo do que em outro? Existe uma história e a gente considera isso. (E6, egressa do curso de Engenharia de Alimentos. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Ao contrário de perspectiva que leva receitas prontas que não atendem à realidade e expectativas dos sujeitos dos assentamentos, como informa E3, os estudantes são motivados a conhecer a realidade antes da atuação profissional para perceber a família em todos os aspectos da produção.

Se eu for estudar, por exemplo, segurança alimentar eu tenho que ver a família nisso. Se eu vou estudar produção, eu vou dar o meu enfoque lá no final sobre a

produção do assentamento. No meu diagnóstico eu tenho que primeiro olhar a família, porque a família que é a unidade produtiva daquele espaço de produção. (E3, Egressa do curso de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 21/03/2011).

Como unidade social, em função dos diferentes ciclos de vida, as famílias são compostas por crianças e adolescentes, jovens, mulheres e homens adultos, além dos idosos. Em função dessa diversidade dos membros familiares, cada um desses ciclos de vida exige um olhar diferenciado, pois possui suas especificidades e demandas, o que requer um olhar geracional.

4.3.6. Dificuldades vivenciadas pelos estagiários no trabalho com as famílias

E2, Egressa do curso de Engenharia de Pesca, menciona que uma grande dificuldade enfrentada pelo Programa Residência Agrária foi o fato dos estudantes terem que conter seus impulsos para buscar conhecer a realidade, ouvir, observar e entender o outro antes de atuar.

[...] Claro que foi um choque brutal, nós viemos formados para interferir na realidade sempre, e de repente entra num programa que diz que não. Vamos primeiro conhecer a realidade pra depois ver se é de fato aquilo que precisa ser feito. (E2, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 21/03/2011).

Ao relatar as dificuldades enfrentadas no primeiro estágio de vivência, E2 menciona que, embora houvesse engenheiros de pesca que fossem encaminhados para assentamentos nos quais não havia recursos hídricos, no assentamento onde ela ficou havia bastante recursos hídricos, açudes e pesca sendo realizada. No entanto, ela havia sido orientada a não intervir, apenas observar:

[...] ai eu fiquei lá só observando tudo [...] mas logo de início a gente quer ir já direto no açude, já vai lá direto, não quer conhecer. [...] Mas, ai você começa a entender a realidade, na verdade eles não são pescadores eles são agricultores e tem a pesca como a atividade complementar. [...] ai tinha toda uma questão que eu não sabia. Com a visão que eu cheguei lá [eu pensei] ta tudo errado, não é assim! (E2, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 21/03/2011).

Sob essa nova perspectiva, E2 menciona que os estudantes são motivados a questionar a realidade e buscar compreender, por exemplo, porque uma família que mora vizinha a outra se desenvolveu e a outra não.

A partir daí, a gente foi começando a desenvolver essa visão e até hoje estamos aprendendo. Ainda não é fácil, mas a partir daí é que nós fomos aprendendo a estudar essa visão, né? [...] Nós sofremos muito no início do Residência, principalmente no primeiro estágio de vivência porque a gente queria aplicar a teoria. A gente queria aplicar o conhecimento, a gente queria trabalhar. [...] No primeiro estágio de vivência realmente era um conflito muito grande, porque todo mundo ia com sua visão. Se eu fosse para um assentamento... eu tinha uma visão, uma colega minha de Economia Doméstica tinha outra visão do mesmo assentamento. Ela tinha um foco, o olhar dela era apurado para aquilo ali e eu olhava para outro lugar. Então foi um problema. Às vezes a gente queria trocar de assentamento, [...] que lá tem pescador, tem açude, tem mar, tem litoral, então quero ir pra lá, e lá no litoral estava o engenheiro de alimentos e eu dizia: não, tá errado! (E2, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 21/03/2011).

Ao relatar as dificuldades iniciais, E4 menciona a tensão que foi em sua família a sua ida para o assentamento, principalmente em função da maneira como a mídia enfoca os Sem Terra, como transgressores e grupos de extermínio. Essa visão deformada cria e mantém estereótipos e preconceitos quanto a esses grupos que lutam contra a concentração da terra e da riqueza.

Conforme Adissi (2010, p.134), apesar da constituição brasileira de 1988 ter instituído a Reforma Agrária, assegurando que todo latifúndio improdutivo seja desapropriado para o assentamento de famílias, algumas instituições aliadas aos interesses dos latifundiários desconsideraram a norma constitucional e ainda criminalizam os movimentos sociais que lutam pela Reforma Agrária e pela desconcentração da terra. No entanto, aqueles que se colocam em luta pelo cumprimento da lei são tratados e taxados pela mídia como criminosos, apesar da democracia assegurar a liberdade de manifestação de opinião dos movimentos sociais.

Em função dos discursos veiculados pela mídia quanto à criminalidade dos Sem Terra, E4 enfrentou grandes dificuldades para convencer os seus pais a participar do Estágio de Vivência:

Bom, assim eu sou filha de advogado, então meu pai no começo ficou muito resistente... Assentamento, acampamento. A minha primeira vivência foi no acampamento, então foi bastante tensa pra minha família. A minha mãe ficou... porque aquela ideia da mídia, né? A minha mãe ficou perguntando: Lá eles não estão armados? Lá eles não estão com brigas com a polícia? (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Após vencer essas dificuldades a vivência com as famílias assentadas motiva os estudantes a buscar conhecer em profundidade a realidade das famílias assentadas. Assim, em sua especialização, E2 menciona que, pesquisou os conhecimentos e os saberes do pescador acerca da pesca artesanal. Nesse processo ela procurou levantar os seus saberes, com quem

ele aprendeu, de que maneiras ele usa o saber e, principalmente, como que ele aplicava um saber que adquiriu quando era um trabalhador subordinado a uma gerência na fazenda, além das mudanças que ocorreram quando se tornou um produtor independente.

Entender como o saber adquirido, compartilhado e aplicado no contexto de vida das famílias, possibilita ao estagiário entender a aplicabilidade da teoria a partir da prática adquirida na realidade concreta dos grupos com os quais se interage. Na opinião de E10, estudante de agronomia, estabelecer a relação entre teoria e prática.

[...] é bem complicado porque... eu acredito assim que, com a formação do curso de agronomia que a gente tem, muitas vezes a gente não se preocupa em entender realmente o dia a dia da família. Levar pro interior, pro campo, a teoria que a gente tem, todo conhecimento que a gente adquire na academia, mas, adequar com a realidade do pessoal. Aqui no Residência a gente tenta fazer isso, mas a gente não tem uma prática ainda, de você realmente entender qual teoria dá pra gente aplicar. É complicado, é preciso a gente estudar mais pra gente poder entender todo o conhecimento que a gente tem, pegar o conhecimento do pessoal do campo, tentar encaixar e fazer uma coisa só. A gente já lê muito livro a respeito disso, mas na prática realmente é difícil você entender o contexto, entender o dia a dia do assentamento, né? E você tentar encaixar realmente com o que você aprendeu com a experiência dos agricultores, e você entender que realmente ali deve encaixar alguma atividade, eu acho complicado. (E10, estudante de Agronomia, entrevista concedida em 24/03/2011)

Se, para cursos mais voltados para as Ciências Humanas, como o curso de Economia Doméstica, a preocupação com a subjetividade, as vivências e saberes é mais entendível, para os estudantes das Ciências Agrárias, como a Agronomia e a Engenharia de Pesca, entender a subjetividade é mais complicado, a princípio. No entanto, depois que eles entendem que a aplicabilidade da técnica se dá de forma muito mais efetiva se considerar as vivências dos sujeitos para as quais eles se voltam, torna-se uma experiência muito enriquecedora, principalmente para aqueles cuja nova forma de atuação era extremamente estranha.

Além da reflexão sobre o modo de vida das famílias assentadas, as vivências dos estudantes no assentamento e o contato com novas formas de vida e novos valores, proporcionam uma reflexão na própria vivência e nos próprios valores, como aponta E6: “eles também são alma limpa, é muito diferente da gente da cidade, existe, lógico, diversas personalidades, eles são humanos né?” As novas experiências proporcionam mudanças que repercutem na família dos estudantes, como evidencia E4:

Minha mãe conhece o meu trabalho, a questão, em casa os conceitos de casa, o que consumir, o processo de mudança teu, vai passando pra tua família, a mudança de valores, assim, é muito interessante! Isso quando você também se

reconhece nisso. né? Você reconhece que aquilo muda em você e como você participa da sua família isso vai mudar na sua família também que são coisas que vão sendo transferidas, né? Então eu percebo que foi um diferencial, não foi rápido, mas foi bem gradativo e perceptível. [...] eu acho que eu fui muito feliz, e sou muito feliz, porque isso faz com que você repense tudo seu, não só os seus valores pessoais, mas realmente que existe uma área de trabalho interessantíssima, tem valores verdadeiros. Coisas boas que a gente pensa que se perdeu e [verifica que] não se perdeu. São valores que existem mesmo. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Quando E4 conta que a realidade da sua família mudou após sua vivência no assentamento e, contrapondo-se esse excerto da entrevista com a parte em que ela conta que seus pais tinham medo dela ir para o assentamento, em função da criminalização dos Sem Terra pela mídia, contatamos o quanto o Programa Residência Agrária é uma experiência frutífera não só para os estudantes, mas para as famílias que têm a oportunidade de confrontar o que é dito pela mídia pela vivência real no assentamento, o que contribui para a desconstrução de estereótipos e estigmas ligados aos trabalhadores Sem Terra.

E, sabe o que é hoje eu ser formada em engenharia de pesca e meu pai chegar numa roda de amigos e dizer assim: Minha filha é engenheira de pesca, trabalha com os assentamentos, é estudante de mestrado. E hoje ele tem orgulho de falar do meu trabalho. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Os dados evidenciam a relevância do Programa Residência Agrária, em função de uma maior possibilidade de compreender as famílias e o potencial dos assentamentos, de empoderar o agricultor e a agricultura e os jovens assentados, bem como a relevância de se considerar os saberes e vivências das famílias, considerada como sujeito da transformação no assentamento.

4.4. A efetividade do PRA na visão dos estudantes e egressos

Para análise da efetividade do Residência Agrária, procurou-se discutir os motivos de ingresso no Residência Agrária, as percepções dos estudantes e egressos sobre o alcance dos objetivos, as melhorias para os assentados, contribuições do Programa Residência Agrária para a formação acadêmica e atuação profissional, além dos aspectos positivos e restritivos da metodologia.

Conforme relatos dos estudantes e egressos eles se sentem motivados a participar do Programa, em função da ampliação dos conhecimentos e das vivências com a realidade concreta dos assentados lhes proporciona, além do interesse em subsidiar as práticas dos pequenos agricultores, como evidencia o quadro 07:

Quadro 07: Percepções dos estudantes e egressos sobre os motivos do ingresso no PRA, Fortaleza, 2011.

Motivo do ingresso no PRA											
Unidade de Análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequência
Respostas relacionadas ao interesse em contribuir com o pequeno agricultor											
Dar retorno à comunidade de origem	X									X	2
Por insatisfação com o agronegócio e desejo de ajudar o pequeno agricultor				X							1
Interesse em transmitir conhecimentos aos assentados				X				X			2
Publicizar a realidade do campo	X										1
Respostas relacionadas a experiências anteriores											
Já tinha vivência acadêmica ou fazia pesquisa com agroecologia assentamentos rurais, movimentos sociais, gênero e agricultura familiar	X	X	X		X		X	X			6
Já participava de ONGs, movimentos sociais ou como voluntário no PRA				X	X		X	X			4
Respostas relacionadas a ampliar os conhecimentos e vivências e a formação acadêmica											
Interesse em realizar estágio em extensão em assentamentos rurais e questão social e estudar temas voltados para Reforma Agrária o	X	X		X	X	X		X		X	7
Interesse em trabalhar a segurança alimentar e o programa bolsa família					X						1
Não respondeu									X		1
Frequência de resposta analítica por entrevistado	4	2	1	4	4	1	2	4	1	2	25

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

As recorrências relativas a experiências anteriores diziam respeito à vivência acadêmica ou pesquisa com movimentos sociais, assentamentos rurais, relação de gênero e agricultura familiar. Alguns estudantes já haviam trabalhado com ecologia e agroecologia, participado de movimentos sociais, atuado em ONG ou participado como voluntário no Programa Residência Agrária.

As recorrências relativas à ampliação da formação acadêmica justificam-se pela necessidade de ter uma formação mais abrangente e diferenciada, adquirir novos conhecimentos, aumentar a visão crítica, fomentar a relação teoria/prática, além da percepção de que a grade curricular é fraca em extensão, em formação social e em agricultura familiar. Ao mencionar os motivos de ingresso no Programa Residência Agrária, E6 menciona que buscava

[...] uma formação diferenciada [...] eu fiquei sabendo do programa por uma amiga, quando eu falei que estava insatisfeita trabalhando para indústrias, para o agronegócio, eu sentia que faltava alguma coisa e não sabia o que era, e uma amiga falou pra mim: [...] Tem um programa que o pessoal da Engenharia de Alimentos devia se ligar porque existe uma boa oportunidade e tem mercado depois para trabalhar com a agricultura familiar [...] com as formações eu fui vendo que eu estava me identificando com aquilo [...]. (E6, egressa do curso de Engenharia de Alimentos. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Já as respostas relacionadas ao interesse em contribuir com o pequeno agricultor foram justificadas pelo interesse em dar retorno à comunidade de origem, insatisfação com o agronegócio, desejo de ajudar o pequeno agricultor, além da possibilidade de publicizar a realidade do campo.

[...] eu gosto muito do lado social, gosto da extensão rural, e esse trabalho dentro da ONG era muito de querer ajudar, ah tem uma comunidade carente [...] que a gente pode fazer para melhorar já que a prefeitura, o poder público não chega até lá [...]. (E8, egressa do curso de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Como evidencia o depoimento acima, o Programa Residência Agrária se constitui em uma oportunidade ímpar para os estudantes vivenciarem uma realidade que não está dada na formação tradicional, além de proporcionar um rico preparo profissional.

No que se refere a percepções dos estudantes e egressos sobre o alcance dos objetivos do Programa Residência Agrária, em termos da melhoria na formação profissional do estudante. A organização dos dados no Quadro 08 permitiu identificar 10 unidades de análise que resultaram em 21 ocorrências, com destaque para uma formação extensionista de base agroecológica.

Quadro 08: Objetivos do PRA no que se refere à formação acadêmica dos estudantes, na visão de estudantes e egressos

Alcance dos objetivos do PRA no que se refere à formação acadêmica dos estudantes											
Unidade de análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequencia
Despertar os profissionais das Ciências Agrárias para o comprometimento com o homem do campo.			X								1
Capacitar profissionais mais reflexivos, com boa capacidade de relacionar teoria e prática que não se deixe levar pela mídia no tocante aos movimentos sociais			X				X	X			3
Proporcionar uma formação mais abrangente e diferenciada, adquirir novos conhecimentos e aumentar a visão crítica	X		X			X		X		X	5
Formar profissionais com uma nova visão para atuar Extensão Rural e na agricultura familiar com visão na produção sustentável com base agroecológica,		X			X			X	X	X	5
Suprir a deficiência da grade curricular fraca em extensão, formação social agricultura familiar		X		X		X				X	4
Propiciar vivência e troca de saberes entre estudantes e famílias assentadas			X								1
Formar técnicos, compreender primeiramente as questões econômicas, ambientais, sociais e políticas antes de atuar para evitar a perpetuação de erros da extensão rural atual	X		X	X							3
Estudar as construções de gênero dentro da agricultura familiar						X					1
Proporcionar uma atuação com uma nova forma de extensão, melhorar a assistência técnica que é praticada atualmente	X	X					X				3
Compreender as questões econômicas, ambientais e políticas nos assentamentos e no meio rural				X		X					2
Estimular o estudante a escrever e publicar e ir para o mestrado	X	X									2
Frequência de resposta analítica por entrevistado	4	4	5	3	1	4	2	3	1	3	30

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

As respostas evidenciaram que dentre os objetivos do Programa Residência Agrária está a preocupação com a capacitação profissional reflexiva, pautada nos princípios da agroecologia e voltada para a compreensão de questões econômicas, ambientais, sociais e

políticas, embasada na convivência e troca de saberes entre estudantes e famílias assentadas. Uma das preocupações é evitar a perpetuação de erros da extensão rural, além de não se deixar levar pelas imagens estereotipadas que a mídia divulga no tocante aos movimentos sociais.

Se eles (técnicos) tiverem sempre aquela ideia tecnicista, eles não vão compreender a dimensão da cultura, da organização da sociabilidade da troca [...] de experiência, de saberes que aquele povo tem. [...] O PRA proporciona uma formação diferenciada ... por que aqui [CCA] a gente é formado direto para os grandes proprietários, empresas, latifundiários, o grande capital. (E3, egressa do curso de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 21/03/2011).

Porque os profissionais geralmente são voltados para o agronegócio e não sabem trabalhar com pequenas comunidades, com a agricultura familiar e realmente não sabemos, não somos preparados para esse público. (E9, egressa do curso de Engenharia de Alimentos. Entrevista concedida em 25/03/2011).

A mudança da visão tecnicista para as preocupações com a prática extensionista é discutida por Garcia (2007, p.55) quando afirma que “*no final da década de 80 houve uma discussão conhecida como o repensar da extensão rural*”. Sob influência das ideias de Paulo Freire, havia uma preocupação com a necessidade de uma concepção mais dialógica na relação entre técnicos e agricultores. Assim, preconizava-se que as ações desenvolvidas pelos extensionistas fossem sustentadas pela compreensão da realidade na qual o técnico iria atuar, em substituição a atuação pautada no treinamento sobre a forma de aplicação de certos recursos.

Segundo a autora, esta percepção exigiu estruturas institucionais descentralizadas nas quais o extensionista deveria ter condições de entender a realidade na qual está atuando e atuar com autonomia visando à emancipação do público assistido pela extensão rural, através de um processo educacional libertador e programas de desenvolvimento destinados, principalmente, aos menos favorecidos do meio rural (GARCIA, 2007 pag 55).

Assim, alguns depoimentos evidenciam que o Programa Residência Agrária proporciona a mudança de uma visão tecnicista para uma multidisciplinar. No entanto, nem todos conseguem se apropriar dessa nova metodologia e continuam agindo de forma tecnicista, pautado nos interesses do mercado, o que gera conflitos entre os membros do Programa e os professores com visão tradicionalista.

Era guerra aqui dentro por que a professora Gema e o professor Casimiro faziam questão de trazer pessoas diferentes que eles queriam mesmo ver guerra. Eu falo isso brincando, mas assim como foi importante os debates [...] foi importantíssimo a gente ver as diversas visões, fulano é do movimento tal, aquele é do órgão tal, e aquele é do órgão x. Então, juntou todo mundo e os

estudantes também, com visão totalmente diferente do que o Programa queria. E aí a professora dizia: é isso mesmo que a gente quer. Não é mudar aquela pessoa não, mas, entender aquele pensamento. Tinha gente [...] com várias formações diferentes, eu acredito que o objetivo era esse dentro daqueles pensamentos diferentes. (E2, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 21/03/2011).

Eu considero que todos os estudantes que passam pelo Residência eles conseguem adquirir nova visão, né? estão numa estrada de desenvolvimento, meio ambiente ou atuam em ONGs ou instituição que trabalham com esse propósito. (E9, Egressa do curso de Engenharia de Alimentos. Entrevista concedida em 25/03/2011).

Alguns depoentes mencionaram que a relevância do Estágio de Vivência está em fornecer uma visão crítica que não está dada na academia, por motivar debates sobre temas atuais que contribuem para prepará-los para o mercado de trabalho, com repercussões positivas sobre as famílias assentadas.

Outro objetivo alcançado pelo Programa Programa Residência Agrária ressaltado por dois estudantes, diz respeito ao estímulo para que os discentes escrevam, publiquem e curse o mestrado.

Meu currículo enorme eu devo ao PRA, tanto quando eu estava como estagiária e como profissional orientando os estudantes, além de estar publicando e poder partir para o mestrado. (E1, Egressa do curso de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 22/03/2011).

Se eu não estivesse no PRA talvez nem tentaria ir pro mestrado, que é um mestrado com a visão sistêmica e também multidisciplinar. (E6, Egressa do curso de Engenharia de Alimentos. Entrevista concedida em 25/03/2011).

Embora a empregabilidade imediata dos egressos seja alta, a oportunidade de continuar os estudos em nível de mestrado tem sido almejada e vista como uma consequência da prática no campo científico durante a experiência com o Programa Residência Agrária. Além da relevância do Programa Residência Agrária na formação acadêmica, os entrevistados mencionam objetivos que dizem respeito aos sujeitos assentados, como mostra o Quadro 09.

Quadro 09: Objetivos do PRA referente a melhorias para os sujeitos assentados, na visão de estudantes e egressos

Objetivos do PRA no que se refere a melhorias para os sujeitos assentados											
Unidade de análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequencia
Dar possibilidades de melhoria para as famílias assentadas			X								1
Possibilitar uma nova visão aos jovens do campo			X	X							2
Possibilitar nos assentamentos a transição para um modelo produtivo mais sustentável baseado na agroecologia	X	X	X		X		X			X	6
Estudar o pequeno agricultor e a agricultura familiar e compreender questões sociais, econômicas, ambientais e políticas no meio rural	X			X		X					3
Empoderar o jovem para atuação na agroecologia	X					X					2
Dar uma visão de extensão agroecológica							X			X	2
Não mencionou nenhum objetivo relativo a melhorias para os sujeitos assentados								X	X		
Frequência de resposta analítica por entrevistado	3	1	4	2	1	2	2	0	0	2	17

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

Houve 17 ocorrências que apontam que os objetivos do Programa Residência Agrária estão voltados para uma preocupação e comprometimento com os homens e mulheres do campo, visando instrumentalizá-los em suas lutas e empoderá-los, além de contribuir para a aquisição de uma nova visão sobre o cultivo da terra que possibilite a transição para um modelo produtivo mais sustentável baseado na agroecologia. Assim, os assentados depositam muita esperança sobre os jovens assentados que participam do Programa Residência Agrária.

Eu percebi um jovem [assentado] que fazia o núcleo aqui [...] muito mais autonomia no discurso político, auto-estima, é... foi um salto que ele deu. Inclusive, hoje ele é o presidente a associação do assentamento. Muito do que ele vivenciou também no Programa Residência Agrária possibilitou essa certeza de que ele poderia ser e trouxe essa autonomia para ele. (E3, Egressa do curso de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 21/03/2011).

A gente jamais imaginaria os jovens assentados que estariam na universidade [...] sendo presidentes de associação dentre outras coisas, e isso está acontecendo. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 23/03/2011).

Estes depoimentos evidenciam o comprometimento dos estudantes com a causa dos assentados. Além disso, os estudantes se preocupam com uma formação e atuação profissional séria que evite erros historicamente cometidos pela extensão rural. O que chama especial atenção é a preocupação com o empoderamento dos jovens assentados, como evidencia os relatos acima.

4.4.1. Alcance dos objetivos do Programa Residência Agrária

No que se refere ao questionamento quanto ao alcance dos objetivos do Programa Residência Agrária, os 10 estudantes e egressos entrevistados elencaram 10 categorias de respostas que totalizaram em 14 ocorrências, que afirmam que os objetivos estão sendo alcançados já que os profissionais têm saído mais comprometidos. Isso tem acontecido, principalmente, com a implantação da metodologia ADSA. Inclusive, uma das estudantes mencionou que planeja pesquisar sobre isso, verificando a percepção dos egressos ao programa. Dois estudantes ressaltaram que o Programa Residência Agrária atingiu o objetivo relativo à elevação de publicações científicas e pesquisas, além da continuidade no mestrado com o mesmo tema, conforme relatos a seguir especificados.

Não só alcançados, como reproduzidos e como é que eu posso dizer... multiplicados. Eu acho que foi alcançado, compartilhado e está sendo multiplicado. Quando você multiplica o que foi compartilhado é muito maior ainda. (E4, Egressa do curso de Engenharia de Pesca. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Quadro 10: Percepção dos estudantes e egressos sobre o alcance dos objetivos pelo PRA, Fortaleza, 2011.

Percepção dos estudantes e egressos sobre o alcance dos objetivos pelo PRA											
Unidade de análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequência
Está conseguindo com a metodologia ADSA	X										1
Sim as pessoas verbalizam sintonia com a causa. Planejo pesquisar a percepção das pessoas que passaram pelo programa							X				1
Teria que avaliado ao final da ADSA	X										1
Em termos de pesquisa e publicação sim	X										1
Sim. Possibilita a produção científica e continuidade no mestrado com o mesmo tema	X					X					2
Acredito que sim, os profissionais tem saído mais comprometidos			X								1
Foram alcançados, como também reproduzidos e compartilhados.				X							1
Sim, vários técnicos estão colocando em prática a visão do PRA e saindo do modelo do agronegócio	X				X						2
Sim os estudantes que passaram pelo PRA conseguem adquirir nova visão profissional								X	X	X	3
Acho que o PRA conseguiu transformar os técnicos em 90 a 100%		X									1
Frequência de resposta analítica por entrevistado	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

A vivência entre os estudantes de cursos de graduação diferentes, professores de departamentos distintos e as atividades desenvolvidas principalmente nos Assentamentos, ao longo do Programa Residência Agrária propiciam essa multiplicação de conhecimento, tanto via jovem assentado que reproduz o conhecimento entre as pessoas assentadas, quanto o seu compartilhamento pela comunidade acadêmica, via inúmeras publicações vindas do Programa Residência Agrária.

4.4.2. Adequação na formação acadêmica dos estudantes em função do PRA

Quando foi questionado se a formação acadêmica se modificou para se adequar aos objetivos do Programa Residência Agrária, 4 estudantes mencionaram que houve várias mudanças simultâneas e complementares, inclusive, com mais espaço para a escolha de estágio. No que se refere ao currículo do curso de Agronomia, uma estudante disse que mudou, já que foram criadas duas disciplinas voltadas para aspectos sociais da agricultura, como o relato a seguir especificado:

Nós das ciências agrárias temos essa carência de na verdade estudar o agrário, enquanto a agronomia toca muito na questão do agronegócio a Economia Doméstica também trabalha nessa parte da alimentação, mas não se volta tanto para parte do meio rural...do campo. (E8, Estudante de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Quadro 11: Percepção dos estudantes e egressos sobre mudanças na formação acadêmica em função da atuação do PRA, Fortaleza, 2011.

Percepção dos estudantes e egressos sobre mudanças na formação acadêmica em função da atuação do PRA											
Unidade de análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequência
Modificou muitas coisas	X		X								2
Modificou sim. a professora de extensão participa do PRA e já fez mudança no currículo da agronomia									X		1
Eu acredito que tem dado mais espaço para a escolha de estágio								X			1
Não mudou, pois a Agronomia está enraizada em um modelo antigo		X		X	X	X	X			X	6
Frequência de resposta analítica por entrevistado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

A adequação do currículo deve ser feita de acordo com as várias possibilidades de atuação do estudante. No CCA da UFC, embora a demanda para a Agricultura Familiar e pelo Estágio de Vivência seja grande, falta à inclusão nos cursos de Ciências Agrárias de disciplinas de extensão rural orientadas para as necessidades dos sujeitos atendidos. Em

função disso, houve 6 ocorrências que indicam a ausência de mudanças no curso de Agronomia, em função do enraizamento de um modelo antigo e difícil de ser mudado.

4.4.3. Contribuições do PRA na prática profissional

Segundo dados compilados das entrevistas, pode-se perceber que são muitas as contribuições do Programa Residência Agrária na atuação profissional extensionista, principalmente após as vivências nos assentamentos e uso das metodologias participativas (Quadro 12).

A participação no Programa Residência Agrária possibilitou uma relação de maior confiança, o que favorece a relação do estudante com a família assentada e sua forma de produção, possibilitando auxiliar às famílias no atendimento de seus interesses e necessidades. Além disso, o Programa Residência Agrária motiva novas percepções sobre a realidade social e um olhar sistêmico para o acampamento através da metodologia ADSA. Uma estudante mencionou que talvez algumas questões fundamentais sobre a vivências das famílias passariam despercebidas se o estudante não tivesse passado pelo Programa Residência Agrária. Outra disse que ela trabalha como docente e sempre motiva seus alunos a ir a campo para conhecer a realidade dos sujeitos sociais. Outros mencionaram a importância de dinâmica de grupo, bem como a participação do jovem assentado nos programas de capacitação, pois ele atua como um agente multiplicador nos assentamentos.

Quadro 12: Percepção dos estudantes e egressos sobre as contribuições do PRA, na atuação profissional extensionista, PRA Fortaleza, 2011.

Percepção dos estudantes e egressos sobre as contribuições do RA na atuação profissional extensionista											
Unidade de análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequência
Trabalhei como professora e motivava que os alunos fossem a campo para conhecer a realidade	X										1
se não tivesse passado pelo PRA deixasse de lado algumas questões fundamentais.			X								1
Olhar sistêmico do assentamento através da ADSA				X						X	2 discutir esses dados
Através da metodologia ADSA pude auxiliar na apicultura							X				1
Aprendi que é necessária a socialização de mulheres e o uso de dinâmica de grupo			X								1
O PRA tem uma questão ideológica, social, novas percepções que abriram minha mente e me deixou mais confiante				X	X						2
Mostro a necessidade de palestras de segurança alimentar, de acesso a terra, acesso a créditos						X					1
O jovem assentado participa da formação e repassa para o assentamento										X	1
As famílias ficam mais confiantes com os resultados adquiridos			X			X					2
Não respondeu		X							X		2
Frequência de resposta analítica por entrevistado	1	1	4	3	1	2	1	1	1	2	17

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

A ADSA empregada no PRA favorece o reconhecimento pelos assentamentos do potencial, riquezas e limitações naturais, para que, a partir daí eles possam planejar melhor suas ações. Segundo Pitombeira (2010) a teoria de sistemas agrários tenta compreender a complexidade do sistema em estudo a partir de uma visão sistêmica cujo objetivo é reconhecer os diversos sistemas agrários colocados em prática pelos agricultores, descobrindo

as razões, as causas de sua degradação, as possibilidades, as condições e os meios particulares de restaurá-los e de desenvolvê-los.

Na visão dos entrevistados, o PRA está desconstruindo muitas questões básicas, associadas ao ensino universitário, ao associar a teoria com a prática, por meio da Pedagogia da Alternância.

O programa está desconstruindo muita coisa, e é um passo muito grande, agora assim tem muito a se fazer que por que o ensino da universidade, pelo menos aqui na federal (UFC), tem o pessoal assim que é muito técnico. Ele é realmente muito fechado, sabe? Não, você tem que ir assim, é equipamento, é tantos hectares, a produção tem que ser essa, se você não está produzindo em toneladas, se não for assim você está perdendo dinheiro. Por que eles não vêm o que é consumido pela família, a manutenção da família. O PRA mostra tudo isso, não é só o que você produziu e vendeu, é a questão que você deixou de comprar, o que você deixou de pagar lá fora, tudo isso é um custo, e eles não avaliam, não valorizam essa coisa. (E5, Egressa do curso de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 24/03/2011).

Dentre os autores que abordam a Pedagogia da Alternância, Melo Neto, apud Garcia (2007) defende que a Pedagogia da Alternância propicia uma formação diferenciada com a finalidade de obter profissionais para atuação na Extensão Rural, com visão comunitária e libertadora. Seu processo Pedagógico derivado de questões sociais motiva uma forma de atuação que muitas vezes não está presentes nas universidades.

4.4.4. Percepção dos estudantes e egressos sobre a Pedagogia da Alternância

Como a Metodologia da Alternância conjuga o Tempo Universidade e Tempo Comunidade, nesta seção buscou-se conhecer os aspectos positivos e as limitações de cada tempo, na visão dos estudantes e egressos, conforme apresentado no Quadro 13.

Quadro 13: Aspectos positivos do Tempo Universidade, PRA, Fortaleza, 2011.

Tema: Aspectos positivos do Tempo Universidade											
Unidade de Análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequência
Desenvolver o olhar de pesquisador e crescimento profissional	X				X			X			3
Maior participação em eventos acadêmicos com a temática de assentamento			X								1
Oportunidade de compartilhar conhecimentos, melhor contextualização da realidade e sistematização do conhecimento	X	X	X	X			X	X			6
Dinâmicas participativas	X					X	X	X			4
Formação de novos conceitos sobre assentamentos		X				X				X	3
Aquisição de conhecimentos sobre família e temas voltados para o rural		X	X		X						3
Oportunidade da participação dos representantes dos assentamentos nas discussões na UFC com integração com os estudantes	X		X	X							3
Não respondeu									X		1
Frequência de resposta analítica por entrevistado	5	3	4	3	2	2	2	3	1	1	26

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

O crescimento como pesquisador e participação em eventos, apontado por 4 estagiários é resultado do incentivo dos professores nas sistematizações para atender a necessidade de se conhecer o público com o qual se interage. A oportunidade de compartilhar conhecimentos, melhor contextualizar a realidade dos assentamentos e a sistematização do conhecimento, apontada por 6 entrevistados é propiciada pela vivência não só nos assentamentos, mas a relação entre a o assentamento e a realidade dos estagiários na família, no lazer e dentro da própria Universidade. Por outro lado, a formação de novos conceitos sobre assentamento, apontada por 3 estagiários, é mencionada em função da quebra de preconceitos que se dá na vivência com as famílias:

[...] de marcante, eu acho que dentro do tempo universidade são os grupos de estudo [nos quais] acontecem toda uma discussão e assim são diferentes concepções eu, da área da economia doméstica, outras pessoas da área da zootecnia, outros da agronomia, outros da engenharia de pesca e todo mundo lê aquele texto e traz uma informação diferente, entende de um jeito e aí depois pra chegar um entendimento comum, ou um vai completando o outro [...] (E8, Estudante do curso Economia Doméstica. Entrevista concedida em 24/03/2011).

No tempo universidade agente tinha o grupo de estudos com planejamento das atividades do Tempo comunidade né... quando a gente retornava do campo a gente ia discutir. Também, além do grupo de estudo a gente tinha a oportunidade de tá escrevendo...publicando. (E1, Egressa do curso de Economia Doméstica. Entrevista concedida em 22/03/2011).

Os relatos indicam o quanto é rica a participação dos assentados nas discussões grupais que acontecem na UFC, possibilitando a integração e o compartilhamento de conhecimentos e informações, além da formação de novos conceitos sobre assentamentos, família e ruralidades. Além disso, as reuniões grupais favorecem a sistematização do conhecimento, o desenvolvimento do olhar de pesquisador, motivando a pesquisa, a escrita de artigos e a publicação, além de motivar o estudante a participar de eventos científicos.

No que se refere às poucas limitações apresentadas pelos estudantes e egressos, relativas ao tempo universidade, as respostas apontaram uma incompreensão dos demais professores que não participam do PRA. Exemplo disso é quando acontece uma visita técnica e os professores não abonam as faltas, além de se incomodarem quando os estudantes assistem aulas usando camisetas do PRA. Outras limitações apontadas referem-se à dificuldade em adequar o tempo, já que os estudantes têm que adequar o seu tempo às atividades acadêmicas e ao PRA, como mostra o quadro 14.

Quadro 14: Limitações do Tempo Universidade, PRA, Fortaleza, 2011.

Limitações do Tempo Universidade											
Unidade de Análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequência
Incompreensão dos demais professores que não participam do PRA				X				X			2
Dificuldade em dividir e adequar o tempo				X						X	2
Não percebe limitações	X	X	X		X	X	X		X		7
Frequência de resposta analítica por entrevistado	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	11

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

Vale destacar que nenhum estudante relatou aspectos negativos do tempo comunidade, com exceção de um estudante que relatou sua insegurança para trabalhar no campo. No entanto, sabemos que a segurança se adquire com o tempo.

Quadro 15: Aspectos positivos do Tempo Comunidade, RA, Fortaleza, 2011.

Aspectos positivos do Tempo Comunidade											
Unidade de Análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequência
Construção de novos conhecimentos a partir da observação e vivência junto aos assentados	X	X		X	X	X		X			6
Desconstruir a forma de fazer extensão		X									1
Possibilidade de colocar em prática a teoria		X			X			X			3
Boa recepção por parte das famílias assentadas que já têm vivências com pesquisadores.		X		X	X	X				X	5
Vivências no acampamento possibilitam a valorização da sua própria vida	X		X	X	X	X					5
Possibilidade de fazer observação participante	X										1
Não respondeu							X		X		2
Frequência de resposta analítica por entrevistado	3	6	1	3	5	3	1	3	1	1	23

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

No que diz respeito ao Tempo Comunidade, os aspectos apontados pelos entrevistados evidenciam a construção de novos conhecimentos, mediante a observação e vivência da realidade, o que permite colocar a teoria em prática e desconstruir a forma de fazer extensão; além de levar o estudante a valorizar sua própria vida, a partir das vivências pessoais durante o acampamento. Por fim, vale destacar a receptividade com que são recebidos pelas famílias assentadas.

4.4.5. Percepção dos estudantes e egressos sobre a metodologia da Análise de Diagnóstico dos Sistemas Agrários

No que se refere à aplicabilidade e importância da metodologia Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários, os estudantes ressaltaram que ela é bastante positiva, pois é uma forma de dar retorno ao assentamento. Além disso, ela favorece a transição agroecológica, possibilitando ao agricultor enxergar melhor a realidade do assentamento e o uso dos recursos de maneira sustentável. Já as limitações dessa metodologia mencionadas apontaram para aspectos financeiros, como elucidados pelos professores do programa.

Quadro 16: Aplicabilidade e Importância da Metodologia Análise de Diagnóstico dos Sistemas Agrários, PRA, Fortaleza, 2011.

Aplicabilidade e Importância da Metodologia da Análise de Diagnóstico dos Sistemas Agrários											
Unidade de Análise	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	Frequência
Respostas que reportam a aspectos positivos da metodologia											
Evita que se implante pacotes agroecológicos sem conhecimento prévio	X										1
Possibilita que o assentado reflita sobre a implantação de projetos de base agroecológica	X				X						2
É uma forma de dar retorno ao assentamento					X						1
Possibilita enxergar melhor a realidade do assentamento				X							1
Respostas que reportam a limitações da metodologia											
Falta de recursos financeiros dificulta a aplicação da metodologia	X										1
Impasse na implementação da segunda etapa	X										1
Não respondeu		X	X			X	X	X	X	X	6
Frequência de resposta analítica por entrevistado	5	1	1	1	3	1	1	1	1	1	16

Fonte: Dados de pesquisa (2011).

No que diz respeito aos aspectos positivos da metodologia ADSA dois entrevistados apontaram que a metodologia favorece a Transição Agroecológica possibilita a reflexão por parte dos assentados quanto à implementação de projetos de base Agroecológica. Isso implica em ganho para o assentamento que não fica apenas como um local de pesquisa, atendendo a reivindicação dos movimentos sociais. Os aspectos que limitam o programa segundo dois participantes estão relacionados á falta de recursos financeiros que podem impossibilitar a aplicação do diagnóstico.

Acerca da possibilidade da ADSA favorecer na Transição Agroecológica Maia (2004, p.4) menciona que: “a aplicação da ADSA com seu caráter de construção participativa mostra-se muito mais eficiente do que a maneira tecnicista de intervir no campo”, já que a proposta apresentada ao final da aplicação da metodologia “será um produto de uma construção participativa, entre o técnico e a comunidade”, o que facilitará a implantação e a aceitação pelos assentados que se sentirão como autores desse projeto.

Ferreira (2011) afirma que o processo de transição da agricultura convencional para a agroecológica depende de diversos fatores, como por exemplo, a situação sócio-econômica dos agricultores, o grau de utilização e dependência de insumos agroquímicos e as formas de interação com o mercado. O tempo e a forma para a transição vão ser determinados pelo ritmo de aprendizagem e das estratégias escolhidas em função das condições sócio-econômicas e ecológicas do local. Independentemente da estratégia escolhida, a transição deve ser gradual como em qualquer processo de natureza biológica e educativa.

Percebe-se que a ADSA é uma metodologia que respeita e valoriza o agricultor no seu modo de vida e o meio em que está inserido. Isto permite que ele dê prosseguimento à sua utilização, pois, acontece a aprendizagem e através da Transição Agroecológica o agricultor é liberto do consumo de insumos agroquímicos que além de caros, danificam o meio ambiente.

Além disso, o envolvimento dos agricultores no ADSA, os quais se posicionam na construção do diagnóstico e se envolvem com o processo de tomada de decisão contribui para a emergência de um agricultor autônomo e crítico que luta por seus direitos e pela transformação da sociedade.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa trata de uma análise sobre a implantação do Programa Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará. Buscou-se estudar as concepções do Programa, as áreas de atuação, as dificuldades encontradas e as adaptações pelas quais o Programa passou ao longo dos anos, na visão dos professores. Além disso, buscou-se refletir, a partir da visão de alguns estudantes e egressos, os objetivos de ingresso no Programa Residência Agrária, as potencialidades e limitações, a forma como a categoria família é trabalhada no Programa, bem como as relações que se estabelecem entre estudantes e famílias assentadas.

Acerca das dificuldades enfrentadas pelo Programa Residência Agrária, observou-se a pouca adesão dos professores, devido a uma preponderância de uma visão tradicionalista, o que resulta em um reduzido número de professores orientadores e gera uma sobrecarga de trabalho sobre estes.

A nova proposta metodológica ainda é vista com desconfiança por muitos professores acostumados ao ensino tradicional, o que leva os professores do Programa Residência Agrária a se verem na contramão do ensino tradicional.

Devido à sobrecarga de trabalho, há uma dificuldade de encontrar um horário comum para realização das reuniões, o que compromete o fortalecimento do grupo e a tomada de decisões coletivas.

Outro ponto crítico observado em relação à formação dos estudantes é a falta de disciplinas com formação humanística em seus cursos. Uma das alternativas para minimizar essa questão e ampliar a formação dos estudantes foi a introdução no currículo do curso de Agronomia das disciplinas Agroecologia e Aspectos Sociais da Agricultura.

Observou-se também reduzido espaço físico e relatos de dificuldades de cunho financeiro, uma vez que não há uma institucionalização do Programa na universidade. Conforme relata uma das professoras, “dentro do organograma da UFC, o PRA não existe, a não ser como um programa na Pró-Reitoria de Extensão”. Para manter o Programa os professores buscam parceria junto a agências de fomento, como o CNPq, o Banco do Nordeste entre outros.

Os assentamentos que fazem parte do Programa estão em regiões bem distintas: região litorânea, semi-árida e serra. O acesso a esses locais é feito de carro, ônibus, motos, pau-de-arara e barcos. Embora seja uma vontade da coordenação, não se conseguiu uma parceria para

seguro de vida dos estagiários. Além disso, para o ingresso dos estagiários no programa não é feito exame médico nem psicológico.

Para participar do tempo de vivência na comunidade, os estudantes têm que abrir mão de feriados e finais de semana, pois a carga horária do curso é, segundo eles, muito grande e os professores irredutíveis. Ressalta-se que o tempo comunidade é precedido de muita ansiedade pelos estudantes que ainda não tiveram contato com esse universo. Muitos deles relataram que seus pais, de início, ficaram receosos, pois a mídia representa os acampados e assentados como baderneiros. Essa tensão cai por terra quando se inicia a vivência com as famílias que os acolhem e “adotam”. Tamanha é a informalidade nessa vivência que não existe a assinatura de documentos entre a família e o Programa Residência Agrária, nem se requer termo de permissão para uso de imagem, obtidas no trabalho de campo.

Apesar das dificuldades, nas falas dos estagiários e egressos, é notório o entusiasmo, o carinho pelos professores e a vontade de dar continuidade ao Estágio de Vivência com segurança e sem a sazonalidade imposta pelos recursos financeiros. O engajamento de todos na busca de atingir os objetivos leva os membros do Programa a um sentimento de amizade e cumplicidade. No entanto, é necessária a institucionalização do PRA para que haja continuidade e, finalmente, se transforme em uma ação continuada da Universidade. Esta mudança poderia permitir a ampliação do atendimento a outros públicos, tais como comunidades quilombolas e outros povos do campo. Esta institucionalização aumentaria, principalmente, o atendimento da demanda de alunos do CCA.

As diferentes fases e adaptações pelas quais o Programa Residência Agrária tem passado evidencia a flexibilidade, bem como a criatividade dos profissionais envolvidos, o que resulta na adaptação de metodologias e entrelaçamento de conceitos, viabilizando o alcance das metas propostas pelo Programa.

Os professores que atuam no Programa Residência Agrária mencionaram que, com a institucionalização do PRA, será suprida a demanda de corpo docente e administrativo. Assim, a institucionalização solucionaria grande parte das dificuldades enfrentadas pelo Programa Residência Agrária. Um grande avanço para a institucionalização do PRA foi a aprovação no edital do Programa de Educação Tutorial – PET - Conexões de Saberes em 2010. Assim, a partir de 2011, o Programa Residência Agrária passou a contar com 12 bolsas para estudantes de graduação que participam do Estágio de Vivência, o que favoreceu a consolidação do Programa Residência Agrária na UFC.

Apesar dos entraves citados, aos poucos a equipe do Programa Residência Agrária prossegue vencendo os desafios e encontrando formas alternativas de lidar com os problemas, o que possibilita a consolidação do Estágio de Vivência. Embora o projeto piloto da Especialização não tenha tido continuidade após a primeira turma.

Uma das comprovações da efetividade do Programa são as monografias produzidas (ANEXO B), além de diversos trabalhos que são apresentados em eventos técnico-científicos, o que contribui não só para a maior visibilidade do Programa, possibilitando reflexões sobre suas ações, subsidiando a atuação dos envolvidos e retroalimentando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Dentre os benefícios, destaca-se a participação dos jovens assentados na dinâmica da universidade, o que propicia não só um ensino mais voltado para a realidade concreta, como também proporciona um empoderamento desses jovens que participam das discussões, viagens técnicas e eventos. A proximidade com a universidade os motiva continuar os estudos. Assim, vários deles já foram aprovados em Escola Agrotécnica, sob forte influência do Programa Residência Agrária.

Além disso, a participação dos jovens no diagnóstico do assentamento desperta neles o interesse em permanecerem nos assentamentos, buscando melhorias, pois passam a reconhecer o potencial do terreno que ocupa. No relato dos estagiários, ficou clara a surpresa de alguns assentados ao saberem da riqueza da área ocupada, em termos de recursos naturais e as possibilidades de produção sem o uso de implementos da agricultura convencional.

Acerca dos benefícios para os estudantes que passam pelo Programa Residência Agrária está a qualificação profissional diferenciada da formação universitária convencional, pautada no conhecimento da realidade concreta das realidades onde irão atuar. Além do conhecimento técnico adquirido nas disciplinas ao longo do curso de graduação, os estudantes tem a oportunidade de participar das discussões e vivências proporcionadas pelo Residência Agrária. Assim, muito mais que formar agentes para trabalhar com ATER/ATES, o Estágio de Vivência da UFC vem conseguindo, desconstruir a visão produtivista da extensão, principalmente pelo emprego de metodologias participativas que possibilitam ampliar a visão dos produtores em relação às necessidades do meio rural, minimizando a hegemonia do agronegócio, privilegiando a reforma agrária, a agroecologia, a agricultura familiar, bem como o desenvolvimento sustentável.

Outro benefício proporcionado pelo Programa Residência Agrária foram as mudanças ocorridas nos cursos de formação em Ciências Agrárias da UFC, especificamente no que diz

respeito ao maior envolvimento com questões sociais. Dentro das ações efetivas decorrentes do Residência, ressalta a inclusão da disciplina obrigatória de Agroecologia no currículo do Curso de Agronomia.

Acerca da relevância da categoria família no Programa Residência Agrária, as entrevistas demonstram que os estudantes participaram de capacitações, antes de irem a campo, para que pudessem observar a dinâmica das famílias, a fim de conhecer suas práticas, vivências e valores.

Na vivência do estagiário junto às famílias, considerando a forma cuidadosa como as famílias são tratadas e valorizadas em seus saberes e vivências e, levando-se ainda em conta que o diagnóstico sobre a realidade do assentamento e seu potencial produtivo irá trazer um retorno positivo a elas, essa prática faz circular um clima de dádiva e retribuição que leva os estudantes a serem tratados e se sentirem como membros da família que os acolhe no assentamento.

No entanto, se a proximidade favorece o convívio e a interlocução entre estagiário e família assentada, por outro lado, ela dificulta o afastamento necessário para a escrita da monografia. Esta situação é resolvida com o retorno para a universidade, onde a troca de experiências e discussões grupais favorecem as análises e o distanciamento necessário à pesquisa.

Entre as configurações familiares presentes nos assentamentos, as análises apontam que frequentemente há uma parceria e trabalho conjunto entre pai, mãe e filhos. A moralidade do trabalhador calcada na responsabilidade e na reciprocidade possibilita a reprodução social do grupo com seus saberes e valores. Como parte dessa moralidade, há uma predominância da família tradicional, composta por pais, mãe e filhos. Para constituir suas famílias e refazer a hierarquia familiar, os jovens casam-se cedo, geralmente, entre as moças assentadas, uma forma de assegurar a manutenção da terra no grupo familiar. A constituição das novas unidades familiares nos arredores da casa dos pais forma os agregados. Assim, as famílias localizam-se entre o arranjo nuclear e extenso.

As famílias encontradas nos assentamentos atendidos, segundo o relato dos estudantes e egressos, são, em sua maioria, famílias que vêm reduzindo o número de membros. Alguns dos hábitos adquiridos antes de fazerem parte do assentamento são mantidos, outros são adquiridos. Muitas permaneceram nas terras onde morava, o que não causou muita diferença nos seus costumes. A religiosidade é marcada pelas festas dos padroeiros do acampamento ou do município ao qual pertence, preservando assim sua identidade cultural. Verifica-se entre os

assentados que o número de agregados (noras, cunhados e sogras) vem aumentando, o que gera dificuldades em seguir as normas do assentamento, por não terem participado, na maioria das vezes, do processo de conquista da terra e criação das normas dos assentamentos.

No que se refere aos aspectos gerenciais, verifica-se que o Programa Residência Agrária dá muita atenção aos jovens assentados. Inclusive, alguns deles participam das discussões que acontecem na Universidade. Alguns estudantes preocupam-se com uma atuação que busque o empoderamento feminino, enquanto outros se preocupam mais com o agricultor. No entanto, alguns entrevistados mencionaram que pouca atenção tem sido dada às crianças e aos idosos. Uma das depoentes mencionou o trabalho que faz com as crianças, inserindo-as como sujeito das mudanças. Entretanto, tornam-se necessárias mais ações voltadas para a infância assentada. Os idosos poderiam também participar mais do processo de reconstrução da história de vida dos assentados e a transmissão de saberes, vivências e memórias.

A motivação para que os idosos expressem seus saberes e pontos de vista contribuirão para maior compreensão de suas singularidades e relevância social, levando-os a se sentirem parte de um amplo processo social, no qual suas ações contribuirão para a promoção de mudanças locais que repercutirão na transformação da sociedade.

Apesar de todos estes dados referentes às vivências com as famílias assentadas, percebeu-se durante as análises das entrevistas uma contradição inconsistente nas respostas e os dados trazem evidências de que no Programa Residência Agrária há uma preocupação e cuidado em trabalhar com a família considerando suas crenças, valores e expectativas e no entanto, os estudantes e egressos parecem não ter a clareza de que a família é tratada como categoria analítica.

Apesar de E1, E3 e E7 mencionarem que a família não é estudada em sua especificidade no Residência Agrária, todos os entrevistados demonstraram clareza que em todas as temáticas abordadas no Residência Agrária, a família está presente: na produção, nas relações sociais e na manutenção da cultura. Todos os entrevistados demonstraram a preocupação em respeitar os valores e especificidades de cada família. Diante da inconsistência entre os dados, pressupõe-se que os estagiários do Programa Residência Agrária recebem diversas instruções sobre como trabalhar com as famílias, mas talvez não haja um estudo específico sobre a construção histórica e aspectos sociais inerentes às famílias.

Por fim, vale ressaltar que, apesar de alguns estudantes e egressos afirmarem que a categoria família não é estudada no Programa Residência Agrária tem-se a clareza de que a

leitura e as interpretações são sempre parciais e provisórias. Assim, não se tem a pretensão de trazer verdades absolutas sobre o Programa Residência Agrária da UFC, mas ampliar o debate em torno de ações desenvolvidas nas famílias assentadas. Apesar das possíveis falhas neste trabalho, há a certeza de que a academia, mediante projetos como o Residência Agrária, não somente instrumentaliza e empodera os trabalhadores dos assentamentos, como também forma profissionais mais preparados para uma atuação mais próxima à realidade da agricultura familiar e das famílias assentadas.

6. SUGESTÕES E LIMITAÇÕES

Acerca do estudo da categoria família pelo Programa Residência Agrária, na apresentação do referencial teórico, foi dito que o modelo de Bronfenbrenner tem recebido críticas por focar a família como uma unidade funcional na qual as relações são estáveis, recíprocas e com equilíbrio de poder entre os diversos papéis. Ressaltou-se ainda que, caso as ações extensionistas estiverem ancoradas em um modelo “estável” de família, como o proposto por Bronfenbrenner, poderá comprometer todo o planejamento das atividades, ocasionando expectativas que poderão não ser alcançadas pelos membros das famílias atendidas e os agentes do programa.

Dessa forma, como alguns estudantes e egressos mencionaram não estudar família no Residência Agrária, destaca-se a relevância de enfoques mais precisos sobre a categoria família para embasar as ações do referido Programa. Estudos mais aprofundados sobre a temática família, nas capacitações, poderiam evitar uma incompatibilidade entre ações do programa e as expectativas dos estudantes e das famílias atendidas de forma a não comprometer a efetividade do Programa, para evitar que os estudantes venham a perceber as famílias apenas como unidades produtivas.

Um aspecto interessante que deve ser pensado pela coordenação do Programa Residência Agrária é obterem um documento de cadastro das famílias assentadas que participam do Programa Residência Agrária e termo de compromisso assinado pelas partes envolvidas. Como as relações entre as famílias e estudantes são pautadas na reciprocidade, essa proximidade contribui para a falta de formalização dessa interação. Embora a proximidade entre estudantes e famílias atendidas seja proveitosa para a vivência dos estudantes e para o diálogo entre as partes, a formalização e registro dos dados é uma forma de dar mais legalidade ao Programa, além de possibilitar a construção de um banco de dados.

Foi também dito que nas vivências com os idosos os estagiários poderiam dar mais atenção aos idosos como guardiões da memória das famílias assentadas nesse processo de preservação da memória, um dos trabalhos que poderia ser feito pelo Programa Residência Agrária seria o levantamento da identidade cultural fundada na recuperação do passado coletivo, levantando as histórias de vida das famílias baseadas em questionamentos como: o qual foi o local de onde vieram? Quais tradições permaneceram e quais foram abandonadas? Quais manifestações culturais surgiram no assentamento? Quais os saberes culinários e

artesanais que existiam antes do assentamento e os que continuam? Seria uma forma de dar mais visibilidade aos saberes, vivências e memórias dos idosos para que se sentissem como sujeitos do assentamento.

Os relatos dos estudantes e egressos entrevistados frequentemente demonstram a relevância de se estudar a família no Residência Agrária, já que esta categoria está presente do início ao fim das vivências dos estagiários que se preparam para a profissionalização. Diante dessa impossibilidade de se fazer uma afirmação concreta acerca de como a família é estudada no Residência Agrária, sugere-se que sejam realizadas oficinas e discussões específicas, nas capacitações, sobre temáticas que perpassam a família, como os ciclos de vida familiar, os tipos de família em termos de constituição e relações de poder, a constituição da família brasileira, o patriarcado, os novos arranjos familiares contemporâneos, as relações de gênero, bem como os saberes e vivências das famílias, visando subsidiar a atuação dos estagiários do Programa.

Dentre as limitações da pesquisa, a falta de acesso às famílias foi marcante, desde o início da pesquisa, sabia-se da necessidade de ouvir a família, mas o tempo necessário de permanência em Fortaleza não foi possível, devido à dificuldade de acesso às famílias nas várias regiões do estado e a necessidade do acompanhamento de um estagiário durante esse contato.

Por fim, sugere-se que as universidades, com seus vários departamentos, incentivem o envolvimento dos estudantes em pesquisas e trabalhos de extensão voltados para acampamentos e assentamentos rurais, pois, na reivindicação dos movimentos sociais pelo acesso a terra está implícita o acesso à assistência técnica e social.

REFERÊNCIAS

ADISSI, Paula Oliveira. **A Criminalização do MST: mídia porta voz de quem? Um caso de criminalização a trabalhadores sem terra na Paraíba.** Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. 14 a 17 de Set. 2010, Londrina, UEL, ISSN: 2177-9503. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt2/14_PaulaAdissi.pdf>

ALBUQUERQUE, Fabíola Santos. A incidência dos princípios constitucionais no direito de família. *In*: DIAS, Maria Berenice (Organizadora). **Direito das famílias.** Contributo do IBDFAM em homenagem a Rodrigo da Cunha Pereira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

ALCANTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e família entre abafos e desabafos.** Campinas: Editora Alínea, 2004.

ALTAFIN, Iara Guimarães. **Sustentabilidade, Políticas Públicas e Agricultura Familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira.** 2003. 225p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

ALVES, José Eustáquio Diniz. E. D. A definição de família convivente do IBGE: cuidados metodológicos necessários. Aparte – **Inclusão Social em Debate**, Rio de Janeiro – UFRJ, p 1-4. 2005. Disponível em: http://ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica_familiasconviventes.pdf> Acessado em 06 ago. 2010.

ANTONI, Clarissa de; KOLLER, Silvia Helena. **A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar.** Natal-RS: 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-294x2000000200004&script=sci_arttext> Acessado em 11 jan. 2011.

BARBOSA, João Alexandre. A psicologia do oprimido. *In*: BOSI. Eclea. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994, pp. 11-15.

BARROS, José Márcio. **Cultura, memória e comida.** Disponível em <http://www.transversalconsultoria.com.br/pdfs/tx_11.pdf>. Acesso em 11 de jul. 2011.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes (orgs). **Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia.** São Paulo: Saraiva, 1999.

BOSI, Eclea. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PRONERA: Manual de Operações.** Brasília, 2004. Disponível em:

<http://incra.gov.br/portal/arquivos/projetos_programas/0127102302.pdf> Acessado em 10 Nov. de 2010.

BRASIL. **Portaria nº 57 de 23 de Julho de 2004.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Publicado no Diário Oficial da União (DOU). Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jul. 2004. N. 142. Seção 1. p. 83.

_____. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Diário Oficial da União (DOU). Poder Executivo, Brasília, DF, 05 nov. 2010. N. 212. Seção 1. p.1.

_____. **Norma de Execução nº 42 de 02 de setembro de 2004.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em <www.incra.gov.br>. Acessado em: 20 fev. 2011.

BRESSAN, Flávio O **MÉTODO DO ESTUDO DE CASO- FEA-USP. Administração On Line Prática Pesquisa Ensino.** Volume 1 - Número 1 (janeiro/fevereiro/março - 2000) Disponível em <http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm>. Acessado em jun. 2011.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRUZIGUESSI, Elisa Pereira. **Recriando a formação nas ciências agrárias para uma atuação com maior compromisso social: Estudo de caso do Programa Programa Residência Agrária Universidade Federal do Ceará.** 2010. 222p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. In: **Novos Estudos Cebrap.** n. 21, SP, jul/1988.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia. Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável** Brasília (DF). Abril de 2006. Disponível em: <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Agroecologia++Novo+Paradigma+EXt+rural+agroeco.pdf>>. Acessado em 5 jan. 2011.

CAROLA, Carlos Renato. Jeca Tatu e o Processo Civilizador da Família Rural Brasileira. In: **8º Simpósio Processo Civilizador, História e Educação: novas exigências do processo civilizador na contemporaneidade.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2004.

CARVALHO, Rogério Aparecido. **Nosso Futuro em Comum.** 2ª edição, Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro, 1991.

CASIMIRO, Maria Inês Costa. Residência Agrária: Projeto universitário e camponês como fator de desenvolvimento do campo. **XLIV CONGRESSO DA SOBER – Questões Agrárias, educação no Campo e Desenvolvimento**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/794.pdf>> Acessado em: 17 jun. 2010.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Os trabalhos da memória. In: BOSI. Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994, pp. 17-33.

CORRÊA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)". In: CORRÊA, Mariza (org.). **Colcha de retalhos**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Adriane Lobo. Extensão Rural e Meio Ambiente. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. 7, out/nov/dez. 2001.

CRUCIOL, João Henrique; YUSUKA, Sheyla Saori; PINTO, Mauro Sergio Vainello; PIMENTEL, Andréa Eloísa Bueno; CARMO, Maristela Simões. Estágio de Vivência em Assentamentos de Reforma Agrária a partir do Programa de Residência Agrária-experiência no Assentamento Laudenor de Souza (SP). **XLV Congresso da SOBER – Conhecimentos para Agricultura do Futuro**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/576.pdf>>.

CUNHA PEREIRA, Rodrigo da. **Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

DE MARCO, Ademir; STUCCHI Sérgio. **O Papel da Extensão na Trilogia Universitária (juntamente com o ensino e a pesquisa, e os seus mecanismos de ação)**. Universidade estadual de Campinas – Faculdade de Educação Física Coordenação de Extensão Disponível em: <www.fef.unicamp.br/extensao/extensao_universitaria.ppt>. Acessado em: 5 jul. 2010.

DIAS, Marcelo Miná. Agricultura familiar, desenvolvimento e os desafios para o ensino agrícola no Brasil de hoje. **Revista Educação Agrícola Superior**. vol. 21, n. 01, 2006.

_____. **Extensão Rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ATES”** 1Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004 p. 500

DURHAN, Eunice, “A dinâmica cultural na sociedade moderna”. **Arte e Revista**, nº 3, 1988.

ESMERALDO, Gema Galgani S L. **Singularidades Mediadas Pelos Agentes da Reforma Agrária** in: SALES Celecina Maria Veras, AMARAL, C.C.G, BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. (org.). **Terra, sujeitos e condição Agrária** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2007, 220p.

_____. Programa Programa Residência AgráriaNordeste I:a força de uma experiência. In MOLINA, Mônica Castagna et al. **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Programa Residência Agrária-** Brasília: MDA, 2009.

_____. Avanços e Tensões na Construção Institucionalidade do Programa Programa Residência Agrária161-137 MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: Questões para reflexão.** Brasília DF, 2010, 211p

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Moda e sustentabilidade: compromissos ecológicos e sociais. **Seminário do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica.** 01 abr.2009.

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho; DUARTE Ana Maria Timbó. Segurança alimentar e autoconsumo: uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida das famílias de um assentamento rural no Ceará. In: **XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica.** 14 - 19 set. 2009, Fortaleza CE.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antônio; AMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. **Controvérsias do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122010000100002&script=sci_arttext>. Acessado em: 8 set. 2010.

FERREIRA, Ana Lúcia . **Transição Agroecológica: É hora de modificar a forma de pensar e fazer a agricultura** Assessoria de Imprensa: Embrapa Agrobiologia Disponível em: <http://www.cnpab.embrapa.br/imprensa/pautas/pauta_transicao_ecologica.html> Acessado em 17 jun. 2011.

FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa; BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Fundamentos Sociológicos da educação do Campo e a formação docente. In: **IX Encontro de extensão e X encontro de iniciação à docência,** João Pessoa: Universidade Federal do Paraíba, 2007. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/4.EDUCACAO/4CEDFEMT02.pdf>> Acessado em: 5 ago. 2011.

FETRAECE. **FETRAECE é uma das parceiras do Programa de Residência Agrária.** Portal de Notícias da FETRAECE. Fortaleza, 08 de fevereiro. 2006. Disponível em: <<http://www.fetrace>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

FIALHO, Josiane M. **Breves considerações sobre os movimentos sociais no Brasil.** 2005. Disponível em <http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/artigos_link.htm>. Acessado em: 20 jul. 2011.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto para o capital.** São Paulo Edições Loyola, 1985.192p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy Oliveira Prefácio de Jacques Choncol. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

GARCIA FILHO, Danilo P. **Guia metodológico de diagnóstico de Sistemas agrários.** Brasília: INCRA/FAO, 1999. 65 p.

GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Revista Brasileira de História**, julho, ano/vol.24 n. 047. Associação Nacional de História .São Paulo. Brasil p127-162. Jul. 2004

GARCIA, Viero Janisse. **Desafios na formação de competências para profissionais de ATER em áreas de Assentamento e Agricultura Familiar: Análise do Programa Residência Agrária.** 2007. 209p Dissertação (Mestrado em Ciências Rurais) UFMS -Campo Grande, MS, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 2006p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.

GOLDANI, Ana Maria. Reinventar políticas para famílias reiventadas: entre la “realidad” brasileña y la utopía. In Seminário: **As famílias e as políticas públicas no Brasil**, 2005. Disponível em:
<<http://.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/AnaMariaGoldaniFamilia2005.pdf>>. Acessado em 20 jul. 2010.

GOMES, Mônica Araújo, PEREIRA, Maria Lúcia Duarte Pereira Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva.** 2005. 357-363p. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>>. Acessado 15 jun. 2011.

IPEA. **Redistribuição de riqueza no Brasil tem que acelerar.** Portal de Notícias do IPEA. Brasília 09 de junho de 2010. Disponível em:
<http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1374&Itemid=4> Acessado em 18 de julho de 2011.

JOSÉ FILHO, Mário. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania.** 1998. Tese (Doutorado em Serviço Social)– UNESP, Franca-SP.1998.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia Científica Ênfase em Pesquisa Tecnológica** 3ª Edição Revisada e Ampliada– 2003/I Disponível em
<<http://www.mecanica.ufrgs.br/promec/alunos/download/metodolo.pdf>>. Acessado em: 26 ago. 2011.

LE GOFF Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Antonio Luiz de. **Da ACAR á EMATER - MG: análise crítica da dinâmica de um sistema de extensão**. Viçosa, UFV, Imprensa Universitária, 1984.89p.

LIMA, Elzira Tischer de; MEINERZ Carla Beatriz. O Estigma do Envelhecimento: Uma análise do preconceito em relação à memória. **X Salão de Iniciação Científica**– PUCRS, 2009. Disponível em <http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Humanas/Educacao/70384-ELZIRATISCHERDELIMA.pdf>. Acesso em: 15. jul. 2011.

LIMA, Flávia Toledo; MUSSOI, Eros Marion, CASTELLS, Alicia N. G. de. O diálogo de diferentes valores na construção da identidade sem terra. In: **2º Seminário Internacional Educação Intercultural, gênero e movimentos sociais**. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2003. Disponível em <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/780-of11a-st1.pdf>>. Acessado em: 15 jul. 2011.

LOPES, Maria de Fátima. **O Sorriso da Paineira: Construção de Gênero em uma Universidade Rural**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1995 317p.

MAIA, Adelita Chaves; ANDRADE, Neila Saskia Melo Andrade; GOMES, Samuel Oliveira; SOUZA, Íkaro Cezar Freitas de. A inserção e o protagonismo dos jovens de assentamentos rurais no Programa Residência Agrária/CE. **CPC I: Educação do Campo, agroecologia e soberania alimentar**. Disponível em <www.encontroobservatório.unb.br/arquivos>. Acesso em: 14 mai 2010.

_____.; FERNANDES, Guilherme Lavor; MOREIRA, Maria Lúcia de Sousa. Assentamento escalvado e a metodologia análise e diagnóstico de sistemas agrários para uma futura transição agroecológica. **II Congresso Cearense de Agroecologia: Agricultura Familiar e Sustentável**. Universidade Federal do Ceará Campus Cariri 10 a 12 de novembro de 2010. Disponível em <submissoes.cariri.ufc.br/agro2010/FILES/p187.doc>. Acessado em: 20 jun. 2010.

MALINOWSKI, Bronislaw. **A Vida Sexual dos Selvagens**. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva”. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MEDEIROS, Leonildo Servolo de. **Reforma agrária de mercado e movimento social: aspectos da experiência brasileira**. Disponível em <<http://comciencia.br/reportagens/agraria/agr12.shtml>>. Acessado em: 02 dez. 2009.

MELLO, Roxane Lopes. **Agricultura familiar sustentabilidade social e ambiental**. 2008. Disponível em <<http://www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo3.htm>> Acessado em: 17 dez. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993.

MOLINA, Mônica Castagna. Residência Agrária: estratégias e concepções. In ____ (org) ESMERALDO, G.G. S. L., NEUMANN, P. S., BERGAMASCO S. M. P. P. **Educação do campo e formação profissional: a experiência do programa Residência**. Brasília: MDA, 2009, p. 18-29. Disponível em: <<http://webiica.iica.ac.cr/bibliotecas/replica/b2073P/b2073P.pdf>>. Acessado em: 25 abr. 2009.

_____; ESMERALDO, Gema Galgani S. L.; NEUMANN, Pedro Selvino; BERGAMASCO, Sonia Maria P. P. (Org). **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**- Brasília: MDA, 2009, p.424.

_____; JESUS, Sonia M. S. Azevedo de; SÁ, Laís Mourão. **Uma nova experiência de formação de técnicos para os assentamentos da reforma agrária: perspectivas das lutas do campo no Brasil. 2006** Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/05%20GT%20M%C3%B4nica%20Castagna%20Molina,%20Sonia%20M.%20S.%20Azevedo%20de%20Jesus,%20Laís%20Mour%C3%A3o%20S%C3%A1.pdf>>. Acessado em: 20 set. 2010.

MOREIRA, Vilson Alves. **Diagnóstico da Inserção Pedagógica Profissional e Tecnológica da Escola Agrotécnica Federal de Salinas/MG, junto aos pequenos produtores de Agricultura Familiar no Município de Salinas/MG**. 2005.71f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) UFRRJ. Seropédica, RJ, 2005

MOZENA, Wilson Leandro et al. Curso de Especialização “Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo”: a experiência e os resultados na UFG. In: Molina, Mônica Castagna. et al. **Educação do campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009, pp. 104-133.

NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes, SILVA, Cícero Nilton Moreira da. **Comunidade, espaço e vida: Metodologia Participativa em Processos de Desenvolvimento e Gestão Comunitária na Região do Alto Oeste Potiguar** Disponível em <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/udescemacao/article/viewFile/1723/1360>>. Acessado em 20 jun. 2011.

NEDER, Gislene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994.

NOLASCO, Fábio & UNTAR, Abdala. Coerência de ideários dos temas de pesquisa no “Curso de Especialização Residência Agrária” apoiado pelo MDA. In. **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. MOLINA, Mônica Castagna *et al.*- Brasília: MDA, 2009.424p

OLIVEIRA FILHO, Geraldo Soares de. Sistemas de Produção em Áreas de Reforma Agrária: O caso do Assentamento Vida Nova em Canindé – CE. In **XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”** Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/2/849.pdf>> Acessado em: 19 ago. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext> Acessado em: 26 nov. 2011.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PACIEVITCH, Thais. **Extensão Universitária** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/extensao-universitaria>>. Acessado em: 10 jun. 2011.

PASQUALI, Luiz **Análise descritiva de dados de pesquisa**. Disponível em <<http://www.psi-ambiental.net/pdf/PasqCap02.pdf>> Acesso em 23 de setembro de 2011.

PEREIRA , Ana Maria; SILVA, Claudemir dos Santos; SOUZA, Francisco Alderir de; SOUTO, Magberto de Oliveira; CHAVES, Márcia Ferreira; CAVALVCANTE, Maria da Penha. Surto Cultural: A metodologia Participativa como forma de transformação social. Universidade Federal de Alagoas. **V SEMPRE-PRAC UFAL**. Disponível em: <www.prac.ufpb.br/anais/sempe/vsempeanais/comunicacoes.doc>. Acessado em: 25 jun. 2011.

PIRES, Maria Mota; MOLINA, Mônica Castagna; SARMENTO, Maria Marta Almeida. **Relatório Nacional**. 1ª Turma Residência Agrária. Brasília, 2007. 134 p.

PIOVESAN, Armando, TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, 29(4): 318-25, 1995.

PITOMBEIRA, Rafael Soares de Souza; MARINHO, Antônia Dilma Silva; CAMURÇA, Andréa Machado; CAVALCANTE, Deiziane Lima. Resultados parciais do Diagnóstico de Sistemas Agrários do Assentamento Recreio, no município de Quixeramobim – CE através do Estágio de Vivência do Programa Residência Agrária. In: **III Encontro Nacional de**

Pesquisa em Educação do Campo; III Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro e I Encontro Internacional de Educação do Campo. Anais eletrônicos. BRASÍLIA: UnB. Disponível em: <<http://www.encontroobservatorio.unb.br/programacao.html>> Acessado em: 20 Nov. 2010.

_____; CAVALCANTE, Deiziane; ABRANTES, Karla Karoline de J. Hemeroteca no programa Residência Agrária: Estudo de produção de Conhecimento. Resumos do VI CBA e II CLAA. **Revista Brasileira de Agroecologia.** 2009, vol. 4, nº2.

QUEIROZ, Rosiana Pereira (Org.). **A criminalização dos movimentos sociais no Brasil: relatório de casos exemplares.** Brasília: MNDH; Passo Fundo: IFIBE, 2006.

SALES, Celecina Maria. Vera. **Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST,** Fortaleza, Banco do Nordeste. 2006. 294p.

_____. Gênero e Geração no Âmbito dos Assentamentos Rurais e de Reforma Agrária in SALES, Celecina de Maria Veras, GURGEL Célia Chaves do Amaral, ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite, BARQUETE, Paulo Roberto Fontes (Org.). **Terra, Sujeitos e Condição Agrária.** Fortaleza. Imprensa Universitária, 2007 p.79-89

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas, Editora. Autores Associados, 1996.

_____. A família como ordem moral. **Cadernos de pesquisa.** São Paulo, n. 91, p. 46-53, Nov. 1994. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/746.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. In: **XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set. 2002.**

SILVA NETO, Benedito. Desenvolvimento sustentável: uma abordagem baseada em sistemas dissipativos. **Ambiente & Sociedade.** Campinas v. XI, n. 1 p. 15-31 jan.-jun. 2008

SILVA, José Edivaldo Moura da, VAZ, Janaína da Silva **“Nós tamo aprendendo com eles, eles tão aprendendo com a gente”:** a troca de saberes vivenciados na turma Proeja Quilombola - IFPA Campus Castanhal. Disponível em <<http://www.castanhal.ifpa.edu.br/files/ArtigoEderEdivaldo.pdf>>. Acessado em: 22 jun. 2011.

SILVA, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?** Viçosa-MG: Editora UFV, 2003. 265p.

SILVA, Mara Regina Santos da; LUNARDI, Valéria Lerch. **A concepção de família como unidade complexa.** Fam. Saúde Desenv., Curitiba, v.8, n.1, p.64-72, jan./abr. 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Claudia F.; SCOPINHO, Rosemeire A. Estigma e Relação de Preconceito no Âmbito Escolar: O Reflexo na Família de Crianças Sem Terra. **Anais de Eventos da UFSCar**, v. 5, p. 1005, 2009.

TAVARES, Everkley Magno Freire. **Antinomias afetivas do poder: a política pública de geração de emprego e renda como instrumento de controle de poder local em Mossoró-RN**. Mossoró: UFRN, 2001 (Monografia em Ciências Sociais)

VASCONCELOS, Yuri. O que é revolução verde? **Revista Vida Simples** de 08/2007.

Disponível em:

<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_244070.shtml> Acessado em: 20 set. 2010.

VELOSO, Fernando A; VILELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira Economia**, volume 62, n^o2, Rio de Janeiro. Abril/Jun de 2008. WEBER, Lúcia, DESSEN, Maria Auxiliadora. **Pesquisando a Família: instrumentos para a Coleta e Análise de Dados**. Ed Juruá. Curitiba, 2009. 237p

ANEXOS

ANEXO A: PORTARIA DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Portaria nº 57 de 23 de Julho de 2004

O MINISTRO DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso da competência que lhe confere art. 87 parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, Considerando que são atribuições do ministério do desenvolvimento agrário – MDA propor e implementar políticas visando ampliar e fortalecer a agricultura e executar O programa Nacional de Reforma agrária, implantando novos assentamentos e recuperando os existentes, com o objetivo de construir um novo modelo de desenvolvimento rural, ambientalmente sustentável, contemplando a diversidade dos sujeitos sociais e políticos, e que priorize a produção alimentos necessários pra a segurança alimentar e combate à fome no país, promovendo a paz, justiça social e a garantia dos direitos humanos;

Considerando que são objetivo do MDA no Plano Plurianual:

- a) promover a inovação tecnológica e acesso ao conhecimento para agricultura familiar, - implantação de uma política nacional de assistência técnica, extensão rural e pesquisa tecnológica adequada e específica para a agricultura familiar;
- b) promover e disponibilizar os meios para a estruturação os meios para a estruturação das famílias nas áreas de assentamentos de reforma agrária de forma participativa, apoiando o fortalecimento das comunidades rurais através dos princípios da solidariedade, cooperação, justiça e responsabilidade social, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Gabinete do Ministro, o Programa Nacional de Educação no campo: Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica e Extensão Rural, com o objetivo de orientar a formação profissional de universitários egressos da áreas de ciências agrária para uma nova concepção de assistência técnica, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma agrária e dos Agricultores Familiares.

Art. 2º O Programa de que trata o art. 1º desta Portaria terá com Comitê Operativo composto por um representante dos seguintes órgãos:

I – Gabinete do Ministro;

II – Secretária de Agricultura Familiar

III – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

IV – Secretária de Reordenamento Agrária; e

V – Instituição Nacional de Colonização e Reforma agrária – INCRA

Art. 3º O Coordenador do Programa será designado pelo titular desta Pasta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL SOLDATELLI ROSSETO

ANEXO B: Relação dos trabalhos apresentados sobre as atividades desenvolvidas pelos estudantes entre 2007 e 2008

Relação dos Alunos e Tema de Pesquisa - Estado do Ceará

NOME DO ALUNO	ASSENTAMENTO / FEDERAL	MUNICÍPIO	TÍTULO DA MONOGRAFIA	PROFESSOR / ORIENTADOR
01. Ana Maria Timbó Duarte	Santana	Monsenhor Tabosa	Desvendando a Segurança Alimentar no Assentamento Santana em Monsenhor Tabosa no Ceará	Helena Selma Azevedo
02. Ana Paula Alves de Lima	Córrego das Aroeiras	Amontada	Não defendeu a Monografia	
03. Árciles Fernandes de Queiroz	São Joaquim	Madalena	A piscicultura em áreas de reforma agrária: Uma análise da organização coletiva e do escoamento da produção – O caso do Assentamento São Joaquim/25 de Maio. Madalena – Ce	Francisco Casimiro Filho
04. Clarissa M ^a . Telles Vieira	São Joaquim	Madalena	O peixe nosso de cada dia: A pesca artesanal e o uso de recurso pesqueiro no Assentamento São Joaquim 25 de maio, Madalena/CE	Francisco Casimiro Filho
05. Eyllanne Pimentel de Carvalho	Santana	Monsenhor Tabosa	Não defendeu a Monografia	
06. Conceição Coutinho Melo	Nova Canaã	Quixeramobim	A organização política do Assentamento Nova Canaã sob os princípios organizativos do MST	Celecina de M ^a . Veras Sales
07. Geraldo Soares de Oliveira Filho	Transval	Canindé	Não defendeu a Monografia	
08. Ivana Leila Carvalho Fernandes	Novo Horizonte	Tururu	O papel da mulher na Segurança Alimentar das famílias do Assentamento Novo Horizonte Tururu – CE	Helena Selma Azevedo
09. João Batista dos Anjos Costa	Região de Ibiapada		Análise do modelo de gestão do Assentamento Matriz de São Gonçalo – Ipueiras – Ceará	Francisco Amaro G. de Alencar
10. Joaz Alves da Silva	Raposa/Várzea da Cruz	Santa. Quitéria	Potencialidades do Assentamento Raposa para uma nova matriz tecnológica	Maria Lúcia de Sousa Moreira
11. Karla Genuca de Sousa	Erva Moura	Pentecoste	Diagnóstico sócio econômico cultural das formas de organização produtiva no Assentamento Rural Erva Moura Pentecoste – CE	Maria Lúcia de Sousa Moreira
12. Keila Delly Marinheiro Veríssimo	Novo Juazeiro	Crateús	Não defendeu a Monografia	
13. Lídia Francisca Leal Mendonça	Lagoa do Mineiro	Itarema	Qualidade da farinha de mandioca do Assentamento Lagoa do Mineiro, Itarema – CE	Francisca Sylvania de S. Monte
14. Luciana Rodrigues Ramos	Palmares	Crateús	Conhecer para amar: Descobrimos os caminhos da convivência com o semi árido no Assentamento	José Levi Furtado Sampaio

			Palmares em Crateús – Ceará	
15. Nilo Moreira de Souza Júnior	Palmares	Crateús	Manejo sustentável da caatinga, uso racional do fogo: O caso do Assentamento Palmares	José Levi Furtado Sampaio
16. Paula Silva Ribeiro	Santa Helena	Canindé	Gestão da Produção Animal no Assentamento Santa Helena – Canindé – Ceará. Um estudo de caso.	Maria Lúcia de Sousa Moreira
17. Rosana Ximenes Silva Martins	Novo Agudo	Nova Russas	Mulher e crochê na revelação do processo produtivo	Maria Dolores Mota Farias
18. Sandra Aguiar Cavalcante	Matriz de São Gonçalo	Ipueiras	Entre enxadas e panelas: as relações de gênero na comunidade Barrocas em Ipueiras – Ceará	Maria Dolores Mota Farias
19. Sara Maria Spinosa Juvêncio	Nova Canaã	Quixeramobim	Cartografando os espaços das mulheres em Nova Canaã Quixeramobim, CE	Celecina de M ^a . Veras Sales
20. Vânia M ^a . Vasconcelos de Castro	Transval	Canindé	Os Camponeses do Assentamento Vida Nova-Transval de Canindé-Ceará e sua relação com a terra, o trabalho e os meios de produção	Gema Galgani S. L. Esmeraldo
21. Vitória Laura da Silva Mendes	Novo Juazeiro	Independência	Convivência com o semi-árido: Um estudo do modelo de gestão produtiva no Assentamento Juazeiro, Independência – Ce	Luiz Antônio Maciel de Paula
22. Wanderley Magalhães Barreto	Lagoa do Mineiro	Itarema	Uso atual do solo e seus impactos no Assentamento Lagoa do Mineiro, Itarema – Ce	Francisco Casimiro Filho

Fonte: Relatório Nacional 1ª Turma Programa Residência Agrária- 2007

OBS: OBS: Na ocasião da pesquisa, os alunos Ana Paula Alves de Lima, Eyllanne Pimentel de Carvalho, Geraldo Soares de Oliveira Filho e Keila Delly Marinheiro Veríssimo não haviam defendido a Monografia de conclusão do curso de especialização

APÊNDICE

APÊNDICE A: Roteiro de Entrevistas aplicado à Coordenadora, Professores, Alunos e Egressos do PRA-UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

A FAMÍLIA NO CONTEXTO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA:
CONCEPÇÕES E VIVÊNCIAS

Entrevista com o PROFESSORES/COORDENADORA do Programa Residência Agrária

Nome: _____

Área de atuação: _____ Tempo de atuação no PRA: _____

Data ___/___/___

OBJETIVO II - Caracterizar o PRA, em termos do contexto organizacional e de funcionamento.

-Explique o contexto organizacional e de funcionamento do PRA, em termos de suas fases, metodologias e meios.

-Como se desenvolve a prática extensionista no PRA?

-Como se dá o planejamento das ações e atividades do PRA?

-Em que a organização e funcionamento do programa devem ser melhorados?

Entrevista com o ALUNO/EGRESSO do Programa Residência Agrária

Nome: _____

Graduação: _____

Período: _____

Data ___/___/___

OBJETIVO II - Caracterizar o PRA, em termos do contexto organizacional e de funcionamento.

-Explique o contexto organizacional e de funcionamento do PRA, em termos de suas fases, metodologias e meios.

- Como se desenvolve a prática extensionista no PRA?
- Como se dá o planejamento das ações e atividades do PRA?
- Em que a organização e funcionamento do programa devem ser melhorados?

OBJETIVO III - Identificar as concepções, vivências e atuações práticas no que concerne a categoria família de estudantes e profissionais ligados ao Programa Residência Agrária;

- Fale sua trajetória e experiências no PRA (tempo universidade e tempo comunidade)
- A família é concebida nos eixos temáticos do PRA como objeto de estudo? De que maneira?
- Qual é o significado dado à categoria família pelo PRA?
- É possível perceber a manutenção da herança cultural de cada família dentro dos assentamentos? Como se percebe essa manutenção?
- Como os saberes, visões e perspectivas das famílias são consideradas no PRA?
- Como se dá a participação das famílias no PRA?
- Como o saber adquirido é compartilhado e aplicado no contexto de vida das famílias? Ou seja, na sua visão, como se dá a conjugação entre a teoria e prática, tendo como base a realidade familiar?

OBJETIVO IV - Analisar a eficiência do Programa Residência Agrária em termos de metodologias e ações para extensão rural agroecológica, considerando a percepção dos estudantes e profissionais ligados ao mesmo.

- Quais os objetivos do PRA?
- Você considera que os objetivos do PRA, têm sido alcançados? Caso contrário, quais são as principais limitações e dificuldades, considerando suas metodologias e ações?
- Em que a prática de extensão se modificou para se adequar aos objetivos do PRA?
- Em que a formação acadêmica se modificou para se adequar aos objetivos do PRA?
- Em sua opinião, em que as atividades desenvolvidas no PRA contribuíram para sua atuação profissional como extensionista? Como tem sido essa prática (metodologias e ações) e como a família tem sido trabalhada?